



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Mariana Zabot Pasqualotto

**CIDADE, MEMÓRIA E INFÂMIA:
vestígios da clausura em Joinville/SC**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

Mariana Zabot Pasqualotto

**CIDADE, MEMÓRIA E INFÂMIA:
vestígios da clausura em Joinville/SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Área de Concentração “Práticas Culturais e Processos de subjetivação”, Linha de Pesquisa “Relações éticas, estéticas e processos de criação”. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^{fa}. Andréa Vieira Zanella, Dr^a.

FLORIANÓPOLIS
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pasqualotto, Mariana Zabot
CIDADE, MEMÓRIA E INFÂMIA: vestígios da clausura em
Joinville/SC / Mariana Zabot Pasqualotto ; orientadora,
Andréa Vieira Zanella - Florianópolis, SC, 2016.
127 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Cidade. 3. Memória. 4. Sujeitos
Infames. 5. Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider.
I. Vieira Zanella, Andréa . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
III. Título.

Folha de assinaturas

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Miriam, por toda sua dedicação para meu crescimento pessoal e profissional, e por ter me ensinado, desde cedo, através do exemplo da sua jornada como professora a admirar aqueles que ensinam, dar valor aos estudos e buscar por meio deles minhas conquistas.

A minha avó Terezinha, agradeço por todo o carinho, zelo, e por ter sido tão presente em todas as fases da minha vida, incluindo o período do mestrado, em que o amparo e a forte torcida se fizeram essenciais para dar suporte à caminhada.

Ao meu avô Francisco *in memoriam*, escolho agradecer um gesto em especial: a forma como seus braços se levantavam, já como de costume, ao me ver chegando em casa e, em seguida, envolviam-me no abraço mais genuíno que podia sentir. Esses momentos acalentavam-me da distância de estar fora da minha cidade natal para estudar.

À Camila pelo seu carinho de irmã, ao Adilson por toda dedicação que teve comigo e a todos os demais familiares pela torcida e pelo apoio.

À minha orientadora, Andrea Zanella, pela oportunidade que tem me dado de vivenciar em suas aulas e nas orientações importantes momentos de aprendizado e, também, por todo o incentivo, carinho e momentos que tornaram a trajetória do mestrado mais especial.

Aos colegas da turma que ingressaram junto comigo e aos colegas orientandos da Andréa, que foram muito especiais na minha trajetória no mestrado. Em especial, Andréia Titon, Mônica, Raquel, Renan, Letícia, Andressa, Deysi, Jardel, Grazi e Neiva. Agradeço pelas trocas de conhecimentos que me auxiliaram a construir este trabalho, pelos momentos de apoio e pelos bons encontros que tivemos nesse caminho que trilhamos juntos.

Aos novos amigos que fiz durante o mestrado. Em especial, agradeço à Mônica, por compartilhar tantos momentos – de alegrias, aventuras, e inseguranças – que a mudança para uma nova cidade nos proporcionou; à Andreia Titon, pelo encontro especial que tivemos como colegas depois da experiência de ter sido sua aluna ainda na graduação, e pelo apoio e incentivo que me deu nesse nosso novo caminho; e à Raquel que muito facilmente se tornou uma amiga carinhosa e especial e a qual agradeço todas as conversas, os conselhos, e os momentos divertidos que passamos juntas.

As amigas que me acompanham há muitos anos e estão sempre presentes na minha vida: Mariana, Flávia, Karina, Maria Júlia e Cássia. Obrigada por comemorarem com muita alegria minhas conquistas e por

todo o carinho que envolve nossa amizade e torna a vida mais leve quando estamos juntas.

A todos os integrantes do grupo “Memórias da Loucura em Joinville”: Allan, Lilian, Sarah e Victor. Agradeço a participação e o esforço de cada um nesse projeto, e todas as trocas que tivemos durante o processo da pesquisa que me deram base para desenvolver este trabalho.

Às professoras que compuseram minha banca de defesa da dissertação, Tânia Galli Fonseca, Viviane Borges e Kátia Maheirie, pelo olhar especial que tiveram ao meu trabalho que fez da defesa um momento especial de aprendizado e de incentivo ao desejo de continuar a me constituir como pesquisadora.

À UFSC e ao PPGP pela oportunidade de realização do mestrado, e à CAPES pela bolsa de estudos.

(...)

O que você disser, não diga duas vezes.

Encontrando o seu pensamento em outra pessoa: negue-o.

Quem não escreveu sua assinatura, quem não deixou retrato

Quem não estava presente, quem nada falou

Como poderão apanhá-lo?

Apague os rastros!

Cuide, quando pensar em morrer

Para que não haja sepultura revelando onde jaz

Com uma clara inscrição a lhe denunciar

E o ano de sua morte a lhe entregar

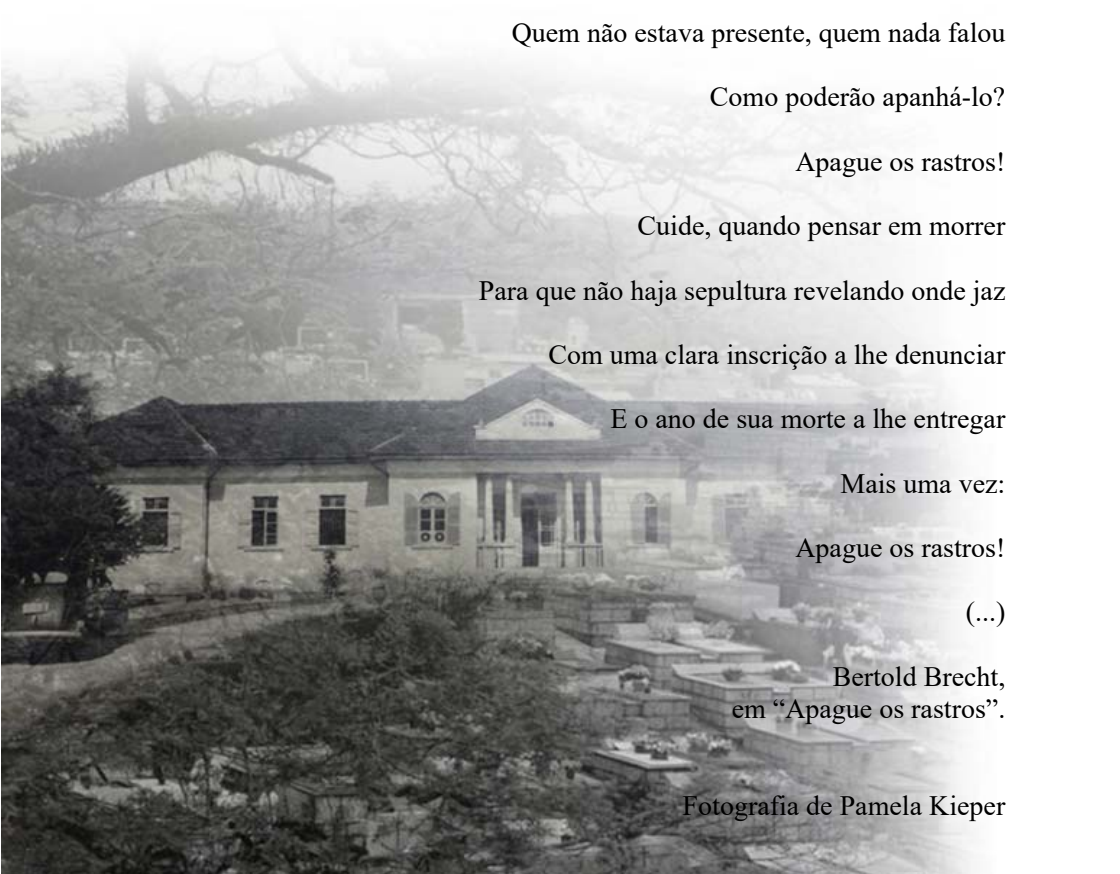
Mais uma vez:

Apague os rastros!

(...)

Bertold Brecht,
em “Apague os rastros”.

Fotografia de Pamela Kieper



RESUMO

Essa pesquisa perscrutou os rastros da existência do “Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider” encontrando pistas que permitiram contextualizar a história desta que foi a primeira instituição criada em Joinville (SC) com a finalidade de garantir o tratamento aos ditos loucos, e assim problematizar sua memória na cidade. Para isso, nessa dissertação, lançou-se o olhar para a transformação do território escolhido para a edificação do Abrigo de Alienados (1923-1942): o prédio construído aos fundos do cemitério municipal serviu após o fechamento da instituição psiquiátrica como Presídio Político (1942-1945) e, mais tarde, como moradia para familiares de policias militares, para então, depois de demolido dar lugar aos túmulos e jazigos, servindo à ampliação do cemitério. Pesquisar sobre o território que recebeu os sujeitos produzidos como infames em diferentes tempos, permitiu se aproximar do silenciamento que envolve suas histórias no cotidiano da cidade e, também, entender que esse espaço se configura como uma verdadeira “Cidade dos Mortos”, que sempre se destinou a receber a morte não apenas em seu estado mais concreto, mas a morte que se experimenta em vida pela experiência da clausura e do confinamento.

Palavras-chave: Cidade. Memória. Sujeitos Infames. “Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider”.

ABSTRACT

This research enquired the trails of the existence of the “Oscar Schneider Alienated People’s Municipal Shelter”, finding leads which allowed to contextualize the history of that which was the first institution created in Joinville (SC) with the finality of guaranteeing the treatment of the so-called mad people, and thus problematize its memory in the city. For that end, on this dissertation, it was glanced at the transformation of the territory chosen for the edification of the “Alienated People’s Shelter” (1923-1942): the building which was built at the back of the municipal cemetery functioned, after the psychiatric institution’s closure, as a Political Prison (1942-1945), and, later, as dwelling for military policemen’s relatives, for then, after it was demolished, give place to the graves and tombstones, serving to the cemetery’s enlargement. To research about the territory which received the subjects produced as infamous at different times allowed to approach the silencing which involves their stories in the everyday of the city, and also to understand that this space sets itself up as a true “City of the Dead”, which was always destined to receive death not only at its most concrete state, but as death which one experiments in life through the experience of enclosure and confinement.

Keywords: City. Memory. Infamous Subjects. “Oscar Schneider Alienated People’s Municipal Shelter”.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Túmulos do Cemitério Municipal de Joinville. Registro da pesquisadora.....	44
Figura 2. Paisagem pretérita e atual do terreno do cemitério. Fonte: 1ª foto - Arquivo Histórico de Joinville, 2ª foto - registro da pesquisadora.	45
Figura 3. Desenho realizado por um dos funcionários do cemitério. ...	47
Figura 4. Vista do alto do cemitério. Registro da pesquisadora.	49
Figura 5. Fotografia em preto e branco de Pamela Kieper. Imagem do cenário atual do Cemitério Municipal.....	50
Figura 6. Sobreposição de imagens produzida por Pamela Kieper.....	52
Figura 7. Vista da cidade de Joinville em 1928. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	60
Figura 8. Registro fotográfico do Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	67
Figura 9. Imagem aérea da cidade de Joinville em 1938. Destaca-se no círculo em vermelho a localização do Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	67
Figura 10. Frente e verso do Cartão Postal de Joinville. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.	71
Figura 11. Fotos da construção do Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo pessoal do neto de um dos operários da construção.....	72
Figura 12. Túmulo de Oscar Schneider. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.....	75
Figura 13. Recorte do verso da fotografia do túmulo de Oscar Schneider. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.....	76
Figura 14. Túmulo de Oscar Schneider em 1971. Arquivo Histórico de Joinville.....	76
Figura 15. Lápide e busto de Oscar Schneider.....	77
Figura 16. Verso da fotografia da figura 11.....	77
Figura 17. Lateral do Abrigo de Alienados. Arquivo Histórico de Joinville.....	78
Figura 18. Frente e verso da fotografia de Oscar A. Schneider. Arquivo Histórico de Joinville.	80
Figura 19. Imagem interna e externa da casa da família Schneider. Arquivo Histórico de Joinville.....	81
Figura 20. Placa de rua próxima do Cemitério Municipal. Registro da pesquisadora.....	84

Figura 21. Recorte de notícia relacionada ao Abrigo. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	85
Figura 22. Trecho da notícia sobre cotidiano no Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	87
Figura 23. Página do “Livro de Alienados”. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	91
Figura 24. Fragmento da ficha de registro dos pacientes. Arquivo Histórico de Joinville.	92
Figura 25. Registro fotográfico de César no Livro de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	94
Figura 26. Ficha de registro de César. Fonte: Arquivo histórico de Joinville.	95
Figura 27. Registro fotográfico de Helena no Livro de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	97
Figura 28. Ficha de registro de Helena. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	98
Figura 29. Registro fotográfico de Isabel no Livro de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	99
Figura 30. Ficha de registro de Isabel. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	100
Figura 31. Ficha de registro de Ana. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	102
Figura 32. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1928. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	105
Figura 33. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1928. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	106
Figura 34. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1928. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	107
Figura 35. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1931. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	107
Figura 36. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1940. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.	108
Figura 37. Imagem do prédio em 1968. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.	112
Figura 38. Parte de trás do Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo pessoal.	112

SUMÁRIO

CAMINHOS INICIAIS	19
1. INTRODUÇÃO	23
2. RELAÇÃO TEMPO-ESPAÇO EM SEUS DIÁLOGOS COM A MEMÓRIA E A CIDADE	29
3. SEGUINDO OS RASTROS	35
3.1 SOBRE AS FONTES DE PESQUISA	35
3.2 SOBRE O OLHAR AO ARQUIVO E SEUS VESTÍGIOS	35
3.3 SOBRE RASTROS.....	37
4. A CIDADE E O VAZIO DE UM PASSADO	41
4.1. AS VOZES DA “CIDADE DOS MORTOS”	50
4.2. VIVOS E MORTOS: A COSTURA DA CIDADE.....	58
4.2.1 CIDADE E CORPO.....	62
4.2.2 CORPO E INFÂMIA.....	63
5. FAMA E INFÂMIA	69
5.1 UM PROJETO DE FUTURO.....	71
5.2 LOUVORES E MURMÚRIOS	74
5.2.1 OS RUMORES A CIRCULAR PELA CIDADE	85
5.3 AS VIDAS MAL-DITAS	87
5.3.1 VESTÍGIOS DAS MARCAS DA CLAUSURA.....	94
6. DA GLÓRIA AO PÓ DE UMA EXISTÊNCIA	105
6.1 APAGAR PARA ESQUECER.....	111
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
8. REFERÊNCIAS	119
9. ANEXO A - Ficha de Registro do “Livro de Alienados”	127

CAMINHOS INICIAIS

A temática que relaciona memória e loucura começou a fazer parte da minha trajetória acadêmica quando, no Trabalho de Conclusão de Curso da graduação em Psicologia, pude pesquisar trajetórias de vidas tramadas na rede de atendimento da saúde mental em Joinville/SC.

O que me mobilizou para essa pesquisa foi minha experiência de estágio na Equipe de Saúde Mental de uma Unidade Básica de Saúde, onde a trajetória de sujeitos em sofrimento psíquico em suas relações com os serviços de saúde produziu algumas inquietações na minha vivência nesse campo. Com o encerramento do estágio, passei então a pesquisar sobre o tema.

A pesquisa voltou seu olhar para dois sujeitos que possuíam em suas histórias de vida, internações em hospitais psiquiátricos (Colônia Santana em Florianópolis/SC, e Clínica Nossa Senhora da Saúde em Joinville/SC), e depois disso vivenciaram a estruturação dos serviços substitutivos no município de Joinville. Um dos resultados produzidos nessa pesquisa foi a possibilidade de contar a história da loucura na cidade privilegiando-se as vozes daqueles que vivenciaram tal experiência, ao invés de guiar-se por aquilo que já se encontra instituído enquanto história oficial da Reforma Psiquiátrica.

Nesse mesmo ano em que realizei minha pesquisa, foi feita uma Mostra de Saúde Mental na faculdade em que estava vinculada. Organizada pelos alunos do primeiro ano da graduação, na disciplina de Saúde Coletiva, a Mostra abordou a temática da loucura e dentre os trabalhos nela expostos, um deles tratava sobre a existência de um Abrigo de Alienados na cidade. Nessa ocasião os alunos escolheram retratar a extinta instituição levando até o espaço da Mostra um caixão, que representava o atual cenário que tomou conta do território onde foi construído o Abrigo: o Cemitério Municipal.

A Mostra possibilitou trocas de conhecimento sobre a temática da loucura na cidade e ideias para projetos futuros. Junto ao professor da disciplina de Saúde Coletiva que organizou o evento, e também orientador do meu Trabalho de Conclusão de Curso, Allan Henrique Gomes, passamos a elaborar uma proposta de pesquisa que pudesse abordar as memórias da loucura na cidade.

Ainda pensando em algumas possibilidades de pesquisa, e procurando alguma forma de investimento, tivemos conhecimento do lançamento de um Edital de Patrocínio de apoio à Cultura pela

Prefeitura de Joinville¹, e, dentre as categorias de projetos que o edital se propunha financiar, encontrava-se a de “Patrimônio Cultural”.

Elaboramos então o projeto “Inventário e Catálogo de Memórias do Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider” (ZABOT e GOMES, 2013), com objetivo de realizar um inventário sobre os registros e as memórias relacionadas à extinta instituição e, em seguida, publicar os principais resultados na modalidade de um catálogo. Justificamos que a proposta da pesquisa voltava-se ao Patrimônio Imaterial da cidade, e que visava promover visibilidade às memórias da instituição, contribuindo para a inclusão das memórias da saúde/loucura na esfera do patrimônio histórico-cultural do município.

Com a aprovação no edital demos início a pesquisa que contou também com a colaboração de três estudantes da graduação em psicologia, Lilian Vegini Baptista, Sarah Guerra da Rocha Soares e Victor Hugo Vieira, que nos auxiliaram na pesquisa de acervo no Arquivo Histórico de Joinville onde “garimpou-se” em jornais da época, Relatórios da Superintendência Municipal, Atas da Câmara Municipal de Vereadores, documentos referentes às pessoas que passaram pelo Abrigo, entre outros, vestígios sobre a instituição e as vidas que por ali passaram.

O campo da pesquisa se desenvolveu especialmente no Arquivo Histórico de Joinville, como já citado, e, mais tarde, também, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis. Após a fase de investigação nos acervos, passou-se a elaborar a produção textual de um catálogo com os resultados da pesquisa, que foi lançado em agosto de 2015.

As experimentações dessa investigação que propôs perscrutar, em diferentes espaços da cidade, rastros do extinto Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider, fizeram surgir algumas inquietações na minha implicação como pesquisadora.

Os percursos iniciais da pesquisa (ZABOT; GOMES; SOARES; VIEIRA; BAPTISTA, 2014) possibilitaram deparar-se com uma memória que se mostrou confusa ou pouco evidente sobre a existência do Abrigo de Alienados entre a população e em diferentes espaços da cidade, instituídos como locais de salvaguarda de histórias a serem lembradas, como o Arquivo Histórico, Casa da Memória, Biblioteca Municipal, Museus, entre outros.

¹ Através do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura (Simdec) – Fundação Cultural de Joinville.

A referida instituição foi várias vezes confundida com outra casa que serviu para fins psiquiátricos que se localizava próxima a outro cemitério da cidade²: a Clínica Nossa Senhora da Saúde, que funcionou entre os anos de 1962 a 1986 (VALENTIM, 1997). Tendo sua existência bem mais recente na história de Joinville, e mantendo sua estrutura física ainda preservada, o conhecimento dessa instituição ainda se apresenta no cotidiano dos joinvilenses, o que não acontece a respeito do Abrigo de Alienados.

O levantamento dos registros sobre o Abrigo e as vivências desse percurso me colocaram numa postura reflexiva, em que a prática de uma pesquisa que se pusesse apenas a inventariar vestígios dessa instituição não conseguiria atender às inquietações produzidas pela experiência neste campo.

Assim surgiu meu interesse, e então proposta de pesquisa no Mestrado, de problematizar a memória sobre o “Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider”. O objeto de estudo da pesquisa delineou-se na medida em que foi ficando cada vez mais evidente que para problematizar a memória sobre essa instituição da loucura era necessário atentar ao visível apagamento da sua história no município, e às relações entre esses processos (de memória e apagamento) com possíveis tensões existentes entre a cidade e a loucura. Também começou-se a pensar no cenário do cemitério que enterra a história das instituições, como um campo simbólico fundamental de onde deveria partir meu entendimento sobre tal objeto de estudo.

Durante o processo de construção da pesquisa aconteceram interessantes encontros e momentos de reflexão que me sensibilizaram sobre o tema, e puderam delinear a construção do olhar que se dava ao mesmo. Em Florianópolis, após o ingresso no mestrado, frequentei o Arquivo Público do Estado, onde tive acesso a muitos documentos que faziam menção ao Abrigo de Alienados em Joinville, e contavam sobre alguns aspectos de sua história os quais ainda não tinha me aproximado. Tais documentos - correspondências e ofícios da Prefeitura Municipal de Joinville com o Governo do Estado - tratavam sobre as dificuldades administrativas desse local, a emergência de uma instituição psiquiátrica estadual (Colônia Sant’Ana, em Florianópolis) para onde foram transferidos os pacientes do Abrigo, e a situação das pessoas consideradas “loucas” em Joinville depois do seu fechamento.

Pude também conhecer o Instituto de Psiquiatria Estadual – antiga Colônia Sant’Ana – através do contato com a professora Viviane

² Cemitério dos Imigrantes

Trindade Borges (UDESC). O contato com o Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) que existe na instituição, sob coordenação de tal professora, fizeram com que compreendesse melhor a história que liga ambas as instituições. A vivência de transitar no espaço que deu sequência ao funcionamento do Abrigo de Alienados, e onde tiveram passagem as pessoas internadas na instituição de Joinville que para esse local foram transferidas, de maneira especial, permitiu me aproximar de cenas que antes pairavam numa imaginação muito distante desse passado. O confronto desse contato com a instituição a acolher tal condição humana (da loucura) e com o cenário da arquitetura antiga, dos corredores escuros, e celas vazias, sensibilizou-me em relação à trajetória daqueles que – hoje esquecidos - se enredaram a essa trama.

Dessa forma se deram meus passos iniciais na pesquisa do mestrado em que um campo de estudo já conhecido e experimentado, passou a ganhar novos olhares e possibilidades de sentidos.

1. INTRODUÇÃO

Como a memória de uma instituição da loucura se torna esquecida numa cidade? O que esse silêncio diz sobre sua existência? O que nos contam os vestígios dessa história? Na investigação dos rastros da existência do “Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider” encontram-se pistas que nos permitem contextualizar a história desta que foi a primeira instituição criada em Joinville com a finalidade de garantir o tratamento aos ditos loucos, e assim problematizar sua memória na cidade.

Para isso, inicialmente, revisitamos os cenários que já constituíram o espaço que culminou atualmente no cemitério da cidade, procurando nos debruçar sobre a transformação desse prédio e do seu terreno, que nos parecem apontar possíveis interesses no campo político e social da época, e convocam-nos a entrar em contato com restos de histórias apagadas.

Esses cenários dizem respeito a três tempos diferentes: além de instituição psiquiátrica, o prédio serviu, em época posterior, à mesma finalidade de isolamento, porém de uma outra categoria de indivíduos, os presos políticos, e, depois de servir ainda como residência às famílias de policiais militares³ que vinham transferidos de outros locais, teve sua estrutura demolida servindo à ampliação do terreno do cemitério.

O prédio teve como capítulo fundador de sua história, portanto, a função de abrigar os indivíduos ditos loucos, sujeitos infames⁴ marcados pela loucura, sendo construído para inaugurar o “Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider” (1923-1942). Durante seu funcionamento, recebeu homens, mulheres e crianças (menores de 15 anos) encaminhados de várias cidades do Estado. Antes, porém, de completar vinte anos de existência, em 1942, a instituição teve suas atividades encerradas, os pacientes que se encontravam internados foram transferidos, e aqueles que ainda poderiam ter passagem ou

³ Algumas informações sobre essa última função dada ao prédio serão trabalhadas no capítulo 6.

⁴ Expressão utilizada a partir do texto “A vida dos homens infames” de Foucault (1977) em que o autor trabalha com os rastros de existências - presentes nos arquivos do internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão, que datam de 1660-1760 - de pessoas que tiveram suas vidas obscurecidas pelo poder, mas que ao mesmo tempo, também pelo choque com o poder fizeram-se perdurar nas poucas linhas dos documentos que descrevem sua existência (FOUCAULT, 2006).

morada pelo local tiveram seus destinos traçados para outros caminhos, ou, provavelmente, diferentes clausuras.

Outros indícios de clausura que se relacionam à história desse prédio dizem respeito a sua função de confinar pessoas que tinham suas línguas maternas caladas, costumes reprimidos, ideais negados - raízes violentamente cortadas. Essas se encontravam no “Presídio Político Oscar Schneider” (1942-1945), como ficou conhecido o local que, podendo ser chamado de “campo de concentração”⁵, confinava as vidas desviantes do ideal político nacional da época.

De acordo com Fáveri (2007), por ordem do interventor do Estado, Nereu Ramos, tais campos de concentração, como este que funcionou em Joinville, serviram durante os anos em que o país esteve em guerra declarada aos países do Eixo (Itália, Alemanha, Japão), entre agosto de 1942 e maio de 1945, como espaço para deter aqueles que se opunham às repressões. Essas instituições,

(...) criadas através de leis e decretos, legitimaram a linha dura na perseguição de todo e qualquer estrangeiro, brasileiro naturalizado ou nascido no país que não se alinhasse à política ideológica de um Estado que geria a população nos mínimos detalhes, querendo homogeneizar condutas e sentidos, “abrasileirando-as” a qualquer custo. (FAVÉRI, 2007, p.92).

Atualmente, desse prédio não restam evidências materiais: suas paredes foram demolidas e o terreno onde ele se localizava foi tomado pelos jazigos do cemitério municipal. Ainda não se sabe em que circunstâncias se deram sua demolição, tão pouco a data exata em que teria ocorrido. Apenas se aposta que exista algo que ainda paira no não-dito e que tende a revelar tensões existentes no passado entre esse território e a cidade.

⁵ A expressão “campos de concentração” é utilizada por Perazzo (2009) em seu estudo sobre os prisioneiros de guerra no Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. A autora justifica a escolha por tal termo para designar os Presídios Políticos por entender, baseada em Hannah Arendt, que a ele correspondem todos os casos de afastamento dos indesejáveis sociais por meio da prática de concentração e confinamento, que, inclusive, existiam antes mesmo dos campos de extermínio nazista, situação histórica que levou tal prática ao extremo.

O afastamento histórico impossibilita apurar de forma clara ou precisa os motivos que levaram ao apagamento desta memória. No entanto, entende-se que não se trata de descobrir uma narrativa única ou mesmo “verdadeira” dos fatos. Como nos diz Agamben (2008), a História “não corresponde apenas ao arquivo em seu sentido restrito – ou seja, ao depósito que cataloga os traços do já dito para consigná-los à memória futura, nem à babélica biblioteca que acolhe o pó dos enunciados a fim de permitir a sua ressurreição sob o olhar do historiador” (p.145).

Escapando à tentativa de buscar razões concretas e evidentes para o processo de apagamento dessa memória, bem como de conferir a ela um estado estanco de esquecimento, busca-se a construção de um olhar para a produção social da infâmia e, em especial, à memória da loucura na cidade, que permita uma relação sensível para com esse objeto de estudo.

Ensaia-se uma *escrita afetiva*, que vê nas lacunas dessa história espaço para criar, sentir, produzir algo; do mergulho do pesquisador ao passado, ou às *rugosidades do papel*, experimenta-se afundar o próprio corpo em afetos e perceptos ainda não experimentados (FONSECA, 2014, p. 39).

Nesse mergulho sensível ao passado procuramos fazer a leitura do espaço tomado pelo cemitério. A escuta dos personagens que narram suas experiências com esse local, e as estratégias do *flâneur* como forma de deixar-se levar na busca pelas memórias por aquilo em que se configuram sentidos, foram os fundamentos do exercício de ficcionar sobre esse determinado objeto de estudo a partir de uma relação sensível com esse campo - uma “Cidade dos Mortos” – onde foi possível escutar as vozes que nele ainda pulsam e tensionam a história desse local e seu aparente estado de silêncio na cidade.

Território este da morte, ou daquilo que nos assombra, e que é difícil manter contato, o cemitério serve-nos como analogia para se pensar a memória deste terreno de vidas infames que, da mesma forma, causa estranhamento e distanciamento, por constituírem um passado com o qual se tornou difícil se reaver. Na forma de um “*hospício-fantasma*”, a existência da instituição se tornou uma memória invisível e sombria. No entanto, é possível pensar que algo dessa história ainda pode pulsar pela cidade.

Ao discutir os conceitos de memória, esquecimento e silêncio a partir de suas pesquisas com sobreviventes de períodos históricos difíceis, envolvendo experiências em guerras ou campos de concentração, Pollak (1983) trata sobre a memória referente aos grupos

sociais ou instituições, dizendo que mesmo que esses não possuam perenidade assegurada,

(...) sua memória pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. (...) O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida. (p.11)

Dessa forma, as fronteiras entre os silêncios e “não-ditos”, e o esquecimento definitivo, permanecem sempre em deslocamento, nunca são estanques. Conforme as circunstâncias, emergem certas lembranças ou se dá ênfase a algum aspecto, havendo permanente interação *entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido* (POLLAK, 1983)

Pensamos também na memória que circula por meio da vida de uma palavra, na sua passagem de um locutor ao outro, de uma geração à outra. Numa perspectiva bakhtiniana, que designa a palavra como um objeto cultural, deduz-se que a mesma possui memória; e, se por si própria a palavra não deixa de ser memória, são os sujeitos que podem esquecer, deixá-la sem circulação ou transmissão, e assim retirar-lhe sua vida (AMORIM, 2009, p.14).

Nessa inter-relação dos sujeitos, nos deslocamentos entre os silenciamentos e o que pode vir a ser dito, vagam as memórias que circulam por uma cidade. Pensamos junto à Fonseca (2012, p.22) que a cidade “(...) partilha de luzes e de escuridão, vive o duplo de uma vida cindida entre a História e o acontecimento, vive uma não coincidência com seu próprio presente, sendo, assim inatural.”

Se o “Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider” descansa hoje num cemitério de memórias, possivelmente assim o faz porque houve um silenciamento ditado por tensões no campo social e político da cidade.

O território do cemitério também se torna aqui significativo na medida em que buscamos pensar se ele veio a cumprir a função que desta história quis se dar: o enterro da sua existência no solo de um cemitério.

Nesse sentido é que se delinearam os objetivos dessa pesquisa que, investigando os vestígios de existência do “Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider” e das vidas nessa instituição enclausuradas. Também se procurou problematizar a forma de produção da loucura de

um tempo, e analisar as tensões e os jogos de forças que contribuíram para o apagamento da memória do Abrigo de Alienados na cidade.

Lançou-se um olhar para este passado, que não cumpriu ao propósito de resgate de uma memória, mas que buscou seus laços necessários com o presente. Um olhar concreto que implica investigar os vestígios de vontade humana na idealização e destruição dessa instituição, e as marcas que testemunham a história do tratamento à loucura em Joinville. Afinal, “Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.” (POLLAK, 1983, p.8).

É a exploração desse passado através daquilo que o atravessa e também das lacunas produzidas no tempo que “(...) nos remete à necessidade de fazer a história do nosso presente, retomando os liames rompidos dos diálogos entre loucura e razão, cultura, ciência e vida.” (FONSECA *et al*, 2009, p.414).

2. RELAÇÃO TEMPO-ESPAÇO EM SEUS DIÁLOGOS COM A MEMÓRIA E A CIDADE

“Seja como um tempo perdido, mas que nunca acaba, seja na forma de um lugar, de um espaço delimitado por lembranças. Afinal, seria a memória uma questão de tempo ou de lugar?”
(Canton, 2009, p. 30)

Construir um olhar para um tempo que já é passado requer encontrar alguma saída que guie a produção de sentidos sobre um campo de estudo que à primeira vista parece difícil de se revisitar. Na tentativa de investigar as reminiscências urbanas de um local que marcou, no passado, a história de uma cidade, esse impasse se faz desafio, e, em diálogo com a epígrafe, passamos a tatear não a memória no tempo ou no espaço, mas a relação entre memória e variados tempos que se apresentam em um mesmo espaço.

Na imersão da dimensão *espaçotemporal* que envolve esta pesquisa, recorro à discussão de Bakhtin (2003) sobre a capacidade de ler os indícios do tempo no espaço. Para o autor, tal capacidade envolve perceber o preenchimento do espaço como um cenário em contínua formação, como *acontecimento*.

Seja na natureza, na forma de um tempo cíclico, ou nos sinais mais visíveis de períodos longos; como também nos vestígios da criação humana, como a cidade, as ruas, casas, e obras de arte, o **tempo** mostra que não se constitui um fundo imóvel ou acabado, mas antes, preenche o espaço em diferentes graus de intensidade (BAKHTIN, 2003).

A noção de *tempo* e *espaço* é discutida por Bakhtin (2003) que tenta visibilizar a existência de outras relações entre essas duas categorias. Nessa intenção, o autor resgata a *visão artística do tempo* em Goethe⁶ evidenciando a *cultura do olhar* do mesmo, assim demonstrada:

Ao viajar para o Pirmont por uma estrada que passa pelo vilarejo de Einbeck, o olhar de Goethe logo percebe que cerca de trinta anos antes essa

⁶ Para Bakhtin (2003), as ideias de Goethe, herdeiro da época do Iluminismo (tendo-a concluído), representam o ponto culminante na literatura da passagem de uma compreensão do tempo em seu caráter cíclico às perspectivas históricas (como exemplo: o tema da idade dos homens converter-se no tema das gerações). Esta passagem ocorreu, segundo Bakhtin (2003), mais rapidamente e de forma mais profunda na criação literária do que nas concepções ideológicas abstrato-filosóficas e também históricas dos iluministas.

cidade tivera um excelente prefeito (Anais, p.76). O que ele terá visto de especial? Viu muito verde, muitas árvores, percebeu seu caráter não casual, notou neles um *vestígio de uma vontade humana única que agia de modo planejado*, e pela idade das árvores, que ele definiu aproximadamente de vista, percebeu o tempo em que essa vontade foi realizada de forma planejada. (BAKHTIN, 2003, pg. 233)

Nesta passagem destaca-se a *marca essencial e viva do passado no presente* da visão goethiana do tempo histórico, na qual “ruínas mortas” não se apresentam desprovidas de vínculo com a “atualidade viva” (BAKHTIN, 2003, p.234). Ao contrário, para além de uma simples continuidade temporal, Goethe entendia que a atualidade se manifesta em sua diversidade de tempos, naquilo que Bakhtin (2003) nomeia como heterogeneidade temporal, por envolver no presente “os remanescentes e embriões do passado, as tendências do futuro.” (p. 227).

Por isso as “ruínas mortas”, ou o “passado nu”, eram estranhos à Goethe, ele os via como verdadeiros *fantasmas* do passado. Essa sua aversão ao passado “em si e para si”, ou ao olhar romântico que não busca vínculo com o presente, é por ele superada na importância que passa a dar à criação de *laços concretos* com o presente, onde se entende o par *espaço e tempo* em sua mobilidade criadora, e o passado, nunca insulado, é percebido inscrevendo-se no presente através de seus vestígios (BAKHTIN, 2003).

Se assim como Goethe nos permitirmos tal habilidade de *ler o tempo no espaço*, o que um olhar que se lança para o território de um cemitério, onde “descansa” a infâmia de um tempo, pode produzir?

Imperceptível ao olhar de quem ali transita, o terreno do cemitério configura-se como resto da existência do local onde se enclausuravam vidas – num primeiro momento aquelas que passaram pelo Abrigo de Alienados, e em última instância as que foram isoladas no presídio político. Nesse território se encontram vestígios da vontade humana de construção e de apagamento dessas duas instituições, o que nos permite pensar nos laços concretos que vinculam o passado dessa história à vida contemporânea da cidade.

Nas noções de *cronotopo* e *exotopia* de Bakhtin que discutem a relação espaço-tempo de forma complementar (AMORIM, 2006)

buscamos construir modos de olhar e perscrutar os vestígios invisibilizados no cenário constituído pelo cemitério.

Sobre a **estrutura cronotópica** proposta pelo referido autor, retomamos a visão goethiana sobre a região ou paisagem que, segundo Amorim (2006), demonstra a preocupação de Bakhtin em destacar “a existência de uma maior ou menor capacidade do texto ou do autor de revelar a indissolubilidade entre geografia (ou topologia) e a história (ou a temporalidade).” (p. 112).

Complementar a esta ideia, o conceito de **exotopia** relaciona-se à ideia de acabamento, da construção do todo. Na criação estética isto se torna mais claro a saber que o artista, nas infinitas possibilidades de retratar uma imagem, encontra-se na tensão entre dois olhares, aquilo que vê, e o ponto de vista do retratado; isto o coloca diante do gesto exotópico de acabamento e totalização da obra. (AMORIM, 2006)

Evidencia-se, por meio disso, a *dimensão espacial* da relação espaço-tempo, no entanto, também é possível pensar em sua implicação temporal - como a posição no tempo a qual ocupa o pesquisador que investiga outra época. Se o exercício da exotopia implica-se sempre no trabalho de fixação e enquadramento, *como uma fotografia que se faz do movimento*, esta objetivação produzida requer extrair-se do puro movimento; e por assim dizer entendemos que o autor ou o pesquisador, mesmo participando dos tempos e acontecimentos, vivenciam um outro acontecimento: *o acontecimento do próprio pensar* (AMORIM, 2006).

As noções de *acontecimento e movimento exotópico* dialogam entre si na discussão de Bakhtin sobre o artista em relação ao seu trabalho criador. Para o autor, o artista vivencia sua criação, entretanto, trata-se de um vivenciamento sob uma condição outra, que não vê ou escuta a si mesmo, mas apenas ao produto, ou objeto que se visa criar; gesto exotópico que o coloca na posição de distanciamento, como um ouvinte/leitor/expectador daquilo que é produzido (ZANELLA, 2014).

Na vida esse movimento de distanciamento também ocorre em relação à *eventicidade da existência* na tentativa de analisar um acontecimento, ou mesmo comunicá-lo. O discurso sobre o vivido, sob as influências da distância espaçotemporal, reinventa e renova aquilo que aconteceu, pois, o que perdura do acontecimento - este que está na ordem do vivido, e por isso configura-se único - são seus efeitos: textos, testemunhos, marcas, restos, vestígios (ZANELLA, 2014).

Assim como na vida - no testemunho de um acontecimento - há que se haver com a complexidade do humano em suas (im)possibilidades da linguagem, também na pesquisa que se entrelaça na escuta de testemunhos, isso se faz desafio (ZANELLA, 2014). Sob

esse viés demonstram-se os limites e as possibilidades do pesquisador que se coloca a *ler o texto* de determinada dimensão espaço-temporal: sua leitura faz-se a partir de um distanciamento, não apenas de um tempo outro, mas no exercício de acabamento a partir daquilo que sua própria condição permite entender.

No exercício da leitura do território de uma cidade através dos vestígios dos tempos que nela residem, alguns visíveis, outros, porém, silenciados, há *espaço de passagem* para produzir-se no vazio, como nos diz Fonseca (2003):

O objeto urbano é de uma grande complexidade, podendo ser concebido como topografia existencial produzida pelos caminhantes ao andar e produtora de relatos de viagens cuja importância reside, justamente, na ordem do invisível, ainda não capturada pelo discurso, mas que nos indica a existência de uma espécie de vazio, ainda livre da presença dos códigos e dos regimes do poder. Um vazio como tentação ao desejo, espaço de passagem para uma errância feita com pensamento, com a memória e com o sonho. (p. 257)

Produzir e narrar este invisível, locomover-se na *errância*, “faz-nos ver a cidade como texto que comporta múltiplas traduções” (FONSECA, 2003, p. 256). Podemos pensar a cidade como obra de arte coletiva onde o espaço não se reduz apenas ao organizado e instituído, mas é também *esculpido* pelos diferentes grupos (FONSECA, 2003).

A cena contemporânea, composta pela *multidão*⁷, constitui-se numa pluralidade de vozes e línguas que retira de um passado imemorial, novos presentes - escapando à reprodução de referências identitárias; “O porvir da humanidade parece inseparável do devir urbano.” (FONSECA, 2003, p. 256). Potência composta por singularidades, a *multidão* (NEGRI, 2005) é aqui entendida na perspectiva do corpo; e assim sendo todo corpo é uma multidão, pois não existe possibilidade dele estar só. “O corpo é trabalho vivo, portanto expressão e cooperação, (...) construção material do mundo e da história.” (NEGRI, 2005, p. 21).

As singularidades investem-se como multidão nas suas lutas, movimentos e desejos de transformação, capazes de eliminar a *relação de soberania*. Produtor de história e subjetividade, o poder soberano,

⁷ Conceito trabalhado pela autora a partir de Negri (2001).

diante da potência da multidão, não consegue suprimi-la (NEGRI, 2005).

Nisso acrescentamos a possibilidade de diferentes vozes, compostas por múltiplas singularidades, terem espaço de passagem na cidade, espaço para produzirem suas histórias e transformarem o passado em novos presentes.

Em uma passagem da obra de Goethe, “Viagem à Itália”, citada por Bakhtin (2003) vê-se descrito essa ideia que construímos sobre o passado sempre possível de se evocar:

Não devemos nos afligir com a inevitabilidade da conclusão de que tudo o que é grandioso é transitório; ao contrário, se achamos que o passado foi grandioso, isto nos deve estimular para a criação de algo significativo, de algo que, mesmo transformado posteriormente em ruínas, ainda assim estimule os nossos herdeiros a uma atividade digna semelhante àquela que outrora os nossos antepassados souberam desenvolver. (GOETHE, 1786-1788, p. 481 citado por BAKHTIN, 2003)

As relações entre tempo e espaço, o olhar que se guia no aparente vazio ou esquecimento dessa história e busca produzir sentidos outros na implicação com os restos e vestígios de um tempo, delineiam a maneira como a pesquisa buscou se relacionar com a memória urbana nesse contexto.

Pensamos junto a Costa (2014) que os elementos da cidade, sua arquitetura, seus monumentos, suas ruas e ruínas, são vestígios que também testemunham vozes de tempos diversos e constituem nossa contemporaneidade. Como uma grande variedade de arquivos, a cidade comporta elementos que falam sobre as fronteiras que segmentam aqueles considerados ou não cidadãos; comportam os arquivos da infâmia urbana.

Os espaços construídos da cidade oferecem pistas que tornam possível aos que nela transitam ler o seu imaginário; *narrativa e arquitetura* apresentam-se como elementos capazes de evocar ao presente o ausente que já existiu, funcionando assim como memória (NASCIMENTO, 2008).

A leitura de um espaço onde já não restam muros ou grades que evoquem lembranças, como também – e talvez, em parte, por consequência disto - não circulam na cidade narrativas sobre a existência do Abrigo de Alienados e do Presídio Político que já

habitaram este território no passado, instigou a investigação da heterogeneidade de tempos nele presentes: quais são os vestígios da vontade humana de criação, funcionamento, fechamento e, em última instância, demolição deste lugar? Como estes vestígios interagem entre si e constituem o cenário atual de um espaço tomado por um cemitério?

O arquivo infame que encontra nos rastros da cidade testemunho de um passado, permitem-nos adentrar a história de um espaço marcado pela existência da clausura. A leitura e observação da estrutura arquitetônica do prédio, seus detalhes, localização, as formas como o escolhem retratar nas fotografias, o uso que se faz das suas imagens; como também as tensões que pulsam nos documentos públicos que a ele se referem, tecem alguns sentidos sobre o lugar ocupado pelas instituições no espaço urbano da época, bem como sua memória no contemporâneo cidadão.

3. SEGUINDO OS RASTROS

3.1 SOBRE AS FONTES DE PESQUISA

Essa pesquisa utilizou como fontes de pesquisa predominantemente documentos de domínio público, contidos no Arquivo Histórico de Joinville e no Arquivo Público de Florianópolis, referentes à instituição. Dentre estes documentos destacam-se: jornais da época, Relatórios da Superintendência Municipal, Atas da Câmara Municipal de Vereadores, Correspondências entre instâncias municipais e estaduais, Ofícios da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, fotografias, entre outros.

Os documentos referentes às pessoas que passaram pelo Abrigo também foram foco para análise por constituírem-se vestígios das marcas da institucionalização nas vidas enclausuradas, e aproximarmos do cotidiano da instituição. Não foram encontrados os prontuários dos pacientes, e se desconhece o destino que lhes foi dado ou a real existência desse tipo de registro na instituição. Consta, porém, no Arquivo Histórico de Joinville, o “Livro de Alienados”, que contém as fichas de registros com alguns dados dos pacientes internados na instituição.

Realizou-se, também, uma pesquisa bibliográfica sobre a contextualização da cidade de Joinville na época de funcionamento das instituições. E, por último, destacam-se conversas com funcionários do Cemitério Municipal, e com outras pessoas encontradas no transitar da pesquisadora nesse espaço e na cidade.

3.2 SOBRE O OLHAR AO ARQUIVO E SEUS VESTÍGIOS

Nos documentos de uma época passada e um tanto obscura as pistas revelam os tensionamentos entre a cidade e a loucura presentes nas práticas discursivas que foram tecendo a trama de acontecimentos da história desse território.

A análise desses documentos - das palavras que um dia foram produzidas para referirem-se às vidas enclausuradas nesse espaço e ao exercício de institucionalizá-las – se dá a partir da perspectiva dialógica proposta por Bakhtin (2013), para quem a *palavra* nunca se apresenta *despovoada das vozes dos outros*.

Se, para o autor, a vida é dialógica por natureza, e viver é participar de um grande diálogo; a *palavra*, assim como cada pensamento e cada vida, constitui resposta a diferentes vozes, encontra-se povoada de sentido, pois “é inacabável o diálogo com o sentido polifônico em formação.” (BAKHTIN, 2013, p. 335).

Numa tentativa de aproximar-me ao discurso que domina numa determinada época e numa dada corrente, proposta metodológica presente em Bakhtin (2013), buscou-se tomar cada elemento de análise “como ponto de vista da refração de forças sociais vivas” (BAKHTIN, 2013, p. 312).

O olhar que se constrói ao arquivo, testemunho e às minúcias dessa pesquisa reconhece a dialogia neles presente, pois ali “pulsam tensões, podem ser ouvidas vozes de variados tempos e espaços, vozes dominantes e vozes silenciadas, gritos, murmúrios e restos.” (ZANELLA, 2014, p. 129).

Na categoria de *pesquisador-arquivista* (FONSECA, 2014), daqueles que *exploram as jazidas do tempo* procurando produzir *escuta aos rumores enterrados* como forma de crítica reflexiva sobre a infâmia que se abateu sobre determinado lugar, o fazer pesquisa torna-se testemunho,

uma vez que, com sua necessária observação sensível e pacienciosa, funcionam a contrapelo do arquivo, escovam-no ao contrário das camadas dos tempos empilhados, buscando encontrar em algum momento e em qualquer espaço, um pequeno ninho de restos que insistem e subsistem sob a densa camada dos enunciados proferidos. (FONSECA, 2014, p. 46).

A história não contada, ou contada apenas pelas poucas palavras redigidas nos documentos de autoridades da época, fizeram-nos trabalhar num limiar entre os resquícios que pairavam no plano do dito e aquilo que apenas uma leitura sensível, “à contrapelo” do arquivo e suas intenções, poderiam fazer revelar.

Para Zanella (2014), tensionam-se formas já estabelecidas de se fazer pesquisa ao colocar-se a ouvir as diferentes vozes que no arquivo e no testemunho se apresentam em intensa dialogia, provocando assim as fronteiras “entre pretensas palavras últimas, oficiais, e contrapalavras silenciadas; importâncias e insignificâncias; histórias com h maiúsculo e minúsculo; verdades e ficções...” (ZANELLA, 2014, p. 121).

Assim se construiu a forma de relacionar-se com esse objeto de estudo da presente pesquisa, que se pretendeu sensível ao atentar aos pequenos achados, restos dessa história; e, ao mesmo tempo, crítica à produção da infâmia de um tempo passado em seus laços com o presente.

3.3 SOBRE RASTROS

O olhar para as minúcias insignificantes foi balizado pela busca dos rastros, no presente, dos tempos outros, tal como evidencia Ginzburg (1989) ao analisar o trabalho de Freud, Morelli e Sherlock Holmes.

Nas minúcias de uma obra de arte - a revelar características que escapam às marcas oficiais das escolas artísticas -, ou na digital de um criminoso impregnada na cena do crime⁸, segundo Ginzburg (1989), lidamos com elementos que “traem a presença” de seu autor; pormenores negligenciáveis, esses sinais e pistas, imperceptíveis à maioria, sobre o olhar de quem se debruça à tarefa da investigação de determinado objeto passam a conjecturar a busca pela revelação de algum enigma.

Dá-se a mesma conotação, como nos traz o autor, aos chamados “gestos inconscientes”, já que tais elementos da personalidade, marginais e despercebidos, ao olhar do psicanalista constituem-se dados reveladores - a saber que a psicanálise parte de um modelo interpretativo centrado sobre resíduos⁹. Na compreensão da analogia quanto a esses elementos, Ginzburg (1989) discute a implicação metodológica que se pauta num *paradigma indiciário*, ou seja, a pesquisa por meio de indícios, ou pistas.

A relação entre o sintoma na psicanálise, os indícios de uma investigação criminal e os signos pictóricos de uma análise de obra de arte, trazida por Ginzburg (1989), demonstra a *não intencionalidade* dos elementos que se configuram como pistas na tentativa de se capturar uma realidade que não está dada. E, nesse ponto, entendemos que nos aproximamos da noção de *rastros* e das implicações metodológicas do pesquisar por meio destes.

Partindo da conceitualização de Gagnebin (2006) para os rastros, a autora, ancorando-se na descrição proposta por Levinas,

⁸ Ginzburg (1989) traz os exemplos de Giovanni Morelli, historiador de arte conhecido pelo seu “método morelliano” que se baseava em descobrir, e corrigir, a autoria dos quadros de obras de arte presentes nos museus através das características menos influenciáveis pela escola de arte do artista, detalhes como as características dos dedos e orelhas nas pinturas; e Sherlock Holmes, personagem muito conhecida na literatura do detetive, criado por Arthur Conan Doyle.

⁹ A aproximação, segundo Freud, aponta para a própria fonte metodológica que o inspirou a pensar no trabalho analítico. (GINZBURG, 1989)

nomeia rastro como “um signo/sinal desprovido de visada significativa.” (p.114) que se contrapõe, sobretudo, aos signos culturais e linguísticos predominantes ou conhecidos. Falar sobre rastros requer, portanto, pensá-los em contraposição aos signos imbuídos de intenções e convicções de um autor, e também, tensionar formas de se pesquisar/investigar/conhecer um tempo passado.

Para que os rastros fossem considerados como elementos por meio dos quais se conhece um acontecimento passado precisou-se percorrer um caminho histórico que vai “dos textos aos vestígios”, como nos fala Assmann (2011). A autora resgata historicamente a mudança estrutural profunda da memória cultural através da qual se pôde reconhecer formas outras, para além do que se tinha como forma mais convencional, isto é, através da escrita, de se inscrever algo na história.

Registra-se, armazena-se e recorda-se; escreve-se para nunca ser esquecido: essa lógica, marcada pela tradição textual, sustentava a ideia de um *passado claro* fundada na “legibilidade assegurada” do texto. Segundo Assmann (2011), acreditava-se na plena possibilidade do resgate da informação por meio da escrita - o que fundava a noção de memória como inscrição e armazenamento.

Na reivindicação da imortalidade por meio da escrita desconsiderava-se a intervenção temporal, em suas condições de obscurecimento ou força renovadora, enquanto que as suas mídias concorrentes como as figuras, esculturas e construções arquitetônicas eram consideradas futuras ruínas, incapazes de resistir à força do tempo (ASSMANN, 2011).

É o reconhecimento da efemeridade do traço escrito que altera a noção da escrita como rastro privilegiado. O passado passa a revelar-se *obscuro* ao passo que novas experiências de aproximação e imediação com o mesmo são construídas: a ponte que se faz entre esquecimento e tempo passado não tem mais os documentos textuais como base fundamental, e assim, novas mídias da memória passam a ser tomados como objetos remanescentes e vestígios (GAGNEBIM, 2006; ASSMANN, 2011).

O acesso ao passado passa a se apoiar às ruínas e cacos da história - numa articulação não verbal - como também aos resquícios da tradição oral. Vestígios e objetos remanescentes são tidos como testemunhas significantes do passado, que embora não tenham sido concebidos como signos, podem no futuro serem lidos como tal (ASSMANN, 2011).

Falamos assim de uma nova consciência histórica que entende a memória em sua relação inegável com o apagamento, e a destruição, e os vestígios - considerados “signos duplos” que se associam à recordação e ao esquecimento - passam a ser tomados na restituição de *fragmentos de sentidos do passado*, que deixa de ser “claro” para passar a ser revisitado em sua estranheza. Para Assmann (2011), “Quando se fala de deslocar o interesse dos textos para os elementos remanescentes, trata-se de uma mudança das mídias da memória de testemunhas “falantes” para testemunhas “mudas”, com a preocupação de fazer que essas últimas voltem a se manifestar. (p. 229)

Seguir rastros, para Assmann (2011), é percorrer o caminho “dos vestígios ao lixo”: **contemplar o insignificante e “transformar lixo em informação”**. Reconstruir um passado através dos seus rastros é guiar-se por aquilo que não é escolhido para perdurar; testemunhos não endereçados à posteridade, que comunicam algo que a tradição pretende calar.

Rastros despercebidos participam de nossa vida cotidiana. Sinais sorrateiros, invisíveis aos olhares mais superficiais, os *rastros* inscrevem-se nas camadas dos tempos, permanecem emudecidos nas lacunas da história, e nas entrelinhas da escrita da vida. Uma vez descoberto, um rastro coloca em aparência o que permanecia até então obscurecido, revela-nos uma “presença ausente”, como nos diz Gagnebin (2006):

Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão ou de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por essa não-intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista, esses primos menos distantes do que podem parecer à primeira vista, devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. (p. 111)

Nesse silenciamento, em que algo se cala - torna-se insignificante, “resto” - diante do tensionamento de diferentes vozes sociais, como procurar por rastros? Quais os rastros possíveis de serem encontrados na leitura que se faz de um espaço, uma imagem, experiências passadas ou configurações cotidianas? O que se configura como rastro numa história adormecida? De que forma fazer a leitura de um espaço? Partimos da seguinte reflexão de Benjamin (2012a) que parece nos auxiliar nessas questões:

Somente quem soubesse considerar o próprio passado como fruto da coação e da necessidade seria capaz de fazê-lo, em cada presente, valioso ao máximo para si. Pois aquilo que alguém viveu é, no melhor dos casos, comparável à bela figura à qual, em transportes, foram quebrados todos os membros, e que agora nada mais oferece a não ser o bloco precioso a partir do qual ele tem de esculpir a imagem de seu futuro. (p.42).

Dessa forma nos aproximamos inicialmente da *concepção de memória* que veio a guiar esse trabalho: ao entender que o passado perpassa pela condição de (re)configuração que se dá **no presente** por meio dos elementos que perduram como vestígios dos tempos e acontecimentos, passamos a entendê-la (a memória) como um processo em contínua formação que se dá em relação inseparável com o passado, como também com o futuro.

Através dessa passagem entendemos que na leitura que se faz do passado, cabe - ou resta - a cada um capturar os vestígios, um espaço, uma imagem, uma palavra, ou elementos cotidianos, em que se configuram intensidades. As lembranças do passado pelo sujeito se dão em *instantes de experiência*, e, assim, também podemos pensar que na busca de conhecimento que guia uma pesquisa parecem ser esses “instantes” que permitem, a partir daquilo que nos afeta - *fazer a leitura de uma imagem*.

4. A CIDADE E O VAZIO DE UM PASSADO

“Pois não somos tocados por um sopro do ar que envolveu nossos antepassados? Não existem, nas vozes a que agora damos ouvidos, ecos das vozes que emudeceram? (...). Se assim é, então existe um encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Então, alguém na terra esteve à nossa espera.”
(BENJAMIN, 2012b, p. 242)

Percorrer a cidade em busca dos vestígios da clausura lançava a pesquisadora a vivenciar o vazio de uma multidão (NEGRI, 2004) que transformava em tempo distante e perdido a história da produção da infâmia ocorrida na cidade. Multidão que vive o contemporâneo, sonha futuros e rememora tradições, mas, também, silencia diante de algumas memórias, tal como a história do prédio que abrigou, em tempos diferentes, duas instituições de confinamento de vidas infames em Joinville.

Junto às pedras e o pó que restaram da demolição dessa construção no terreno aos fundos do Cemitério Municipal, onde, mais tarde, erigiram-se túmulos e jazigos para comportar a necessidade de ampliação do espaço para se enterrar os mortos, essa memória descansa no subterrâneo da vida cidadina, e dela ainda pulsam vestígios a revelar uma história que se pretendeu enterrar.

Procurando pistas, rastros de uma existência que se erigiu – tijolo por tijolo; palavra por palavra – e enterrada foi sob o solo da cidade, a pesquisadora deslocava-se pelos diversos lugares onde se depositam os registros oficiais do passado. Nesses lugares a história que subjaz à transformação do território do cemitério municipal era recebida com desconhecimento e surpresa; as respostas não estavam dadas, mas inclinavam à investigação de um arquivo documental, provavelmente poucas vezes manuseado, de uma história que não estava presente no discurso das pessoas com quem conversava, de memórias historicamente apagadas.

O arquivo de documentos existentes permitiu à pesquisadora adentrar a história de um espaço marcado pela existência da clausura. No Arquivo Histórico de Joinville, e posteriormente, no Arquivo Público do Estado (em Florianópolis), encontraram-se os enunciados que produziram no passado a institucionalização de muitas vidas, as

vozes daqueles que representavam o poder político da época a contar sua versão dos fatos sobre o contexto de criação do Abrigo de Alienados, que serviria para abrigar os ditos loucos.

Entre os jornais da época, relatórios da Superintendência Municipal, atas da Câmara, correspondências e ofícios entre instâncias municipais e estaduais, essas pessoas eram retratadas como “pobres infelizes”, e medidas construía-se para tentar reparar a situação crítica em que se encontravam; nas fichas de registro do livro intitulado “Livro de Alienados”, eram marcadas pelo diagnóstico, e algumas poucas outras informações sobre suas características físicas.

Nos registros ínfimos de suas passagens naquele lugar, palavras produziram esses sujeitos como loucos em sua época. Dentre os vestígios não existem, no entanto, marcas deixadas por eles próprios; um simples bilhete, uma carta, um diário, ou quem sabe, alguns versos, desenhos, produções estéticas¹⁰ a testemunhar suas experiências de clausura, e nos colocar diante de suas formas de resistir ao isolamento a que eram destinados. O fato dos prontuários dos pacientes internos não terem sido escolhidos a perdurar no Arquivo que hoje se encontra sobre o Abrigo de Alienados demonstra de que maneira se deu a seleção do que se gostaria de rememorar sobre essa história, e que certas vozes quiseram-se esmorecer.

Sobre a segunda leva dos habitantes da clausura desse espaço - os presidiários políticos - deparo-me com a maneira como o poder político orquestrava sua prática silenciadora apagando quase todos os vestígios de uma época repressora, como já apontava Fáveri (2009). Nos jornais publicados em Joinville entre os anos de 1942 a 1945, por exemplo, entre edições que se baseavam nas notícias mundiais sobre a Segunda Guerra Mundial, não se falava da realidade do município que mantinha um Presídio Político. Encontro alguns lampejos das passagens dessas pessoas pelo presídio a partir de um arquivo pessoal¹¹ que continha fotografias de momentos cotidianos dos prisioneiros, além de listas que revelavam nomes de presos.

¹⁰ Tais como as que se encontram nos arquivos da Oficina de Criatividade do Hospital São Pedro, em Porto Alegre, na exposição “Vestígios de si” do Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPq), em São José, Nise Silveira, entre outros lugares.

¹¹ Presentes no seguinte blog: <http://paulodafigaro.blogspot.com.br/2014/06/fotos-do-campo-de-prisioneiros-alemaes.html?spref=fb&m=1>

Como, no entanto, auscultar as vozes emudecidas dos sujeitos que passaram pela experiência do confinamento? De que forma perscrutar os restos de vidas invisibilizadas na trama da história em que essas pessoas se viram enredadas? Como sentir na pele a existência pulsante de uma memória silenciada? Os questionamentos levaram a pesquisadora até o território que fundou tal história, o cemitério da cidade.

Para sensibilizarmos sobre o campo simbólico que envolve o terreno do cemitério, partimos da concepção de que ele consiste num lugar de luto social, característica essa que se atribui a todo cemitério, ou seja, do luto sobre a falência dos corpos. Desse cemitério em específico, porém, tensiona-se de outra maneira o luto social a que representa, aquele que permanece invisibilizado a respeito da existência, no passado desse terreno, da edificação onde funcionaram as instituições de clausura.

Embora a existência desse lugar tenha sido apagada no ato da sua demolição e silenciada nas narrativas que circulam pela cidade, aposta-se que assim como a imagem de um palimpsesto - pergaminho em que um texto primitivo teria sido *raspado* para dar lugar a outro – os restos de sua existência nos indicam a “memória viva de um passado morto” (SANTOS, 2006). As histórias que envolvem a criação e o funcionamento do prédio continuam grafadas nesse espaço, constituindo-o como um campo de tensão entre diferentes tempos.

Para Hissa e Melo (2008, p. 297), “A história é história sobre história, escrita sobre escrita, espaço sobre espaço.”, e isso nos inspira a fazer a leitura da paisagem que constitui o cemitério: embora possa parecer uma paisagem “congelada” por abrigar a morte e o silêncio, participa da “história viva” da cidade, como nos diz Santos (2006). Para tal autor:

De fato, a paisagem permite apenas supor um passado. Se queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual (SANTOS, 2006, p. 69).

Nesse sentido, buscou-se ao transitar sobre esse território da cidade os vestígios e vozes a testemunhar um passado que ainda

confronta o presente, e produz possibilidades de compor sentidos outros a sua realidade, inscrevendo memórias futuras. Tensionando esses diferentes tempos, entendemos o cemitério a partir da noção de *espaço*, que “(...) testemunha a realização da história, sendo, a um só tempo, passado, presente e futuro.” (SANTOS, 2006, p.102).

Na experiência de ler o território de um cemitério onde interagem vestígios de tempos diversos, e na tentativa de ascultar às vozes do passado, das pessoas que vivenciaram tal experiência, produziram-se alguns sentidos através do “*flanar*” nesse espaço à procura de vestígios e narrativas sobre tal história.

A procura inicial por registros documentais sobre a existência do prédio no setor administrativo do cemitério levou a constatação da inexistência de qualquer tipo de material de registro e também o desconhecimento por parte de alguns funcionários sobre tal fato que compõe a história do território. O lugar para se memorar os mortos provavelmente, nunca havia sido antes considerado espaço para pesquisa, talvez porque as rememorações que ali se buscam estiveram sempre relacionadas às histórias que se enterram junto aos túmulos, e não àquelas que compõe a história da “Cidade dos mortos”.

A pesquisadora se pôs, então, a transitar pelo cemitério, andar entre os túmulos que se encontram no local onde teria existido o prédio (figura 1). Em frente à capela do cemitério, guiada pela informação de que ainda existiriam vestígios do prédio demolido¹², procurou por ruínas que ainda contassem alguma história, porém, as mesmas não foram encontradas.



Figura 1. Túmulos do Cemitério Municipal de Joinville. Registro da pesquisadora.

Estar no cemitério tornava o olhar da pesquisadora mais sensível aos vestígios de vidas outras que habitaram aquele lugar. Pisar no solo onde se arquitetou a produção da infâmia da cidade parecia

¹² Informação que consta no Jornal ANotícia do ano de 2003. Disponível em: <http://www1.an.com.br/2003/set/14/0ger.htm>

mostrar: não se trata de ouvir os vivos, coloque-se a escutar as vozes do passado, ouça o que o cemitério tem a dizer!

Passou-se a perceber que a busca também poderia se dar através da leitura desse território, das afetações possíveis que poderiam surgir ao tentar-se ascultar as diversas vozes que ecoam no espaço onde se tensionam diferentes memórias. Transitar pelo cemitério marcava a experiência de entrar em contato com a ausência de um passado.

Como um flâneur que passeia nos lugares onde podem ser encontrados os vestígios do passado (ABREU, 2012), transitar por esse território significava despertar as possibilidades de sentir as vidas e os acontecimentos enredados na trama desse passado lançando o corpo de pesquisadora a “perambular” no cemitério de maneira nunca antes pensada.

Inspirando-se na alusão que Benjamin faz à figura do flâneur como proposta de colecionar imagens e fragmentos de universos desaparecidos para tecer novas configurações, sentidos e ações transformadoras (ABREU, 2012, p.10), buscou-se pelos vestígios de memórias que ainda pulsam nesse lugar.

Não existindo vestígios materiais da edificação, como se vê na comparação das imagens da figura 2, o olhar que se dirigia ao território aparentemente vazio ou silenciado tecia outras relações; a ausência da arquitetura que poderia remeter-nos diretamente ao passado sensibilizava para a existência de algo que permanecia não dito sobre o território. Era como se ali se pudesse experimentar a aura¹³ de uma paisagem que ainda resistia num contexto de ausência.



Figura 2. Paisagem pretérita e atual do terreno do cemitério. Fonte: 1ª foto - Arquivo Histórico de Joinville, 2ª foto - registro da pesquisadora.

¹³ Aqui se fala da experiência de aura proposta por Benjamin (2012a). Para ele, aura seria “Figura singular, composta de elementos espaciais e temporais, aparição única de uma coisa distante, por mais perto que esteja.” (p. 440).

Fez sentido, então, pensar que a cidade tem por costume guiar-se ao passado apenas a partir das suas “paisagens materializadas” (ASSMANN, 2011), ou seja, a partir do “contato direto” com uma época passada quando ainda resistem provas concretas de sua existência.¹⁴ Ao dotarmos um local de aura, no entanto, pode-se perceber sensorialmente o afastamento de um passado irrecuperável, onde se entretece presença e ausência – o presente sensorial e o passado histórico; a dimensão da aura atribuída a um lugar reside justamente na sua estranheza (ASSMANN, 2011).

Nas visitas da pesquisadora realizadas ao cemitério, algumas vezes acompanhada por funcionários do local, passou-se a entrar em contato ora com o apagamento da referida história, ora com as narrativas que ainda ressoavam sobre a existência das instituições naquele local, e também sobre as demais memórias que constituem o cemitério.

Na primeira visita da pesquisadora ao local, por exemplo, enquanto a mesma procurava pelos restos materiais do prédio. Um dos coveiros que cumpria seu serviço naquele dia, sabendo do motivo do transitar da pesquisadora naquele espaço, insistia em tensionar sua busca: “Já encontrou algum hospício?”, “Não tem hospício por aqui, não!”, dizia ele. A figura do coveiro – aquele que trabalha cotidianamente com o silêncio da morte - trazia o apagamento presente na cidade sobre a história que não recebeu sua lápide.

Além das experiências de contato com o desconhecimento e estranhamento quanto ao objeto de estudo que se investigava, a convivência naquele espaço permitiu conhecer algumas nuances do funcionamento do cemitério, como o fato dele possuir algumas nomeações informais entre aqueles que ali trabalham.

Tem-se conhecimento da “Quadra do hospício”, região do cemitério nomeada pelos coveiros mais antigos, onde ficam os túmulos que se erigiram sob o solo que se edificou o Abrigo de Alienados. Essa informação, que nem todos detêm, faz parte do cotidiano do cemitério, servindo à localização daqueles que ali trabalham, mas não se trata de uma informação que ressoa para além dos limites do cemitério, o que nos diz que a memória da existência da instituição circula entre poucos personagens que se envolvem nesse cenário.

Foi possível notar, então, a partir destas e de outras narrativas, que no cemitério também se partilham memórias e esquecimentos; ele se constitui como espaço que possui um funcionamento próprio, mas

¹⁴ Essa é a chamada “lógica da força vinculativa dos lugares com o passado”, discutida por Assmann (2011).

que faz espelho à produção da fama e infâmia dos vivos e mortos da cidade. A experiência a qual permite afirmar isso provém da seguinte fala de um dos coveiros ao guiar a pesquisadora à região onde se localizam os túmulos de muitos ex-prefeitos e outras figuras políticas da cidade, dizendo: “Aqui está toda a história de Joinville”. Túmulos e jazigos imponentes, localizados acima do morro do cemitério, como demonstra a fala desse sujeito, constituem o espaço da memória oficial da cidade, daqueles “dignos” de serem lembrados.

No cemitério, passou-se a notar, existem diferenças entre os que recebem (ou não) suas lápides; aqueles cujas lápides eternizam-se, ou então não são perduradas; aqueles que são sepultados na área destinada às glórias de uma cidade, e outros que “descansam seus corpos” em regiões menos “privilegiadas”.

Ainda que algumas pistas fossem difíceis de serem seguidas, e alguns personagens insistiam em não dar respostas, ou faziam desistir da procura pelos vestígios da história desacreditada, estar no cemitério tornava o olhar da pesquisa mais sensível aos vestígios de vidas outras que habitaram aquele lugar, bem como à possibilidade de abrir os sentidos aos seus narradores – aqueles que falam a partir de sua experiência nesse local – para investigar os vestígios do passado e apropriar-se desse espaço, reconhecendo, tal como indica Abreu (2012), configurações que não são visíveis.

Dentre as pessoas que trabalham nesse lugar, embora desconhecedores do cotidiano interno das instituições da clausura, já que não tiveram acesso a ela, alguns conseguem apontar alguns vestígios da existência da referida edificação. No contato inicial que se fez com um dos funcionários mais antigos do cemitério, ele leva a pesquisadora até a região exata da existência do prédio, e em sequência, passa a desenhar em silêncio numa folha sobre uma prancheta (figura 3) a estrutura física do local, escrevendo a ordem dos destinos que a ele se deu (Hospital, presídio, moradia da polícia e cemitério), e o



Figura 3. Desenho realizado por um dos funcionários do cemitério.

terreno do cemitério, destacando, como se pode ver abaixo do desenho da instituição a ordem em que foram realizadas transformações e reformas nesse território. Segundo ele, a ampliação do espaço do cemitério que ocorreu no terreno em que foi demolida a edificação teria sido a terceira transformação desse local, ocorrida por volta de 1978.

Sua memória quanto à estrutura do prédio e as outras informações sobre o terreno do cemitério e as diferentes reformas feitas no lugar, demonstram a maneira como preserva a experiência daquele território e a compartilha via narrativa da história do cemitério. Respondendo a pergunta sobre a data da demolição do prédio, guia a pesquisadora para os túmulos que estão sob o solo que no passado recebeu ambas as instituições. Ensina que eles são pistas para se aproximar da história do prédio: os anos de falecimento gravados nas lápides mostram em que época os túmulos passaram a ser construídos naquela região. Essa rápida investigação da pesquisadora junto ao funcionário sobre as lápides daquela região concluiu que a data mais antiga correspondia ao ano de 1977 e, assim, indicava que pouco antes disso o prédio já teria sido demolido.

Ouvir desse sujeito algumas histórias que constituem o território do cemitério trouxe a experiência de estar diante de um dos poucos “guardiões” das memórias desse local e nos aproximou da ideia de narrativa discutida por Benjamin (2012b). Para o autor, enquanto a informação que só vive no momento em que é nova e a esse momento se entrega inteiramente, a narrativa é muito diferente: “Ela não se esgota jamais. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de desdobramentos.” (p.220). A conservação da narrativa - ilustrada nas histórias contadas pelo funcionário do cemitério que resistem ao silenciamento que envolve esse período histórico na cidade – relaciona-se à forma artesanal característica da forma de sua comunicação, como nos fala Benjamin (2012b):

A narrativa (...) é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em si” da coisa narrada, como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim, imprime-se na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. (p. 221)

Experiências como essa fazem compreender os vestígios da “Cidade dos Mortos” como forma de fazer ponte ao passado que marcou esse território. Da imagem atual desse espaço (figura 4) registrada em cima do morro localizado nesse território, em direção ao local onde se indica que existiu o prédio em que funcionaram as instituições, podemos observar os vestígios que marcam os vários tempos desse espaço: arquiteturas diferentes - compostas por prédios, casas, e paisagens naturais a dialogar com o cenário do cemitério. Esse, por sua vez, como já discutimos, reúne nas lápides dos túmulos registros de épocas, camadas sociais, e trajetórias de vidas das mais diversas.



Figura 4. Vista do alto do cemitério. Registro da pesquisadora.

O terreno do cemitério, nesse sentido, concretiza-se como *cronotopo* no sentido que emprega Bakhtin (2003): uma condensação de variados tempos em um mesmo espaço e cuja leitura se concretiza como possibilidade de “compreender uma forma acabada de experiências inacabadas.” (MACHADO, 2010, p.209). São inacabadas pois, em Bakhtin, tempo e espaço não existem em si mesmos como entidades absolutas, “são transformações semióticas de vivências em sistemas culturais produtores de sentido.” (MACHADO, 2010, p. 212).

O cemitério a partir desse conjunto de experiências passava, então, a ganhar ares de um campo ficcional onde se podia criar sentidos vários ao deixar-se afetar pela presença incômoda de um aparente silêncio de morte.

4.1. AS VOZES DA “CIDADE DOS MORTOS”



Figura 5. Fotografia em preto e branco de Pamela Kieper. Imagem do cenário atual do Cemitério Municipal.

Na tentativa de retomar a narrativa desse lugar, das histórias que o constituem como um palco de acontecimentos diversos e simbolicamente ligados entre si, recorre-se à palavra grega *sema*, discutida por Gagnebin (2006), que comporta um duplo significado: *túmulo* e *signo*. Sabe-se que do seu significado original de “túmulo”, a palavra,

posteriormente, passou a significar também “signo”, o que nos faz considerar o túmulo como *signo dos mortos*. Ligado a isso temos o fato de que as inscrições funerárias encontram-se entre os primeiros rastros de signos escritos da história da humanidade, o que demonstra a forma como memória, escrita e morte amalgamam-se num só processo. Túmulo, signo, palavra e escrita lutam, todos eles, contra o esquecimento (GAGNEBIN, 2006).

Os túmulos que se erigiram sob o solo após a demolição do prédio, ao mesmo tempo em que são vestígios da intenção de apagamento de uma paisagem memorativa, talvez por consequência do crescimento da cidade e do fato de não se valorizar memórias sombrias, edificações que destoam do meio urbano, que provocam medo e repulsa, configuram-se como signos dos outros mortos que ali passaram a ser enterrados, esses, dignos de receber a lápide de sua existência, o signo da sua morte, ao contrário dos sujeitos infames que experimentaram a morte pelo cerceamento do movimento autoral dos seus corpos pela urbe e cujo silêncio da morte não mereceu ser eternizado.

A estrutura construída para sediar o Abrigo de Alienados pode ser entendida como uma fundação arquitetada para que algo não fosse esquecido – um grande feito na cidade? A figura política cujo nome emprestou-se ao Abrigo?¹⁵ -, ao mesmo tempo em que representa o signo dos mortos-vivos que não se queriam lembrados. Se o invólucro

¹⁵ Esse paradoxo entre o que se construiu para ser lembrado e o que se quis esquecido será trabalhado no próximo capítulo.

dessa existência ainda restasse, teríamos um “monumento funerário” cujos muros, assim como lápides, inscreveriam na paisagem da urbe as histórias das vidas tornadas ínfimas.

Ao invés de conservarem-se os *signos* cravados sob seu solo, e patrimonializar sua edificação, para essa arquitetura escolheu-se que nada fosse lembrado. A aglomeração dos túmulos que habitam atualmente esse espaço passou a compor não mais um lugar ordinário da cidade, como remetia a presença do prédio que abrigou as instituições da infâmia, pois, ao sediar a ampliação do cemitério, fundando-se como parte dele, tornava-se um “terreno santo”, como Silva (2000) nos faz pensar. Para esse autor, junto à expressão “Necrópole”, *cidade dos mortos*, outras expressões, tais como “Território do descanso eterno” e “Campo santo”, enviesadas pelo caráter religioso, passaram a compor os significados que se atribuíam à palavra cemitério, que primitivamente queria dizer apenas o “lugar onde se dormia”¹⁶.

O termo *necrópole* a significar uma *cidade* de mortos indica que o espaço que constitui um cemitério é marcado pela presença de mais de uma sepultura (FILHO, 2007) e, para além disso, podemos pensar que ao ser cunhado como “cidade”, o cemitério parece ser reconhecido como um espaço onde se constituem relações específicas, essas estabelecidas a partir do contato com os vivos, que atribuem a esse lugar certos valores, estabelecem seus cultos e rituais e ali depositam suas memórias.

Sabe-se que os espaços tradicionalmente destinados aos mortos, antes afastados da vida cidadina, com o desenvolvimento das cidades voltam a estar próximos do contato com os vivos, isto é,

os mortos que haviam sido expulsos da cidade, estavam novamente dentro da cidade. Assim tem sido até nossos dias. Nem se poderia pensar de outra forma, sob pena de esquecermos as origens das cidades. Parece-nos que elas só tiveram origem a partir do culto aos mortos, isto é, a cidade dos vivos só tem existência depois do surgimento da cidade dos mortos. A necrópole precede a metrópole. (SILVA, 2000, p. 276).

Dessa relação entre metrópole e necrópole, entre vivos e mortos, pode-se dizer que o cemitério não se constitui meramente como destino final que damos aos corpos, mas como um lugar de memória, de

¹⁶ Proveniente da palavra grega *kaimão* - dormir (SILVA, 2000).

onde ainda se pode extrair as vozes dos ausentes; lugar de *rastros*, que revela a *presença de uma ausência* e a *ausência de uma presença* (GAGNEBIN, 2006): na ausência da materialidade dos corpos, os rastros que ali se inscrevem presentificam a ausência, enquanto fazem lembrar o que não está mais presente.

Esse encontro dos vivos com os mortos parece ser o *encontro secreto marcado entre as gerações* que nos fala Benjamin (2012b). Se esse encontro é secreto e se faz na presença de vozes emudecidas, Benjamin (2012b) aponta-nos para a existência de tensionamentos entre passado e presente. A própria distribuição dos espaços da urbe entre vivos e mortos, o movimento entre seu afastamento e retomada de convívio, parece ilustrar esse conflito que a produção da memória na cidade se vê amalgamada. Produção essa que torna os habitantes da pólis enredados, no presente, ao sopro das vozes que podem ser ouvidas do passado, e que assim projetam futuros.



Figura 6. Sobreposição de imagens produzida por Pamela Kieper.

Façamos acontecer esse encontro que nessa cidade ainda é secreto, marcado pelo silenciamento que o envolve. A experimentação que promove a sobreposição de imagens¹⁷, ilustrada na figura 6, a recompor a paisagem da instituição no cenário atual do cemitério, juntamente com o poema de Bertold Brecht que compõe a epígrafe deste trabalho, nas seguintes estrofes, em especial, ilustram a forma como nos sensibilizamos quanto a esse campo simbólico: “Cuide, quando pensar

¹⁷ A imagem foi feita, a pedido da pesquisadora, pela fotógrafa Pâmela Kieper para compor o material “Memórias da Loucura em Joinville: o (des)aparecimento do Abrigo de Alienados na cidade” (ZABOT e GOMES, 2015).

em morrer/Para que não haja sepultura revelando onde jaz/ Com uma clara inscrição a lhe denunciar/ E o ano de sua morte a lhe entregar”.

Não deixar inscrição material alguma a “denunciar” onde jaz uma existência, assim como se deixa uma sepultura em memória daqueles que já se foram, parece constituir-se como uma estratégia de apagamento dos rastros de uma história. Sensibilizando e tornando visível o apagamento sobre essa existência que paira na cidade, façamos da pesquisa - assim como se faz através da arte – possibilidade de produção de sentidos outros a essa realidade.

Como um espectro a ressurgir no terreno do cemitério - um “hospício-fantasma” – imaginemos esse território como uma verdadeira “*Cidade dos Mortos*”, local onde é possível - para aqueles que se debruçam de forma sensível sobre essa história – notar a existência de vozes que revelam uma heterogeneidade de tempos a compor o cenário, à primeira vista silencioso, de um cemitério.

É possível pensar que, para além da sua função de abrigar a morte em seu estado mais concreto, esse espaço se fundou como um verdadeiro “cemitério social” destinado a abafar as vozes de sujeitos produzidos como representantes da infâmia do seu tempo. Aquilo que permanece silenciado na história desse território diz respeito ao que o configura como um verdadeiro espaço de “cemitério-social” da cidade; ao escavar as camadas dos tempos que ali concomitantemente se apresentam, os vestígios encontrados revelam a proximidade entre *morte* e *infâmia* presente em todos os destinos que a esse terreno se quis dar.

Do cemitério pulsam vestígios de memórias de uma época em que a produção da infâmia se alocou no terreno da cidade. Palco, no passado, da existência das duas instituições da clausura e encarceramento, nele habitaram aqueles indivíduos que se tornaram mortos em vida ao serem produzidos como representantes da infâmia de um tempo – os “mortos-vivos”. Em comum entre os habitantes confinados nesse lugar está a experiência de resistir ao cerceamento de sua autonomia, sua posição no mundo, sua própria voz. Vozes abafadas não somente pela eternidade da morte, mas antes porque em vida experimentaram a condição da clausura humana, habitam desde então a névoa que paira sobre essa história.

A sucessiva destinação desse espaço para abrigar a infâmia e também a morte soa como uma verdadeira *ficção* cuja trama segue um roteiro destinado a ilustrar as condições mais “mortificantes” que podem experimentar em vida os humanos. Ficção cujo enredo causa estranhamento aos seus ouvintes – transeuntes desse espaço que desconhecem ou pouco lembram dessa história -, pode ser recontada a

partir de uma relação outra que com ela se estabeleça, relação ética e sensível para com um passado de memórias difíceis.

Como no conto “Bobók” de Dostoievski (2012), que faz do cemitério cenário de uma ficção em que a personagem principal ausculta as vozes dos mortos dentro dos túmulos a balbuciar seus últimos restos de vidas, é possível aproximar-se do contexto da morte para dele produzir tensões: ao criar paradoxos do limiar entre vida e morte, abrem-se frestas para produzir fala daquilo que, silenciado, “descansa em paz”.

Personagem principal do conto, Ivan Ivánitch, literato de novelas não publicadas e folhetins recusados, vivencia o limiar entre razão e loucura. Ao mesmo tempo que vê sua escrita tornar-se “truncada”, sente-se atormentado por coisas estranhas que começa a ver e ouvir. Em meio ao seu estado confuso, Ivánitch, na tentativa de espairar, acaba encontrando-se no enterro de um parente distante. Assim, no caminho pelo cortejo fúnebre até o cemitério, a ficção de Dostoiévski encontra o cenário dos seus acontecimentos.¹⁸

Deitado sob um bloco de pedra em formato de caixa, Ivánitch adormece e começa a ouvir ruídos, sons surdos, como se vozes estivessem sendo abafadas por algo. Aos poucos percebe que são as vozes dos mortos que dentro dos seus túmulos dialogam entre si; tratam-se de personagens de diferentes classes sociais, com diferentes características, a discutir questões que tensionavam sua condição de morte. Entre os mortos, a um filósofo coube explicar o mistério da vida prolongada dos cadáveres no cemitério: após a morte o corpo se reanima por mais um tempo determinado e os restos de vida se concentram na consciência, “é a vida que continua como que por inércia”, explica.

O diálogo num instante interrompe-se, e o silêncio do cemitério volta a se fazer absoluto. De sua experiência, em que enxerga a perversão de um lugar como o cemitério e dos cadáveres em decomposição que não se poupam dos últimos lampejos de consciência,

¹⁸ A ficção é inspirada na menipeia, gênero universal das “últimas questões”. Nesse tipo de gênero literário não ocorre ação, apenas, “aqui” e “agora”, que se dá em todo o mundo e na eternidade (na Terra, no inferno e no céu). Em Dostoiévski, a menipeia se aproxima do mistério da morte, numa ficção que se encontra no limiar da vida e da morte, da mentira e da verdade, da razão e da loucura, e tem em seus personagens apresentados como vozes que ecoam, que se manifestam “diante da Terra e do céu” (BAKHTIN, 2012).

Ivánitch passa a desconfiar que os mortos guardam cuidadosamente algum segredo desconhecido dos mortais, e assim conclui: “Circulo em outras classes, escuto em toda parte. O problema é que preciso escutar em toda parte e não só de um lado para fazer uma ideia.” (Dostoiévski, 2012, p. 40).

O literato da escrita truncada, talvez assim por se esquivar de palavras últimas, como interpreta Bakhtin (2012), parece nos falar sobre a importância de escutar as vozes provindas de diferentes lugares sociais - inclusive aquelas silenciadas pelo destino da morte. Nesse sentido, temos também em Bakhtin (2013) a escolha metodológica de não se considerar somente as vozes consagradas pela história como “heróis”, mas tornar inalienáveis todas as vozes, inclusive daqueles que, como sujeitos ordinários e infames, também resistem e inscrevem-se na vida da cidade. Afinal, “Em toda parte certo conjunto de ideias, pensamentos e palavras se realizam em várias vozes desconexas, ecoando a seu modo em cada uma delas.” (BAKHTIN, 2013, p. 315)

Por meio da fala livre de qualquer julgamento e regras da sociedade dos vivos, no reino do além-túmulo cada indivíduo é dono da sua palavra, as leis que regem a vida terrena não os tem mais alcance. Assim, o grande diálogo presente no conto de Dostoiévski aborda as posições últimas de suas personagens no mundo, construindo suas críticas às condições de uma dada sociedade. A obra do autor não comporta uma linguagem única, mas *linguagens*, falas oriundas de diferentes condições sociais e culturais (BEZERRA, 2012).

Bakhtin (2012), ao discutir tal conto, assim fala sobre a situação excepcional de “Bobók”:

(...) a última vida da consciência (dois ou três meses até o sono completo), liberta de todas as condições, situações, obrigações e leis da vida comum é, por assim dizer, uma vida fora da vida. Como será aproveitada pelos “mortos contemporâneos”? A anácrise, que provoca a consciência dos mortos, manifesta-se com liberdade absoluta, não restrita a nada. E eles se revelam. (p.73)

Os habitantes do cemitério municipal de Joinville - todos os mortos ali sepultados - e aqueles que pelas instituições da clausura e da loucura tiveram passagem, os mortos-vivos, são testemunhas de um passado marcado por tensões, conflitos e disputas. As vozes abafadas pela morte que ainda pairam sobre esse cenário continuam a

protagonizar a trama que a esse lugar sempre se destinou, o silenciamento de vidas. Vozes de diferentes tempos, camadas sociais e trajetórias de vidas, dialogando num mesmo espaço, sob o mesmo solo, a testemunhar e tensionar o (des)aparecimento do lugar da clausura humana e o silenciamento em relação às violências que ali tiveram guardada.

Se as vozes da Cidade dos Mortos, assim como no conto de Dostoiévski, pudessem por um dia ser escutadas, provavelmente teriam segredos a contar. Restos de vidas pulsam dentre os túmulos e ecoam no território dos mortos; para ouvi-los é preciso enredar-se na ficção, fazer do cemitério *cenário*, da morte *discurso*, dos túmulos *vestígios*, e dos mortos *personagens*.

(Re)criar realidades pode não ser condição utópica e distante; entre ficção e pesquisa existe ponto de encontro, é o que nos faz pensar Costa (2014):

Reinventando nossa realidade independente dos estados de coisas referentes, podemos torná-la ainda mais real, mais complexa, densa e intensa ao intrincar suas tramas com novas possibilidades de relação. A ficção fia mundos onde a confiança ultrapassa a fidedignidade sem perder realidade. (p. 553)

Levar para o campo da ficção observações de situações cotidianas, leituras de um espaço, ou a escuta da polifonia urbana - como fez Dostoiévski em suas obras nas quais imaginário e real encontram-se sempre imbricados (BEZERRA, 2012) - equivale afirmar para a pesquisa possibilidades outras da construção do saber que irrompem a perspectiva do verdadeiro e falso (COSTA, 2014).

A partir do constante contraponto presente em Bobók (Dostoiévski, 2012) entre o cenário do cemitério com as nuances das personagens e dos acontecimentos – no diálogo entre os mortos existe o riso nos túmulos; na situação utópica da trama a familiaridade com a morte – é possível extrair algumas possibilidades de reflexões sobre os acontecimentos que marcaram a história desse espaço. Sobre tal contraponto presente em Bobók, Bezerra (2012) nos diz:

(...) todo o espaço da representação se constitui numa zona de contato familiar entre o mais sagrado e o mais profano, o mais alto e o mais baixo, e nessa zona tudo pode ser fisicamente tocado. Como predomina a familiarização, como

tudo é dado no contato imediato, não há qualquer restrição de espaço e tempo para o enredo, que se desloca com total liberdade de fantasia do céu à terra, desta ao inferno, do presente ao passado etc. (p. 48)

A Cidade dos Mortos, nesse mesmo sentido, é *espaço* que reúne vestígios de tempos vários a demarcar múltiplas tensões na distribuição e ocupação dos territórios da urbe: entre o sagrado e o profano; entre o lugar de rememoração (no tempo de sua idealização) e o lugar para se apagar da memória (com sua demolição); no contato entre vivos e mortos.

Passamos a considerar o campo simbólico que constitui o cemitério como local de luto social, onde se erigem lápides às pessoas de todas as camadas sociais; àquelas que pertencem à história oficial da cidade, e mesmo as infames – todas fazem parte de um ritual de luto, e tem o direito de serem memorados no cemitério. Situação diferente, cabe mencionar, da existência do “Larger” território onde, na Segunda Guerra Mundial, eram deixados em grandes covas – sem direito à lápide - os corpos daqueles que participaram de uma experiência de guerra que um dia se quis negar.

O encontro entre as gerações ocorre no território de um cemitério de maneira exemplar: “(...) os restos de cultura e de épocas passadas encontram-se nas ruínas, tal como os das gerações passadas, nas sepulturas” (ASSMANN, 2011, p. 63). Considerando-se, então, que os cemitérios comportam muitos símbolos e se concretizam com maior intensidade em razão da situação histórica da Segunda Guerra Mundial, anteriormente citada, como espaços políticos de luto social, onde todos devem ter o direito de serem memorados, questiona-se: Como promover o encontro com os “mortos-vivos”, com as vidas infames que se alocaram nesse território? De que forma abordar a história enterrada da existência das instituições da clausura desse espaço?

Cercado por residências e próximo ao centro urbano, atualmente o terreno que constitui o cemitério está próximo aos vivos, provocando a familiarização cotidiana entre os cidadãos e o seu território, diferente do que foi nos primórdios de sua criação. Passamos então a revisitar esses tempos outros, recompor a cidade dos mortos que precede a cidade dos vivos, estabelecer com a emergência dessa história laços concretos para se pensar os tensionamentos que ali ainda pulsam.

4.2. VIVOS E MORTOS: A COSTURA DA CIDADE

O capítulo inicial da história do terreno que se configurou como a Cidade dos Mortos se dá por sua escolha para sediar, em 1913, o primeiro cemitério municipal de Joinville. Nos primórdios de sua criação, a região escolhida para abrigá-lo constituía-se numa região erma da cidade, um território afastado do centro urbano, distante do contato com os vivos. Aos seus fundos, dez anos mais tarde, destinou-se a construção do prédio para tratar os chamados loucos da cidade e região.

A transformação e destinação desse espaço à morte não parece ser mera coincidência, mas antes, uma trama de acontecimentos que articulam a morte, marcadamente presente desde o início da história da cidade, como sua personagem central.

Segundo Guedes (2005), nos tempos de fundação do município, sob sua terra, chegavam imigrantes que percorriam uma longa e perigosa viagem pelo mar. Aqueles que conseguiam sobreviver chegavam numa colônia cujas condições sanitárias novamente lhes ofereciam riscos. Isso fez com que o contexto do século XIX fosse marcado pelo “apego” à morte, expressão que Guedes (2005) usa para se referir à preocupação marcadamente presente com a “salvação da alma e a vida eterna” em compasso à crescente mortalidade da colônia que não oferecia condições sanitárias adequadas, cuja medicina era rudimentar, e a existência de inúmeras epidemias constante.

Evidenciava-se nesse contexto a importância da religiosidade: os imigrantes germânicos que chegaram em Joinville - luteranos, em sua maioria, e católicos - preocuparam-se desde cedo com questões relativas à religião, reivindicando a presença de um pastor e um padre na colônia e suas respectivas igrejas, para cumprir com os rituais religiosos, incluindo os fúnebres. A partir dos costumes dos imigrantes que chegavam à colônia arquitetou-se então o primeiro espaço oficial, anterior mesmo ao Cemitério Municipal, para sepultar os mortos da cidade, o “Cemitério dos Imigrantes” (GUEDES, 2005).

Nesse lugar que hoje se localiza numa região central, com alta densidade populacional e oferta de serviços e é considerado patrimônio cultural da cidade, luteranos e católicos eram sepultados lado a lado, em uma condição de proximidade na morte de diferenças que em vida tinham outra condição¹⁹. Apesar das tensões religiosas existentes nessa

¹⁹ Segundo Guedes (2005), os imigrantes (alemães, suíços e noruegueses) eram em sua maioria luteranos “Apesar dos esforços do imperador em promover a

época, a situação desse cemitério provavelmente se explica, segundo Guedes (2005), por serem todos imigrantes alemães e compartilharem das mesmas condições desfavoráveis de vida na colônia, condições estas que pareciam sobressair-se às diferenças religiosas.

A cidade contava, além do “Cemitério dos Imigrantes”, com mais sete cemitérios não oficiais que surgiram próximos a igrejas, ou de casas de famílias que tinham por costume sepultar seus entes em seus próprios terrenos (GUEDES, 2005). Mais tarde, com a intenção de oferecer um espaço para sepultamento das pessoas de diferentes etnias e tradições religiosas, criou-se o “Cemitério Municipal de Joinville”, o primeiro espaço para se enterrar mortos administrado pelo poder público municipal (FOCHI, 2011).

Com a criação do espaço oficial passou-se a proibir os sepultamentos nos demais cemitérios não-oficiais, com exceção aos associados da “Comunidade Evangélica Luterana” que congregava a maioria dos imigrantes de origem germânica (FOCHI, 2011), conforme redige-se no seguinte trecho desse documento:

Art. 1. A contar de 3 de Novembro deste anno²⁰, fica proibida a inhumação de cadáveres nos cemiterios particulares existentes nesta cidade.

Art. 2. Exceptua-se desta proibição o cemiterio pertencente á Communnidade Evangélica, sómente quanto aos seos associados que nelle tenham adquirido terrenos para jazigos, até esta data, e cuja relação deverá ser apresentada á Superintendencia Municipal, até 31 de Outubro próximo vindouro (CONSELHO, 1913, p. 16).

Os terrenos onde os cemitérios oficiais - Cemitério dos Imigrantes e o Cemitério Municipal – se fundaram na cidade não eram escolhidos por acaso, eram estabelecidos numa costura dos territórios guiada pelos ideais de urbanização da época e às orientações europeias de sepultamento. Como se acreditava que as exalações provindas dos cadáveres em contato com locais de habitação aumentariam o risco de aparecimento de doenças, construía-se cemitérios em locais altos e afastados da urbe. Essa preocupação aumentava nas situações de

imigração de católicos, religião oficial no Brasil, já em 1824, época das primeiras tentativas de implantação de colônias de imigrantes (...).²⁰

²⁰ Na transcrição dos documentos preservou-se a grafia vigente à época em que se redigiram os mesmos.

epidemias quando as mortes eram frequentes e se temiam as transmissões (GUEDES, 2005).

Em Joinville, diferente de outras partes do país que não aceitavam plenamente que os sepultamentos não fossem feitos perto ou ao redor das igrejas e passassem para locais afastados da cidade, os imigrantes, que vieram da Europa com tal prática consolidada, trataram logo de construir um cemitério dentro dessas condições. Atualmente, a grande maioria dos cemitérios que existem em Joinville se encontram dispostos ao longo das principais estradas que ligam e/ou cortam a cidade, confirmando tal situação (FOCHI, 2011).

No entanto, ao mesmo tempo em que se instalavam cemitérios em terrenos isolados à cidade, fatores como crescimento populacional, melhoria da qualidade de vida, fraco controle da natalidade e êxodo rural, presentes no contexto do século XX, fizeram com que, em muitas cidades, os vivos passassem a habitar as proximidades do terreno dos mortos (FOCHI, 2011).

Assim também ocorreu em Joinville. Na figura 7, vê-se a cidade no ano de 1928, quinze anos após a criação do cemitério, data em que o Abrigo de Alienados já completava cinco anos de existência. Percebe-se que a urbanização já se aproximava do território do cemitério, localizado na região próxima às montanhas que se veem ao fundo da imagem. Era a cidade dos vivos chegando até a cidade dos mortos, a tensionar forças sociais, e desenhar as estratégias de seu apagamento.

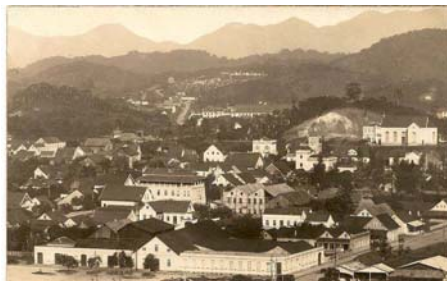


Figura 7. Vista da cidade de Joinville em 1928. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Para Fontoura (2005), os problemas vinculados à saúde e higiene que preocuparam a população desde os primórdios da cidade, foram objeto dos discursos locais principalmente no início do século XX a partir da urbanização provocada pela economia de erva mate, que movimentava a região e fazia com que Joinville criasse “feições urbanas”. Segundo a autora,

A necessidade de limpeza, saúde, ordem, entre outras, passou a significar mais do que uma

preocupação com o bem estar da população, tornou-se apanágio de “civilização”. Os esforços locais voltavam-se para tornar Joinville uma cidade “civilizada”, pois, os problemas urbanos que existiam na cidade não condiziam com a imagem que esta “deveria” apresentar. (p.85).

Nesse período houve a criação de uma “Sociedade de Embelezamento”, que não só se preocupava quanto à “beleza do cenário urbano” como também ditava as normas do convívio em sociedade através da criação de “códigos de posturas”. Quanto a essas iniciativas na cidade, Fontoura (2005) destaca que “Mais do que desenhar uma nova feição para a cidade – sem cortiços, meia água e fandangos, [elas] delimitam um espaço do limpo, do belo e não propício a aglomerações.” (p.87).

Para Fontoura (2005), é através de tais medidas e discursos produzidos sobre a arquitetura e o espaço, como também sobre o comportamento e as relações de convívio de determinados grupos que se dá o início do projeto de “modernização-urbanização” de Joinville pautado em normas higiênicas baseadas nas novas prerrogativas da ciência moderna. Esse projeto, segundo a autora, “Enuncia ainda, uma preocupação “nacionalista” embuída de práticas e discursos associados a uma perspectiva eugênica/sanitarista para a modernização da cidade” (FONTOURA, 2005, p.91), que passava a se preocupar com a saúde física, moral e intelectual da população.

A necessidade de urbanização da pólis e de civilização dos seus habitantes - princípios que regiam o governo da população nessa época – demonstra a preocupação da cidade em gerir vivos e mortos: fiscalizavam-se seus cidadãos, assim como padronizava-se o sepultamento dos entes falecidos. Nesse esquadrinhamento urbano, a cidade parece ter produzido suas (in)visibilidades – o que se queria lançar luz sobre, e o que se queria esconder.

Entendendo a tessitura da urbe nesse contexto, faz-se importante questionar de que maneira isso passa a incidir sobre os corpos que nela habitam. Partimos da ideia do **corpo** como “superfície de inscrição dos acontecimentos” e “inteiramente marcado de história”, a qual nos diz Foucault (2003), como ponto de início para pensar as articulações entre corpo e história, e corpo e cidade.

4.2.1 CIDADE E CORPO

Cidade e corpo passam a imbricar-se numa discussão só: falar das transformações e o processo de urbanização da cidade é também tratar das relações produzidas sobre os corpos que nela habitam, é falar do corpo da própria cidade. Como nos propõem Hissa e Nogueira (2013), a vida urbana é constituída das relações “corpo-cidade”, e nessa compreensão os corpos são vários:

Há o corpo da cidade, os corpos na cidade e a relação – ela mesma, um corpo – cidade-corpo. O corpo da cidade é movente. Ele não é feito apenas do sítio onde a cidade é erguida, mas da vida dos que fazem o mundo que experimentamos na cidade. Na cidade, misturamo-nos sempre – mesmo quando não há desejo de mistura –, desenhando, com nossa heterogeneidade, uma configuração plural e cambiante. Híbrida e contraditória. Antagonismos diversos se inscrevem no corpo da cidade, justamente onde o conflito se pronuncia de maneira mais ou menos ruidosa. (p.58)

Na compreensão da cidade como um grande corpo urbano – corpo social, passamos a tomá-la como um espaço de tensionamentos vários produzidos no confronto de diferentes corpos. Entre esses temos os *corpos ordinários*, que entre *fissuras do visível, do planejado, do disciplinado* reescrevem o texto urbano (HISSA e NOGUEIRA, 2013).

Como um plano onde a vida é construída como *obra do tempo* (FONSECA, 2003), a cidade tece seus modos de ser a partir das linhas dos que ditam suas normas, e as entrelinhas dos que resistem ao poder. Em tais entrelinhas da escrita da vida da cidade, certos sujeitos *ordinários* resistem a compor seus próprios traços, como nos faz pensar Fonseca (2003) na seguinte analogia que faz em relação à vida:

A vida como texto em permanente escrita, como campo de tensões no qual milhões de criaturas ordinárias, anti-heróis, infames levam a cabo suas estratégias de astúcia, compostas por operações multiformes e fragmentárias e que denotam sua capacidade inventiva sempre a se insinuar nas dobras dos poderes (FONSECA, 2003, p. 255).

E, de que maneiras se inscreviam, nos primórdios civilizatórios de uma cidade, as práticas sociais sob os corpos e o espaço da urbe?

Quais os conflitos que emergiam da pluralidade de corpos a compor a vida urbana? Empenhada em se construir aos moldes de práticas higienizadoras e disciplinares, podemos pensar que tais ações tomadas pelos que governavam a urbe incidiam sobre os cidadãos e esquadrihavam seu espaço, deixando marcas sobre o *corpo da cidade* e os *corpos na cidade*.

4.2.2 CORPO E INFÂMIA

No período de urbanização e modernização da cidade de Joinville, podemos pensar que corpos e lugares passaram a ser concebidos como ordinários; e os ditos loucos participaram desse processo contínuo em que a cada época, sujeitos diferentes são elegidos a representar a insignificância da vida cidadina.

A loucura, representativamente (in)significante nessas condições históricas por desafiar a sociedade centrada na razão, faz surgir modos de pensar que a produzem enquanto desviante, fora da norma – como nos demonstra Foucault (2007) em a “História da Loucura”. Como criaturas ordinárias a resistir a certas lógicas dos poderes e ao cerceamento de modos de habitar a cidade, o que significava o corpo dos considerados loucos, dos sujeitos que se desviavam da norma, dentro das lógicas normativas que vinham sendo criadas?

Aos ditos loucos da cidade sempre se destinou, na costura que se fez dos seus territórios, os lugares mais obscuros para se habitar. Confinava-se o que se queria distante do contato humano, dos vivos, assim como a morte.

Anterior à construção da primeira instituição psiquiátrica do município, o Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider, os “loucos indigentes” eram recolhidos num quartel da cidade em condições precárias, enquanto se anunciava que medidas estavam sendo tomadas para a realocação dos mesmos em um antigo prédio:

Tendo-se por falta de outro lugar, recolhido até agora, no **quartel**, os doidos indigentes e levando em consideração que estes pobres infelizes tinham de supportar as infecções e o mau trato de uns quartos insalubres e sem luz, consegui, (...) uma verba destinada à manutenção daqueles pobres desgraçados, (...) havendo-se a Camara comprometido a recolher em edificio mais apropriado os seis alienados existentes, (...) (JOINVILLE, 1906, p.6)

Tal “edifício mais apropriado” se tratava do prédio que abrigou o extinto hospital da cidade, chamado “Hospital da Direção da Colônia Dona Francisca”, ou “Hospital da Colônia”, que tinha por função o acolhimento aos “desvalidos” como na época referiam-se às pessoas de baixo poder aquisitivo, idosas ou “incapazes” de cuidado próprio (GUEDES, 1996). No entanto, o hospital que alegava não ter condições de tratar os chamados “doentes mentais”, conferia cuidado aos mesmos

(...) somente em casos excepcionais e só por curto espaço de tempo, quanto preciso for para que as respectivas famílias ou curadoras organizem em seus domicílios um lugar próprio e seguro para a conservação destes infelizes, mas nunca excedendo o prazo de 3 dias.” (JOINVILLE, 1898, p. 8)

O prédio onde funcionava o “Hospital da Colônia” já possuía suas estruturas frágeis, e sem condições de atender adequadamente a população, muda-se em 1906 para um novo endereço. Construído em terreno doado por um padre na cidade, sob a condição de ser administrado pelas irmãs de Caridade, o território desse hospital configurou-se como um “campo santo” na cidade (GUEDES, 1996).

Campo santo o qual aos loucos não se permitiu adentrar. A eles destinou-se o antigo prédio do “Hospital da Colônia”, que passou a ser chamado de “Hospício de Alienados”, lugar onde os que ali eram deixados continuavam a ser mantidos em condições insalubres e sem qualquer tratamento médico ou psiquiátrico. Era o depósito das vidas infames, que em contraste com o campo santo do hospital, constituía um espaço ordinário na cidade (ZABOT, 2015a).

No trecho seguinte temos um relatório apresentado a uma revista de circulação à época que faz crítica ao estado dos sujeitos mantidos nos depósitos da loucura da cidade:

Tenho a informar ao Conselho que o serviço de assistência prestado nesta cidade aos loucos é o mais incompleto e o mais lastimável que se pode imaginar. São recolhidos entre 16 e 20 pessoas em um edifício pequeno e sem condições higienicas de natureza alguma. Não há ali a menor prática dos preceitos científicos em bem do conforto e do encaminhamento de cura, assim como falta segurança em diversos compartimentos destinados a loucos furiosos. Nem se pode, apesar de todos

os esforços d'esta Superintendencia e do espírito caridoso da população, fazer coisa melhor. O problema de assistência aos loucos tem de ser resolvido no Estado por forma muito diferente. É indispensável a criação de um hospício obedecendo as regras da sciencia, bastante vasto para recolher o grande número de alienados que existe em quase todos os municípios, dirigido pelo Estado às expensas dos seus cofres com auxílio das municipalidades, extinguindo-se d'uma vez esses tristes cárceres privados, que existem em algumas localidades onde são enclausurados taes doentes, sem assistência alguma, e pesando sobre os cofres estadoaes e alguns municipaes para pagamento exclusivamente de subsistência aos reclusos. Impõe se por amor à Caridade e à Sciencia a solução imediata d'este assumpto, para o que certamente não faltarão atenção e desvelo por parte dos poderes públicos. Até então teremos de testemunhar, com os esforços inutilizados, o que se passa por aqui e por outros pontos do Estado em sacrificio dos privados da razão. (JOINVILLE, 1917).

Anunciado como informativo, o relatório faz mais que isso: denuncia as condições do atendimento prestado pelo serviço de assistência aos “loucos” da cidade, por um lado, e por outro reivindica avanço de um local adequado para o tratamento – um hospício – regido pelos conhecimentos de ciência disponível à época sobre os “privados da razão”.

Após esse local, e ainda anterior à criação do Abrigo de Alienados Oscar Schneider, tem-se conhecimento da existência de outro estabelecimento que recebeu a demanda por confinamento das pessoas reconhecidas como loucas na cidade. Esse local é citado brevemente num trecho do Relatório da Superintendência de 1922 que trata dos esforços empreendidos sobre as dificuldades estruturais, a respeito da obtenção de água canalizada para o prédio, encontradas na construção do Abrigo de Alienados, da seguinte forma:

Não fosse isso [esforços empreendidos às dificuldades estruturais] teríamos de abandonar as nossas tentativas de transferir para esse novo estabelecimento os infelizes que ainda, devido unicamente a estas circunstâncias, permanecem no

condenável pardieiro da rua Commandante Saturnino de Mendonça” (JOINVILLE, 1922, p. 126).

Assim se menciona o local em que se encontrava a primeira população dos considerados loucos que inaugurou o novo estabelecimento da cidade, seu Abrigo de Alienados. A expressão “condenável pardieiro” nos indica que as pessoas que lá se encontravam confinadas permaneciam num lugar que parecia funcionar de maneira semelhante – e dispunha das mesmas fragilidades - do “Hospício de Alienados”, ou seja, condições insalubres e sem tratamento adequado.

Em resposta às vozes que emergiam a denunciar a condição desfavorável dos que eram confinados como loucos em espaços insalubres, produziram-se discursos sobre a necessidade de criação de uma instituição que conferisse tratamento àquelas pessoas, criando-se o Abrigo Municipal de Alienados (1923). O terreno cedido pela prefeitura a esse fim: os fundos do Cemitério Municipal.

Assim se dá o início do convívio, em Joinville, entre loucura e morte, que inaugura uma contradição: no mesmo território em que uns são lembrados mesmo mortos, outros – vivos - se querem esquecidos. O cemitério, distante para não causar problemas aos cidadãos, não é questionado quanto ao fato de estar próximo a certos vivos, os “loucos”, aqueles que não querem que sejam lembrados.

Dentre os registros fotográficos do Abrigo de Alienados, temos na figura 8, na distância que se dá entre o fotógrafo e a imagem que quis retratar, a imagem geral do Abrigo de Alienados, que permite visualizar seu afastamento da vida urbana, o que também se ilustra na figura 9. Essa foi a destinação que se deu na demarcação dos territórios da urbe, uma oposição entre espaços sacralizados à habitação, aquilo que se vê como belo, ou digno de ser mostrado, por um lado, e por outro, o local de encarceramento e clausura dos infames.

Essas imagens nos aproximam da realidade de uma cidade que criava seus próprios mortos-vivos; através delas, podemos ler as intenções políticas da época, os ideais de urbanização que correspondiam a certos modos de governar.

Destaca-se que a criação do abrigo de Alienados Oscar Schneider, segundo Fontoura (2005), coincide com o “momento de grande efervescência de teorias científicas e valores culturais que



Figura 8. Registro fotográfico do Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.



Figura 9. Imagem aérea da cidade de Joinville em 1938. Destaca-se no círculo em vermelho a localização do Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

auxiliam para a reorganização da sociedade. Resultado da cultura e da vida social, o discurso médico-higienista norteou o projeto de modernização da cidade, inserindo-se posteriormente também dentro de um projeto eugênico de sociedade” (p.97).

Dessa forma, a relação dos cidadãos com a morte, e as medidas políticas que vinham sendo tomadas para orquestrar a civilização da pólis contextualizam a escolha da criação do espaço oficial do louco nesse município. Os que se queriam longe dos vivos não eram somente os mortos de carne e osso, mas também aqueles que aos ideais civilizatórios e de urbanização faziam-se inúteis, corpos sem função no imaginário social e inadequados para a lógica da produção e do consumo.

5. FAMA E INFÂMIA

“(...) a vida após a morte pode parecer-nos, então, uma segunda vida, na qual se ingressa através de uma imagem, de uma inscrição, e na qual se permanece mais tempo que nesta própria vida.

Mas essa imagem, essa segunda existência, também se extingue, mais cedo ou mais tarde. O tempo não cede em seus direitos sobre os homens, nem sobre os monumentos.” (GOETHE, 1922 citado por ASMANN, 2011, p.63)

Nesse capítulo pretende-se tensionar a *memoração dos mortos* (ASMANN, 2011) – direcionada aos dignos de serem lembrados, ou obscurecida àqueles destinados ao esquecimento - que participaram da trama que envolveu o processo de construção e funcionamento do primeiro Abrigo de Alienados da cidade. A partir de alguns vestígios encontrados – fotografias, cartão-postal, trechos de documentos oficiais, e notícia de jornal – problematiza-se o campo de produção da fama e infâmia em relação a determinados personagens que compuseram a cena dos acontecimentos dessa instituição.

Partimos da compreensão da produção da *fama e infâmia* através do que Assmann (2011) nos explica sobre a *memoração cultural*, ou *memoração dos mortos*. Segundo a autora, memorar os mortos possui uma dimensão religiosa e outra mundana: a primeira, nomeada *pietas*, refere-se à piedade, obrigação dos vivos de perpetuar a memória dos mortos; já a segunda, a *fama*, seria a *memoração das glórias* que cada um pode conquistar para si em tempo de vida.

A *fama* se volta ao futuro e às gerações que estão por vir, serve para conservar acontecimentos considerados inesquecíveis. A ela envolveram-se os poetas da antiguidade, “funcionários da fama” que eternizaram os nomes dos heróis, inscrevendo-os na memória da posteridade, função que, mais tarde, passou a ser realizada pela imprensa. *Pietas*, por sua vez, remete ao passado, e avança pelo esquecimento seguindo rastros soterrados. Dessa forma se produzem as imagens de uma segunda existência, aquela pós-morte, como nos diz Goethe na epígrafe desse capítulo, em que o tempo opera delineando o que se extingue ou perdura dela. Nesse contexto, passamos a entender que nos vestígios de uma história indissociavelmente se encontram atrelados recordação e esquecimento, aquilo que se quis lembrar ou deixar esquecido.

Os recortes históricos que são feitos nesta pesquisa para problematizar o (des)aparecimento de um Abrigo de Alienados na cidade, se dão a medida que passamos a seguir certos *fragmentos de sentido* (ASMANN, 2011) do passado, elementos em que se configuram intensidades para se criar sentidos a respeito do que ocorreu nesse território da cidade, e, especialmente, neste capítulo, sobre a produção das (in)visibilidades nesse contexto.

A partir da noção de Benjamin, apontada por Barrento (2013), o *presente* se trata de um *não-tempo*, uma *atualidade*, ou seja, algo que está “entre a latência irresolvida de um passado e aquilo que se nos abre no futuro: (...) as promessas que os vestígios do presente nos permitem descortinar, (...) o “Agora” daquilo que se oferece ao nosso conhecimento” (p. 86).

Nesse sentido, entendemos que as contradições trazidas pelos vestígios abrem lacunas sobre os acontecimentos que promoveram desvios nas intencionalidades da época da construção do Abrigo de Alienados, e, portanto, no entendimento que possamos ter, na atualidade, sobre a história da instituição. E isso se dá porque o rastro se apresenta em sua fragilidade e efemeridade, como nos faz pensar Gagnebin (2006):

Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente. Riqueza da memória, certamente, mas também *fragilidade* da memória e do rastro. (p.44)

Sabemos que não é possível remontar o passado a fim de descobrir suas verdades, dele só restam fragmentos; seus acontecimentos, tais como se deram, são irrecuperáveis. Nesse sentido, seguimos os rastros, para que aquilo que se tenha decorrido dessa história possa *presentificar-se* em confronto com o presente (GAGNEBIN, 2014).

Debruçar-se nas práticas discursivas que foram tecendo a trama de acontecimentos da história da instituição, produzindo significações sobre sua existência, e possivelmente participando da produção da sua memória e do seu apagamento, aproxima-nos dos jogos de forças existentes no contexto político/social de uma cidade em seus tensionamentos com a loucura.

5.1 UM PROJETO DE FUTURO

Dentre os documentos relacionados à existência do Abrigo de Alienados escolhidos a serem deixado às gerações vindouras, encontra-se um cartão-postal (figura 10) com imagem da instituição psiquiátrica que, conforme indica o registro feito à mão no seu verso, teria sido produzido em 1941, um ano antes do fechamento desse lugar.



Figura 10. Frente e verso do Cartão Postal de Joinville. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Entendemos esse vestígio, o cartão-postal, como um elemento produzido na interlocução de diferentes vozes sociais, e, a partir disso, tentamos fazer a leitura do que se apresenta em tal imagem. Para isso, procuremos antes pensar sobre a implicação da produção de cartões-postais que ilustram determinados locais da cidade.

De acordo com Franco (2006), durante a época clássica de circulação de postais no país - que ocorreu no final do século XIX até meados do século XX - sua comercialização tinha por finalidade servir como estratégia da construção da imagem de uma determinada destinação, de acordo com o que se queria projetar dela.

Os cartões- postais tiveram como tendência ilustrar “cotidianos arrumados”, ou seja, realidades em suas melhores formas, mostrar a cidade como um local majestoso, tornando ícones os locais que representassem sofisticação urbana, tais como casas particulares e jardins projetados meticulosamente, logradouros públicos, ruas movimentadas pelos bondes, carruagens e automóveis, as estações ferroviárias e os viadutos, entre outros, que representavam o progresso tecnológico (FRANCO, 2006).

Voltando-se ao cartão-postal com a imagem do Abrigo de Alienados, podemos pensar que, se um dia ele surgiu como símbolo de uma tentativa de fazer lembrar – assim como descreve Franco (2006) sobre a função dos cartões-postais em garantir a resistência das memórias relacionadas a certos lugares - a construção da primeira instituição psiquiátrica no município, hoje, como rastro de uma história

que se quis “enterrar” no terreno do cemitério, aponta para a invisibilização que se abateu sobre o local no presente – o confronto entre uma tentativa de enaltecimento da existência do Abrigo, e as ações posteriores de silenciamento - com a demolição do prédio, por exemplo – sobre o mesmo, que não balizaram suas memórias futuras.

Para problematizar o paradoxo entre o cartão-postal e a cena atual de esquecimento sobre o hospício, pensemos em algo que se faz ainda anterior, a escolha da referida instituição como imagem ilustrativa da cidade. Se nos postais lança-se luz aos lugares que se querem enaltecer e preservar, o que pensar sobre a visibilidade que se pretendeu dar ao espaço oficial da loucura, um Abrigo de Alienados?

Encontrado quase por acaso num dos espaços onde se depositam as memórias da cidade (Arquivo Histórico), como um rastro o cartão-postal revela, para além das intencionalidades dos autores que participaram do seu registro como signo da imagem que um dia se quis construir da cidade a qual construiu um Abrigo de Alienados, as tensões entre diferentes vozes que se inscrevem nessa ação, a pulsar entre outros vestígios que ajudam a conjecturar o contexto que tentamos nos aproximar.

As fotografias (figura 11) que se encontram com um descendente (neto) de um dos operários envolvidos na obra da construção do Abrigo de Alienados, registram o momento histórico de construção do prédio. Temos uma sequência entre as duas fotografias, em que a equipe da obra ora posiciona-se sobre a estrutura do edifício, reproduzindo seus respectivos afazeres na construção, enquanto posa em direção ao fotógrafo, ora encontram-se reunidos à frente da construção.



Figura 11. Fotos da construção do Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo pessoal do neto de um dos operários da construção.

A existência desses rastros, o cartão-postal e os registros fotográficos da construção da instituição, parecem demonstrar que a fundação do hospício mobilizava certos olhares e interesses entre os cidadãos. Essas são pistas que nos aproximam do lugar social que ocupava a concretização dessa instituição: o Abrigo parecia inscrever-se como marco de orgulho na cidade, e aqueles envolvidos eram reconhecidos como personagens de tal feito.

Aproximamo-nos, assim, do que parece que é exaltado nesse cartão-postal. A instituição ganha certa importância no cenário urbano como uma edificação que foi construída exclusivamente ao fim de atender aos considerados loucos. Mesmo isolada do convívio com os vivos, a construção desse local parecia representar um acontecimento marcante na história do município.

Os possíveis jogos de interesses no campo político e social da época, e a maneira como foram se produzindo formas de se relacionar com a loucura nesta cidade, parecem se aproximar da maneira como a sociedade vinha tratando a questão que envolve tal condição humana (a loucura). Segundo Wadi (2002), como “Palácios para guardar doidos”²¹, os hospícios vinham sendo criados no país no decorrer do século XIX representando a “época de ouro”²² da fundação de tais instituições. A autora diz que os hospícios, um dos pilares mais influentes da fundação e reconhecimento da psiquiatria como parte da ciência médica, emergiram de uma nova sensibilidade que se desenvolveu quanto à loucura, em que o “louco” passou a ser separado dos demais “desviantes” sociais, requerendo-se um espaço de confinamento adequado às suas condições.

O Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider, mesmo que tenha tido sua inauguração um pouco tardia - em meados do século XX - em comparação ao momento em que surgiram hospícios em outras regiões do país (FONTOURA, 2005), parecia seguir em sua fundação alguns ideais ligados à emergência dessas primeiras instituições nas cidades. Além disso, o fato do contexto da sua inauguração estar relacionado ao processo de modernização-urbanização de Joinville (FONTOURA, 2005), permite-nos dizer que a edificação dessa instituição psiquiátrica correspondia aos ideais modernos de

²¹ Expressão que Wadi (2002) utiliza a partir de Machado (1978).

²² Expressão usada por Castel (1978) e citada por Wadi (2002) para explicar o período de construção do alienismo na França, que se fundou como o “triunfo de uma nova instância oficial que conquista o monopólio do tratamento legítimo da loucura.” (p.15).

transformação e gerenciamento da cidade.

Esse esquadramento que vinha sendo feito dos espaços da urbe, discutido no capítulo anterior, ao mesmo tempo em que destinou o território isolado da vida urbana para abrigar os “alienados”, edificou uma construção a ser visibilizada, a entrar na história da cidade (como demonstra a iniciativa de usar sua imagem como cartão-postal, e ter sua construção registrada nas fotografias), ou seja, passamos a entender que à fama que se produzia sobre o espaço infame da cidade envolviam-se os jogos sociais, e interesses da época.

Nesses elementos até agora trabalhados, passamos a dialogar com vários tempos: a história pretérita da instituição e o seu projeto de uma memória futura – pois, um dia, a instituição protagonizou aquilo que se queria promover do cenário da cidade, e mais do que isso, eternizar nas lembranças futuras sobre a mesma -, enquanto também ao presente que se constitui no confronto entre o passado que se prometia glorioso, e a cena atual do apagamento de sua paisagem.

Para Abreu (2012), existem várias camadas de memórias que constituem um lugar, ou uma história, memórias estas que “(...) nem sempre se encontram ou se combinam. Memórias que por vezes se contrastam, se enfrentam e se contradizem. O território das memórias não é um território apaziguado, pelo contrário, constitui um campo de disputas e de tensões.”(p.33).

Sobre as camadas de memórias presentes no espaço desse terreno o qual chamamos de Cidade dos Mortos, não podemos deixar de fazê-las interagir em suas contradições e enfrentamentos. À trama que compõe o cenário da emergência dessa edificação, envolvia-se, sem se ter conhecimento naquele momento, a finalidade futura da existência de um Presídio Político na cidade. Construía-se, sem saber, muros e grades que passariam, na desativação do Abrigo de Alienados, a abrigar descendentes de imigrantes alemães e italianos como prisioneiros políticos, inscrevendo na história da cidade memórias de sofrimento que dizem respeito às origens étnicas de seu povo.

O cartão- postal e as fotografias encontradas postulam, assim, esse confronto, o grande paradoxo entre recordação e esquecimento, entre fama e infâmia. Dessa tensão que se faz presente nesses vestígios, cabe-nos questionar: Quais vozes se articulam à construção da (in)visibilidade do Abrigo de Alienados? O que se tenta (in)visibilizar?

5.2 LOUVORES E MURMÚRIOS

Na tentativa de se aproximar das diferentes vozes sociais que compuseram a trama da inauguração do Abrigo de Alienados, passamos,

agora, a seguir outras pistas. Escolhemos, inicialmente, o trecho em que a nomeação da instituição é explicada no Relatório da Superintendência, em que se anuncia:

Depende da instalação de água e de algumas pequenas obras imprescindíveis ao seu bom funcionamento a inauguração do novo hospício de alienados, mandado construir e oferecido ao município pela Exma. Snra. Da. Francisca Schneider, em cumprimento a última vontade de seu finado marido, o saudoso conterrâneo Sr. Oscar Antonio Schneider. (JOINVILLE, 1922, p. 126)

Da tensão que marca o apagamento do lugar dos esquecidos, tomado pelos túmulos daqueles que se queriam fazer lembrados, como trabalhado no capítulo anterior, a criação de um Abrigo de Alienados demarcava outra contradição. As pessoas a serem esquecidas, isoladas da vida normal da cidade, eram confinadas em um lugar que exaltava o nome de uma pessoa a ser lembrada.

Ao mesmo tempo em que se anuncia a ação filantrópica e sua autora, Francisca Schneider, faz-se menção ao fato de tal empreendimento haver sido pensado por Oscar Schneider, um dos ex-prefeitos da cidade que faleceu sete anos antes da inauguração da instituição.

A expressão “em cumprimento a última vontade de seu finado marido, o saudoso conterrâneo Sr. Oscar Antonio Schneider” nos indica que tal feito é construído à memória de alguém digno de ser recordado. Alguém que já havia recebido sua lápide num jazigo “imponente” no Cemitério Municipal de Joinville (figura 12), à altura de certos cidadãos aos quais se lançam luz nas histórias oficiais que se contam das cidades.



Figura 12. Túmulo de Oscar Schneider. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Ao verso (figura 13) dessa fotografia do túmulo de Oscar Schneider encontrada no Arquivo Histórico de Joinville, tem-se escrito à mão: “Túmulo no Cemitério Municipal de Joinville, de Oscar Antônio Schneider, fal. a 13 de março de 1916 em S. Paulo e sepultado em Joinville a 19 de março de 1916.”.

Esse registro nos revela que seu sepultamento ocorreu no cemitério em que, aos fundos, iria ser edificada, no futuro, a construção do hospício.

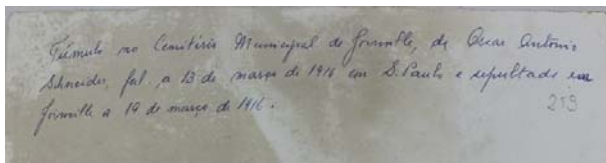


Figura 13. Recorte do verso da fotografia do túmulo de Oscar Schneider. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Encontram-se também no Arquivo Histórico de Joinville outras fotografias de seu túmulo, essas registradas em 1971. Como se vê na figura 14, perto do seu túmulo já haviam realizados outros sepultamentos, diferente da época remota do registro anterior (figura 12), cuja data não se identifica. As outras fotografias destacam sua lápide e o detalhe do busto (figura 15) inscrito na estrutura do jazigo. Além disso, o túmulo passava a receber a nomeação que se encontra registrada no verso da foto (figura 16), de “Jazigo perpétuo da família de Oscar Schneider”.



Figura 14. Túmulo de Oscar Schneider em 1971. Arquivo Histórico de Joinville.



Figura 15. Lápide e busto de Oscar Schneider.
Arquivo Histórico de Joinville.



Figura 16. Verso da fotografia da figura 11.

Voltamos, novamente, ao documento sobre a inauguração do Abrigo de Alienados, citado inicialmente, para destacar outro trecho que se dá na sequência da sua leitura, fazendo a descrição do estabelecimento prestes a ser inaugurado:

Compõem-se o prédio de um corpo principal na frente, com alas lateraes e uma ala intermediária. A ala do centro está dividida em uma sala de jantar, cozinha, um quarto, banheiro e W.C. e é destinada a direção e funcionários. A da direita em um quarto para enfermeiro, banheiro e W.C. e sete cellas e um terraço. A da esquerda possui idênticos cômodos e é destinada a doentes do sexo feminino. No corpo principal estão localizados oito quartos para doentes não agitados e duas salas destinadas à Secretaria e à Diretoria. Na parte superior do edifício foram construídos três quartos com divisões de madeira, destinados ao pessoal empregado (JOINVILLE, 1922, p. 126).

Essa descrição, junto à figura 17 em que se tem uma imagem mais próxima da estrutura da instituição, na falta de registros fotográficos encontrados do seu interior, permite-nos imaginar o confinamento, e a forma como se dava o cotidiano das pessoas ali internadas diante da categorização do espaço que ocupavam.



Figura 17. Lateral do Abrigo de Alienados.
Arquivo Histórico de Joinville.

Também podemos observar que as características da sua estrutura condizem, em parte, com algumas sistematizações presentes em Tratados e Regulamentações²³ construídos na França que previam especificidades do espaço manicomial, a fim de torná-lo compatível aos ideais

médicos produzidos sobre a loucura. Dentre tais especificidades, requeria-se que as instituições psiquiátricas garantissem a salubridade dentro e fora da edificação; o afastamento de qualquer vizinhança para segurança e conforto de ambos os lados; uma separação mínima dos internos entre adultos e crianças, e entre gêneros; o isolamento dos convalescentes e furiosos; e, a vigilância sobre os pacientes. Além disso, os locais para a construção deveriam “*agradar a vista*”, e ter geometria retangular dispersiva, o que era favorável à classificação dos pacientes (COSTA e FONSECA, 2008).

Trazemos o último trecho que destacamos no documento já citado, em que ainda se esclarece os motivos pelo qual o Abrigo de Alienados ainda não teria sido inaugurado:

O problema mais difícil a resolver é a canalização de água potável em vista da má localização do edifício determinada por um irrefletido selo dos poderes públicos. (...) Resta-nos, porém, a esperança de em breve vermos solucionado o problema da água (...) que removerá todas as dificuldades em relação ao hospício em questão, conforme venho relatando. Não fosse isso

²³ *Regulamentação de 1839* e o *Tratado de Arquitetura* de Louis Cloquet em 1900. Citado por COSTA, L. A. ; FONSECA, T. M. G. . **A construção da civilidade: urbanismo, arquitetura e loucura na Porto Alegre de fins do século XIX e início do XX..** *Arquitextos* (São Paulo. Online), v. 101, p. 7, 2008.

teríamos de abandonar as nossas tentativas de transferir para esse novo estabelecimento os infelizes que ainda, devido unicamente a estas circunstâncias, permanecem no condenável pardieiro da rua Commandante Saturnino de Mendonça. (...) É ainda imprescindível a construção de um grande muro no limite do terreno, para servir de área recreativa aos internados, proteção essa que dificultará ou impossibilitará possíveis fugas, tão comuns em estabelecimentos dessa natureza (JOINVILLE, 1922, p. 126).

Temos, assim, com esse trecho a completar o enunciado que pretendeu oficializar a inauguração da instituição, as vozes dos representantes políticos em resposta às demais vozes sociais, as que produzem o enunciado de denúncia à situação em que se encontravam as pessoas internadas anteriormente à inauguração do Abrigo de Alienados (como trabalhado no capítulo anterior).

Ao mesmo tempo em que a esperada inauguração desse lugar traz o ideal da melhoria da condição “dos infelizes” que se encontravam no outro estabelecimento, a menção à necessidade indispensável de construção de um muro parece colocar em evidência certa preocupação em se contrapor às resistências – através da fuga – daqueles que ali seriam confinados.

O conflito presente nesse contexto de criação do Abrigo e estampado no cartão-postal torna-se mais claro à medida que passamos a entender que a produção do espaço para os mortos-vivos parecia se constituir, ao mesmo tempo, em uma tentativa de visibilização e valorização do artífice da política salvacionista dos vivos por perto, via enclausuramento dos desviantes.

As palavras escolhidas para formular o enunciado sobre a criação do Abrigo de Alienados demarcam esse estranhamento diante daquilo que se escolhe enaltecer de um espaço para sujeitos infames; a tensão entre *fama* e *infâmia* que se produziu sobre um mesmo local.

A “última vontade” de Oscar Schneider também nos instiga a pensar sobre a idealização por tal instituição, e sobre como ela resistiu perante a sua morte, através da referida Francisca Schneider.

Para isso, partimos de um registro escrito à mão no verso de uma fotografia que ilustra Oscar Antonio Schneider (figura 18), para, a partir dele, iniciar a problematização sobre o episódio da nomeação do Abrigo de Alienados. Nesse registro tem-se o seguinte texto:



Figura 18. Frente e verso da fotografia de Oscar A. Schneider. Arquivo Histórico de Joinville.

Oscar Antônio Schneider, nascido a 12 de setembro de 1864 em Joinville, filho do comerciante Antm Schneider nascido em Dietfurt, Baviera, Alemanha. Casado com Francisca Cornelsen Schneider. Foi superintendente de Joinville (prefeito) de 1907 a 1910. Comerciante, industrial, sócio da firma A. Baptista e Oscar (erva-mate) e da firma Oscar Schneider e Cia, fundadora do Moinho de trigo Boa Vista inaugurado em abril de 1913. Oscar Antonio Schneider faleceu em S. Paulo a 13 de março de 1916, sepultado em Joinville a 19 de março do mesmo ano.

Nessa breve, e única, biografia encontrada citam-se apenas os feitos de Oscar Schneider como “comerciante” e sua trajetória na esfera privada da cidade, não se fazendo menção sobre o Abrigo de Alienados. Também se encontram outros registros sobre sua vida particular, como fotografias da casa em que residia com a família (figura 19).

Em outros registros sobre a participação política de Oscar Schneider encontrados na bibliografia que se refere aos prefeitos de Joinville, também se encontra a mesma situação em que não são feitas menções sobre sua participação na inauguração do Abrigo de Alienados, porém, tais registros permitem conjecturar outros aspectos sobre sua trajetória como figura política.



Figura 19. Imagem interna e externa da casa da família Schneider. Arquivo Histórico de Joinville.

Oscar Schneider iniciou sua carreira política em 1892 quando foi nomeado vereador da Câmara Municipal, no mesmo ano em que Abdon Baptista tornava-se prefeito da cidade (HERKENNHOFF, 1984). Junto a este último, Oscar Schneider mantinha ligações políticas e empresariais importantes, como a sociedade da firma “Abdon Baptista e Oscar”, que comercializava erva mate (THIAGO, 1988).

Tais ligações parecem ter possibilitado a Oscar Schneider envolver-se na área da saúde pública, uma vez que em 1915, Abdon Baptista, que ocupava novo mandato como prefeito de Joinville, o convidou para exercer o cargo de diretor do Hospital Municipal. “Para o bom andamento dos negócios e ordem interna do (...) Hospital de Caridade (e) tomando como modelo o mesmo que se fazem outras casas semelhantes”²⁴, Abdon Baptista justifica o cargo criado e nomeia Oscar A. Schneider, a quem considerava “pessoa de recomendáveis qualidades morais”, para ocupá-lo, de forma não remunerada (GUEDES, 1996).

Entre os anos de 1907 a 1910, Oscar Schneider passou a ocupar o cargo de prefeito (TERNES & VIZENCE, 2000), e, como os demais prefeitos do início do século XX, é apontado como participante do processo emergente de urbanização da cidade, tendo investido, especialmente, na construção de avenidas e ruas (OLIVEIRA, 1984).

Porém, mais que isso, há na história dessa figura política algo que se desamarra de uma trajetória política convencional. A idealização de um Abrigo de Alienados por esse personagem deixa-nos uma lacuna sobre os motivos que o fizeram afetar-se pelo lugar do “louco” na cidade.

²⁴ Conforme consta na Resolução nº 228 de 07/4/1915 do Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

O único fragmento da trajetória política de Oscar Schneider que se aproxima da sua ligação com o projeto da construção de um hospício no município é encontrado no Relatório da Superintendência referente ao período de sua atuação como prefeito (1907 – 1911). Num trecho desse documento, assinado pelo mesmo, descreve-se a condição do “Hospício de Alienados”, antigo prédio desativado como hospital do município onde, anterior à existência do Abrigo de Alienados, foram alocados os “loucos indigentes” (informações essas trabalhadas no capítulo anterior), da seguinte maneira:

O hospício, parte integrante não preenche em sentido algum as exigências estabelecidas pela sciencia. Além de não oferecer o edificio, que serve de hospício, espaço bastante para nelle recolherem-se esses infelizes desequilibrados de suas faculdades mentaes, que no município existem, elle carece de tudo que a natureza da doença de seus reclusos exige para o tratamento especial. (...) É dever inadiável e imprescindível do Governo providenciar que seja creado um estabelecimento especial em que sejam recebidos todos os alienados existentes neste Estado (JOINVILLE, 1907).

Nesse enunciado não apenas se retrata a condição do lugar em que se confinavam tais pessoas, como também, anuncia-se a necessidade de criação de um hospício estadual para atender tal demanda. Esse registro do relatório assinado por Oscar Schneider foi o único encontrado, na pesquisa realizada no Arquivo Histórico de Joinville, dentre os relatórios assinados por demais prefeitos que cumpriram mandato anteriormente à construção do Abrigo de Alienados, a fazer menção à necessidade da criação de uma instituição psiquiátrica.

Ainda assim, entendemos que o discurso da necessidade de criação de uma instituição não se constrói a partir, apenas, de um personagem, que aqui se refere a Oscar Schneider, mas foi construído - dialogicamente - no contexto da sua época. Como nos faz pensar Agamben (2008), a enunciação presente nestes registros e documentos não se refere propriamente ao texto do enunciado, mas ao fato deste texto *ter um lugar*, por isso não se colhe de uma enunciação, aquilo que se diz, mas o acontecimento da linguagem como tal; o puro dizer.

Nos documentos encontrados no Arquivo Público do Estado, têm-se, por exemplo, já no início do século XX, nas pautas dos planos políticos estaduais, registros sobre a necessidade da criação de um

hospício. O seguinte trecho escrito em 1901 nos aproxima desse contexto:

Devo insistir por uma providencia que vos sugeri nas minhas mensagens anteriores, e que se me affigura anadiável. Refiro-me à criação de um Hospício para alienados. É um dever de humanidade a cujo cumprimento o Poder público não deve furtar-se. Para dotar o Estado de tão necessário estabelecimento, lembro-vos que poder-se-hia deduzir do producto das taxas destinadas aos hospitaes, uma parte para ser applicada à sua construção. Por esse meio, parece-me que poderemos, sem grandes sacrificios, satisfazer um dos mais importantes encargos do Estado (FLORIANÓPOLIS, 1901, p.10).

Também em outro registro, esse do ano de 1905, tem-se o anúncio da impossibilidade da criação dessa necessária instituição por falta de verba, e a menção ao planejamento de estratégias para atender a demanda de atendimento para os “alienados”:

Não me foi possível executar a Lei n. 109 de 5 de Novembro de 1905 relativa à criação de um Asylo de Alienados no Estado com sede no municipio da Capital, por me faltarem os recursos orçamentários gravados ainda com mais um onus - o da conservação da estrada de D. Francisca. Com os exíguos meios de que dispõe o Estado não se pode cogitar por hora da construção de um edificio apropriado àquelle fim, que custaria quantia avultada (...) Seria por emquanto muito mais pratico formar uma caixa especial com os auxílios que o Estado e os Municipios fossem dando, até que se reunisse a somma necessaria para a construção do prédio e aquisição dos moveis e aparelhos mais indispensáveis à montagem do estabelecimento. Até que se realizasse o referido projeto poderia o Governo fazer seguir para o Rio alguns destes infelizes afim de serem internados no Hospicio de Alienados, como também entrar em acordo com a Irmandade do Senhor dos Passos (FLORIANÓPOLIS, 1905, p.22).

Como nos diz Bakhtin (2013), a consciência é essencialmente plural, ou seja, deve ser reconhecida na pluralidade de suas vozes. Isso nos leva a pensar que para além da personificação de uma idealização, um “desejo”, há outras vozes em cena - como essas presentes nos documentos estaduais a dialogar sobre o projeto de construção de um hospício para atender a demanda de todo o Estado -, e outros personagens (invisibilizados) que participam dessa ação na cidade, como é o caso de Francisca Schneider, pessoa que empreendeu esforços para que o Abrigo de Alienados fosse construído, e, no entanto, não se encontram registros biográficos a seu respeito.

Por isso, o que se encontra dito sobre esse fato, e, a partir de vestígios e lacunas, tensiona-se também as produções das (in)visibilidades ao construir-se o personagem homenageado na nomeação do Abrigo de Alienados, e emudecer-se, por meio disso, outras vozes.

O nome de Francisca Schneider, por exemplo, uma única vez é associado à instituição psiquiátrica no documento que anuncia sua inauguração, citado anteriormente. Sobre sua implicação com o Abrigo de Alienados durante o funcionamento do mesmo, deixam-se lacunas sobre o possível envolvimento, ou a não participação, que ela possa ter tido com o local. Mesmo assim, podemos pensar que o fato histórico de uma mulher participar da construção da primeira instituição psiquiátrica do município, que deu apoio à demanda estadual de internação de pacientes, constitui um pano de fundo para a fama que se destinou à figura do homem em que se presta homenagem na nomeação do Abrigo - assim como nos aponta Assmann (2011) sobre os anais da história e da fama serem privilegiadamente destinados ao nome dos homens.

Finaliza-se esses apontamentos a respeito de Oscar Schneider, com a imagem de uma placa (figura 20), presente hoje na cidade, de rua que recebeu o nome de “Oscar A. Schneider”, e se localiza numa das laterais da rua que passa ao lado do Cemitério Municipal e dá acesso à capela.

A placa da rua a localizar-se próxima ao local onde existiu o Abrigo de Alienados nos soa como uma pista a indicar o nome que se quis preservar de uma história. Se a intenção tivesse sido a de



Figura 20. Placa de rua próxima do Cemitério Municipal. Registro da pesquisadora.

homenagear o ex-prefeito pelas suas contribuições outras à cidade, aquelas relacionadas ao processo de urbanização - que, em alguns registros, encontra-se como lembrança única da sua participação política – talvez, não se teria escolhido a rua ao lado do espaço que no passado recebeu a instituição. Em algum momento, emergiram vozes a situar o que do passado seria endereçado ao presente.

5.2.1 OS RUMORES A CIRCULAR PELA CIDADE

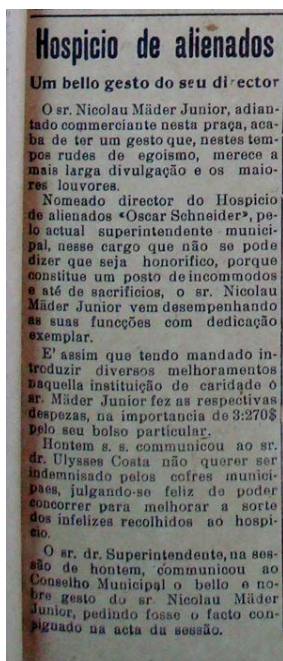


Figura 21. Recorte de notícia relacionada ao Abrigo. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Nas únicas notícias encontradas no jornal do município, o “Jornal Joinville”, que fazem referência ao Abrigo de Alienados, temos vestígios a testemunhar a forma como o cotidiano da instituição ressoava pela cidade. Na primeira notícia, temos o seguinte feito anunciado:

Hospício de alienados, Um bello gesto do seu diretor - O sr. Nicolau Mäder Junior, adiantado commerciante nesta praça, acaba de ter um gesto que, nestes tempos rudes de egoísmo, merece a mais larga divulgação e os maiores louvores. Nomeado diretor do Hospício de alienados “Oscar Schneider”, pelo actual superintendente municipal, nesse cargo que não se pode dizer que seja honorífico, porque constitue um posto de incommodos e até de sacrificios, o sr. Nicolau Mäder Junior fez as respectivas despesas, na importância de 3:270\$ pelo seu bolso particular. Hontem s. s. communicou ao sr. dr. Ulysses Costa não querer ser indenizado pelos cofres municipaes, julgando-se feliz de poder concorrer para melhorar a sorte dos infelizes recolhidos ao hospício. O sr. dr. Superintendente, na sessão de hontem, communicou ao Conselho Municipal o bello e nobre gesto do sr. Nicolau Mäder Junior, pedindo fosse o facto consignado na acta da sessão. (Jornal de Joinville, 5 de julho de 1927. Ano IX, nº 250.)

O texto que claramente exalta a figura do então diretor do Abrigo de Alienados ao realizar tal doação à instituição, faz isso de maneira a demarcar a contradição do *bello gesto* daquele que ocupa um

cargo de *sacrifícios*, uma *nobre* ação destinada aos *infelizes*, ou seja, a construção do louvor de um personagem às custas da murmuração sobre aqueles a quem se destina tal ação. Na construção desse jogo de palavras opostas encontra-se, de forma minuciosa, as intencionalidades de uma época, as definições conclusivas e reificadoras (BAKHTIN, 2013) de determinados fatos e personagens.

A forma escolhida para retratar tal personagem é diferente da maneira como são retratados os internos do Abrigo, como veremos em seguida na publicação de uma “Nota policial” sobre uma situação de resistência por parte de uma das pessoas internas ocorrida na instituição. Mais do que retratar aos seus contemporâneos o que se passava na instituição isolada do convívio citadino, as notícias projetavam as lembranças do Abrigo de Alienados, e, assim, inscreviam as (in)glórias relacionadas à sua existência na cidade.

A imprensa, nesse sentido, também contribuiu para incidir a luz da fama a determinados representantes, e tornar obscuras as passagens dos ditos loucos pela confinamento, cabendo aquele que agora se debruça a pesquisar sobre tais vidas infames, recolher seus restos.

Ilustra-se um fato comum entre os rastros seguidos até esse momento que nos indica as condições construídas para a inclusão da memória dos mortos: se de um lado tem-se a “grandeza heroica”, por outro, há a produção de *vítimas do esquecimento cultural* (ASMANN, 2011).

Ao invés de reafirmar a fama que tentou se construir sobre determinados sujeitos, tensionamos, neste capítulo, as diversas vozes que participaram desse acontecimento, aquelas enaltecidas e outras emudecidas. Entre essas últimas, encontram-se, especialmente, aquelas que sofreram a experiência do confinamento no Abrigo.

Se compuseram tais vidas infames o mesmo acontecimento histórico de criação e funcionamento de um Abrigo de Alienados ao qual participaram os demais atores envolvidos na estratégia de criação deste espaço, os enaltecidos nos registros encontrados, o que é deixado “às suas memórias”, ou em cumprimento “às suas últimas vontades”?

5.3 AS VIDAS MAL-DITAS

Passamos agora a perscrutar os rastros das vidas enclausuradas a partir de uma notícia (figura 22) do Jornal de Joinville, que nos conta sobre uma situação ocorrida dentro dos muros e grades do Abrigo de Alienados. A notícia narra aos cidadãos sobre um fato isolado ao cotidiano da vida urbana, trazendo o contato com a estranheza daquilo que se quis deixar longe da vista “dos vivos”.

Assim se relata o acontecimento que ocorreu com um dos pacientes do Abrigo de Alienados:

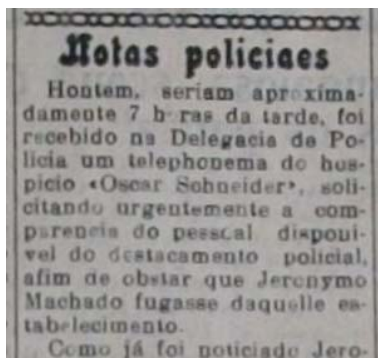


Figura 22. Trecho da notícia sobre cotidiano no Abrigo de Alienados.

Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Notas policiaes - Hontem, seriam aproximadamente 7 horas da tarde, foi recebido na Delegacia de Policia um telephonema do hospício “Oscar Schneider”, solicitando urgentemente a comparência do pessoal disponível do destacamento policial, afim de obstar de Jeronymo Machado, condenado por crime de morte pelo Tribunal de Jury da Comarca de Campos Novos, depois de fiado na sua corpulência e musculatura, haver praticado na Penitenciária do Estado vários atentados e depredações, foi removido para o manicômio de Joinville. Insubordinando-se há três dias, com ameaças de morte ao pessoal do Hospício, caso não lhe dessem liberdade, tornou-se necessário algema-lo e enclausura-lo no mais forte dos cubículos destinados aos loucos furiosos. Pacientemente, apesar de algemado, conseguiu fazer do cabo duma colher de estanho um afiado punhal, para depois assim armado, quebrar as algemas e investir contra as jaulas que dão para o pateo. O novo Sansão, certo de que apesar da fortaleza das jaulas, estas acabariam por ceder à força vigorosa dos músculos, o encarregado do

Hospício solicitou o comparecimento da polícia, que para ali imediatamente se dirigiu. A entrada no cubículo ofereceu sérias dificuldades pois que, de punhal em punho, o sentenciado Jeronymo ameaçava ferir aos que ousaram transpor as celas. O primeiro a entrar foi o soldado José Christovam contra quem Joaquim investiu, saltando a seguir o investigador Francisco Silva em acto contínuo as demais praças, que o subjugaram, sendo-lhes colocadas novas algemas (Jornal de Joinville, 1º de fevereiro de 1935, 2ª página).

A notícia que circula pela cidade um dia após o episódio ocorrido na instituição apresenta aos leitores atentos à coluna de “Notas Policiais” o cotidiano da instituição onde habitam “loucos furiosos”. Retrata-se nela uma entre tantas outras vidas enclausuradas; apresenta-se seu nome e sobrenome, e sua (criminosa) trajetória até o internamento.

Trata-se de Jeronymo Machado, personagem principal de um evento que se escolheu virar notícia. Por sua “rebelião” essa vida foi registrada por palavras numa notícia do jornal. Se no internamento reconhecido era por um número de prontuário; emerge, quando “insubordina-se” em relação à condição de clausura, como “Sansão”²⁵, “fama”, ou melhor, “espetacularização” da infâmia essa que se liga a uma construção da imagem do “louco” como criminoso e perigoso.

Buscamos pensar esse personagem construído na sessão de “Notas policiaes” do jornal a partir de Foucault (2006) que, em “A vida dos Homens infames”, aborda as vidas que deixaram seus ínfimos rastros de existências em poucas linhas (queixas, denúncias, ou ordens de prisão) de documentos e livros que registraram seus encontros com o poder, e no choque desse encontro foram revestidas com o “rosto da infâmia”.

As palavras que no passado destinaram vidas às cinzas de existências, hoje, sob o olhar – e ao acaso – de quem, num encontro quase improvável, com elas se depara dentre tantos outros documentos, fazem-nas pulsar, ainda, nas poucas linhas que as contornaram. São arrancadas “da noite” que poderiam permanecer apenas porque tiveram seus encontros com o poder, assim como nos diz Foucault (2006): “O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e

²⁵ Personagem bíblico reconhecido por sua força extrema.

que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam (...)" (p. 207).

Nesse sentido, entendemos que esse sujeito, Jeronymo, em confronto com diferentes instâncias do poder - choca-se com o presidio, depois com o hospício, com o soldado e o investigador – deixa “sinais de si”, como nos diz Foucault (2006) sobre as vidas a resistir nesse contexto. Para o autor, isso “é o que lhes dá, para atravessar o tempo, o pouco de ruído, o breve clarão que as traz até nós.” (p. 208).

Deparamo-nos com essas poucas linhas de uma notícia que poderiam passar despercebidas dentre tantas outras. O encontro com a mesma aproxima-nos dos restos, reais ou fictícios, de uma existência. Foucault (2006) nos faz entender que apenas pelo ruído - que ainda ressoa ao lermos tais palavras – é que essas vidas perduram em seus vestígios, e, ao acaso, chegam até nós. Tomadas como personagens nos relatos que as retrataram, o autor observa que as vidas tornadas infames faziam parte de histórias reais que por algum motivo foram atravessadas por palavras que as anunciaram com “grandeza assustadora”, ou como vidas “dignas de pena”, tornando-se suas trajetórias obscuras e desventuradas.

A forma como se retrata no jornal a situação ocorrida, o teor das palavras escolhidas para descrever o evento, constroem a imagem daquela cena, transformam-na numa lenda; assim, provavelmente, tal episódio ressoou pela cidade, e, hoje, causando-nos certa estranheza, chega até nós de maneira que não podemos distinguir entre o “clamor das palavras” e a “violência dos fatos”, já que a história contada inscreve-se no limiar entre o fictício e o real (FOUCAULT, 2006).

Nesse limiar - entre ficção e realidade - que envolve o pesquisar, e, aqui especificamente, o debruçar-se sobre esses improváveis encontros com o passado ao seguir os rastros entre as cinzas de existências mudas – as vidas infames – busca-se, recorrendo-se e à obra de Lima Barreto, “Cemitério dos Vivos”, cujo enredo parte de sua própria experiência de confinamento num manicômio²⁶, abordar os corpos que habitaram os liames da infâmia de um espaço de clausura.

Enlaçando amarrações ficcionais às suas experiências biográficas (que também mesclam fatos reais aos seus delírios) anotadas num diário que levou consigo no tempo em que esteve internado, o escritor narra os diferentes indivíduos que habitavam o hospício. Da experiência de “mergulhar” na loucura, Barreto passa a ver que “A

²⁶ Lima Barreto permaneceu entre o Natal de 1919 até fevereiro de 1920 no “Hospício Nacional” na cidade do Rio de Janeiro.

loucura se reveste de várias e infinitas formas; é possível que os estudiosos tenham podido reduzi-las em uma classificação, mas ao leigo ela se apresenta como as árvores, arbustos e lianas de uma floresta: é uma porção de coisas diferentes.” (p.190).

O autor traduz então os diferentes corpos a habitar o hospício: aqueles que se silenciavam e não proferiam palavras por anos, ou os que viviam a murmurar; aqueles que se movimentavam sem destino e os que permaneciam inertes; aqueles que não suportam mais usar roupas; ou que não tem mais cuidado algum para com seu próprio corpo.

Dentre o convívio com todas essas formas que a loucura encontra para se manifestar Lima Barreto passa a abordar aquela que mais lhe angustia e que assim descreve:

Vista assim de longe a noção de horror que se tem da loucura não parte da verdadeira causa. O que todos julgam é que a coisa pior de um manicômio é o ruído, são os desatinos dos loucos, o seu delirar em voz alta. É um engano. Perto do louco, quem os observa bem, cuidadosamente, e une cada observação a outra, as associa num quadro geral, o horror misterioso da loucura é o silêncio (...) (BARRETO, 2004, p.187)

À medida que se acompanha sua escrita vê-se que o sentido que o escritor dá ao silêncio, que tanto lhe incomoda, remete-o “àquela quase morte em vida” (p. 189), que compara ao “*cemitério dos vivos*” narrado por Henrique C. R. Lisboa²⁷ em sua viagem a Cantão, na China. Nas imediações dessa cidade havia um lugar público onde os indigentes que sentiam estar perto da morte poderiam habitar para receber alimento, roupas e o caixão fúnebre que lhes serviria para seu próprio enterro. Nesse lugar esperava-se pela morte.

A qualidade de morte que Barreto dá à experiência da clausura aproxima-se da visão exposta, no primeiro capítulo deste trabalho, a respeito dos “mortos-vivos” que tiveram passagem no espaço da cidade que acolheu a infâmia de diferentes tempos – o território do cemitério - como uma verdadeira “Cidade dos Mortos”. Porém, a expressão “cemitério dos vivos”, ao mesmo tempo que tensiona de maneira parecida a relação *morte e vida*, nos aponta a um novo sentido que dialoga com o que se pôde perceber do destino de muitos que no Abrigo de Alienados tiveram passagem: ali não apenas se experimentava a

²⁷ A obra se chama “A China e os Chins. Recordações de viagens”, editado em 1888.

morte em vida, mas, para muitos, foi o lugar em que se esperava pela morte, em seu sentido mais concreto.

Para explicar tal relação partimos, agora, para o encontro com os vestígios e restos que se referem às vidas dos internos encontrados no único documento restante que registra as passagens das pessoas pela instituição, o “Livro de Alienados” (figura 23). Constam nesse livro poucas palavras restritas ao preenchimento dos campos de formulários (anexo 1), sendo, também, que alguns dos pacientes recebem junto a essas escassas informações, fotografias que em sua maioria parecem terem sido tiradas dentro da instituição, servindo para suas identificações.



Figura 23. Página do “Livro de Alienados”. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

O livro comprova as existências dessas vidas e de suas passagens pelo Abrigo de Alienados. Passagens - algumas breves, outras nem tanto - todas carregam as marcas da institucionalização em seus corpos, e cumprem o destino que a elas, em parte, foi socialmente traçado (ZABOTb, 2015).

As últimas palavras registradas sobre cada vida em seu formulário limitam-se ao preenchimento dos campos “Data de saída”, “Lugar de destino”, “Causa da morte”, “Número da cova”, e “Cemitério”. Em alguns dos formulários preenchidos, os destinos finais começam a confundir-se: escreve-se “falecido” como “lugar de destino”, e, a morte como fim da vida institucional aparece como algo rotineiro.

Dentre tantos destinos aos corpos que ali tiveram guarida algo é recorrente: muitos foram os que saíram apenas em morte, tendo seus corpos enterrados no Cemitério Municipal de Joinville, vizinho da instituição. Tiveram, portanto, o mesmo fim que ao prédio se deu. Encontram-se, todos estes vestígios – o prédio, suas paredes, seu cotidiano, e muitas das vidas que testemunharam aquela história–, enterradas no terreno do cemitério. Tendo suas existências registradas

em rastros ínfimos do arquivo, parecem descansar suas memórias junto aos túmulos.

No fragmento de uma dessas fichas de registro dos “alienados” (figura 24), escreve-se “faleceu”, e, em seguida, a informação sobre a data do óbito, causa da morte, cemitério e número da cova em que se deu o sepultamento.

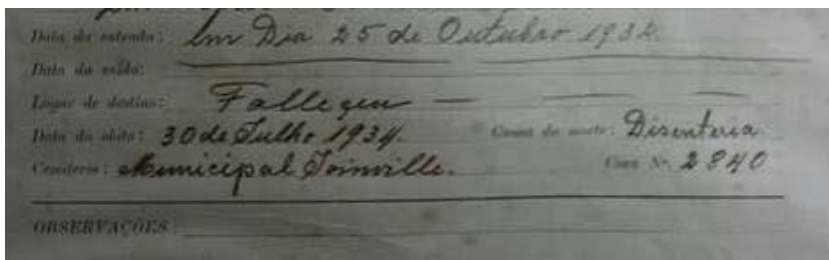


Figura 24. Fragmento da ficha de registro dos pacientes. Arquivo Histórico de Joinville.

Em busca no Cemitério Municipal pelas sepulturas de alguns pacientes do Abrigo, não se conseguiu encontrar nenhum vestígio das mesmas. A busca se dificulta, pois, segundo os funcionários desse lugar, os túmulos não estão ordenados, lado a lado, pelos números das covas, e nos registros da secretaria não constam sepultamentos muito antigos. Além disso, existe a possibilidade de que, caso existissem lápides identificando os túmulos, o não regulamento da condição da cova trinta anos após o falecimento da pessoa sepultada faz com que não se conserve sua lápide, podendo ser utilizada a cova para abrigar outros sepultamentos.

Algumas dessas lápides quiçá existam e possam ser encontradas numa busca mais minuciosa. No entanto, também existe a possibilidade de nunca terem sido erigidas sobre as covas de tais sujeitos, ou, se construídas, desconsideradas depois do tempo imposto pela regulamentação do cemitério.

Na impossibilidade, portanto, de afirmar a existência desses vestígios, cabe-nos pensar, numa dimensão não concreta fisicamente, nas lápides que possam se erigir a partir de visibilidades outras que a esses sujeitos sejam lançadas. Se os registros da construção desse lugar, assim como outros rastros encontrados sobre sua existência, incidiram luz somente a determinados atores, na via contrária, ao fazer ver a invisibilidade, e fazer recordar o silenciamento que sobre as vidas

infames se produziu, podemos reconhecê-las como as vidas que receberam as marcas significativas da experiência naquele lugar.

Pois, ainda que a estrutura física do Abrigo de Alienados estivesse preservada, e sobre ela se contasse a história sobre o grande feito na cidade da construção de um hospício, qual seria o valor de tal patrimônio material como transmissor das experiências que ali foram tecidas?

Emprestamos tal reflexão de Benjamin (2012b) que questiona: “qual o valor de todo nosso patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós?” (p. 124). Tal pergunta se atrela a sua problematização sobre o patrimônio como expressão de um “passado fetichizado” que se opõe ao “passado atualizado como experiência”, aquele das narrativas, da tradição passada pelas gerações, ou seja, a pobreza de experiência da monumentalização do passado em detrimento à “humanização das memórias” (ABREU, 2012).

Portanto, não só através da preservação de uma estrutura física e da inscrição de um grande marco na história da cidade – condições essas que não fazem parte da realidade desse lugar – patrimonializa-se algo pelo viés do passado “atualizado como experiência”, mas pelas narrativas cidadinas, e, também, aposta-se, através da possibilidade de escutar – mesmo através dos silêncios que persistem - às vozes que ressoam daqueles cujos corpos foram marcados por essa experiência.

Inspiramo-nos assim na seguinte passagem de Gagnebin (2006) sobre a crítica da tarefa essencial daquele que pesquisa sobre o passado atualmente. Ao invés de trabalhar para o fim da produção das glórias de determinados acontecimentos, sua tarefa

precisa transmitir o inenarrável, manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados. Sua "narrativa afirma que o inesquecível existe" mesmo se nós não podemos descrevê-lo. Tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente). Tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados. Trabalho de luto que nos deve ajudar, nós, os vivos, a nos lembrarmos dos mortos para melhor viver hoje. Assim, a preocupação com a verdade do passado se

completa na exigência de um presente que também possa ser verdadeiro. (p.47)

Se seus corpos não foram velados – na vigília que ocorre durante o funeral - com os louvores dignos das marcas de experiências que carregaram, ou se não tiveram direito às lápides; suas vidas, destaca-se, veladas foram sob um véu de esquecimento. Os rastros dessas vidas mal-ditas produtos de suas resistências às práticas de silenciamento, ainda podem nos afetar, e nos mover a produzir alguns sentidos sobre elas. A partir de algumas dessas vidas -escolhidas porque em suas fotografias algum detalhe de suas expressões, vestimentas, ou pertences; ou nos registros escritos algum espaço deixado em branco, ou uma observação adicional realizada, de alguma forma, afetaram a pesquisadora - ensaia-se a seguir algumas palavras que visam dar visibilidade aqueles que, um dia, tornaram-se insignificantes para a história da cidade.

5.3.1 VESTÍGIOS DAS MARCAS DA CLAUSURA

Folheando algumas das páginas do Livro de Alienados, uma dessas vidas chama atenção, primeiramente, pela sua fotografia (figura 25): trata-se de um homem envolto por mantas, uma delas servindo-lhe como capa. Segura uma caneca em uma das mãos e, com a outra, um objeto difícil de identificar; seu olhar dirige-se ao além. Imerso a um cotidiano que lhe retirava o direito de ter pertences e vestes próprias, esse paciente cria – e assim resiste às normas que lhe eram impostas – sua forma de ser representado na fotografia na maneira como escolhe cobrir seu corpo e ostentar os objetos que toma como seus.

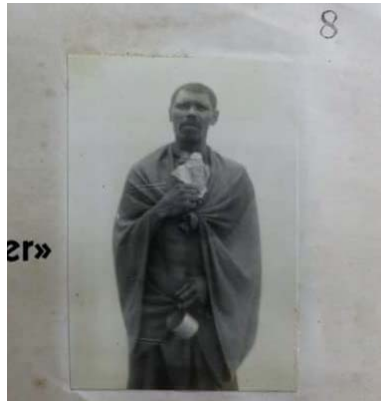



Figura 25. Registro fotográfico de César no Livro de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Hospício de Alienados «Oscar Schneider»



Nome: Sexo: masculino.

Nacionalidade: Coria Pinto, de Lagos. Nacionalidade Brasileira.

Lugar de nascimento: Coria Pinto, de Lagos. mo. 25 de Agosto 1879.

Filiação: nome do pai: José Maria Antunes, já falecido em Coria Pólo.
 nome da mãe: Joazina Romartha Basciggo, já falecida.

religião: católico cor: mulatto profissão: Fazediro.

estado civil: casado. estatura: 1 m 75 cm. mão: composto.

cor: mediano cabelo: preto barba: preto olhos: castanho.

marcas particulares: vários Tios e dividas Facades.

Residência dos pais ou parentes mais próximos: Campos Afros e em Lagos.
 última residência: Campos Afros.

em Est. Santa Catharina. Autoridade que determina o internamento: por Ordem da Chefatura de Polícia em Florianópolis.

Intercurso por conta própria ou do Estado: por conta do Estado.

Motivo da internação: Sm. Dr. Plácido Gomes de Oliveira em Joinville, Estado Santa Catharina.

Data da entrada: em Dia 26 de Junho 1931.

Data da saída: _____

Lugar de destino: _____

Data da alta: _____ Causa da morte: _____

Cadêncas: _____ Casa N.º: _____

OBSERVAÇÕES: setenciado a 11. condenado a 17 anos e 6 meses de prisão celular.

Figura 26. Ficha de registro de César. Fonte: Arquivo histórico de Joinville.

Na precariedade de palavras que descrevem sua existência, esta vida é assim retratada em seu registro (figura 26): César²⁸; sexo masculino; brasileiro; religião católica; cor de pele mulata; fazendeiro; casado; 1 metro e setenta e cinco centímetros de altura; rosto comprido; cabelos e barba pretos; olhos castanhos; sinais particulares: vários tiros e diversas facadas; Internado por ordem da Chefatura de Polícia em Florianópolis, em 26 de julho de 1931 (prestes a completar 52 anos de idade); Observações: sentenciado nº11, condenado a 17 anos e 6 meses de prisão celular.

Em relação à data de saída, lugar de destino, data e causa da morte, e número da cova, não constam informações. Os espaços em branco e a precariedade das palavras - sobre o que o levou à condenação, nem mesmo sobre seu destino - demarcam as lacunas de uma história de vida. Não sabemos o que contam as facadas e os tiros no seu corpo, que, mais do que “sinais particulares”, são marcas que escondem histórias, fazem parte da trama de uma vida sentenciada a “dezessete anos e seis meses” de clausura.

Se o mesmo é internado em 1931 e condenado a tempo superior ao período em que ainda funcionou o abrigo, qual terá sido seu paradeiro com o fechamento da instituição? Em pesquisa dentre os documentos²⁹ do Hospital Colônia Sant’Ana, no Arquivo Público do Estado, descobre-se mais um episódio de sua história. César foi encaminhado, no ano de 1942, período de fechamento do “Oscar Schneider”, para a instituição estadual “Colônia Sant’Ana” nos arredores de Florianópolis. Junto às outras vidas também internadas na situação do fechamento do Abrigo de Alienados em Joinville, uma diferente clausura lhe foi imposta.

Buscamos a partir de outras fichas de registro introduzir-se na diversidade das vidas que, por motivos diferentes, estiveram sob a mesma clausura, correspondendo os dois seguintes registros a mais duas vidas escolhidas a partir do que chama atenção das nuances de suas trajetórias. Uma delas diz repetido à Helena, que na fotografia presente em seu registro (figura 27), parece tratar-se de uma jovem. Encostada sob o muro do Abrigo, usando um vestido, suas mãos se entrelaçam na altura da cintura e sorri para o registro que se faz dela.

²⁸ Foram criados nomes fictícios aos pacientes sobre os quais se escreve nesse capítulo.

²⁹ Ofício do Hospital Colônia Santana ao governo do Estado, relatando os internos do mês de março de 1942.


Helena é assim descrita no Livro dos Alienados (figura 28): Sexo feminino; brasileira; Data de nascimento: ignora-se; Nome dos pais: ignora-se; solteira; sem profissão; cor branca; rosto redondo; boca grande; cabelo louro; olhos azuis; Sinais particulares: ela é muda; Última residência: Blumenau (na cadeia); Internada por ordem da Chefatura de Polícia em Florianópolis, em 27 de março de 1932; Lugar de destino: falecida; Causa da morte: idiota anemia; Data do óbito: 24 de outubro de 1934; Cemitério: Municipal de Joinville; N° da cova: 2877.



Figura 27. Registro fotográfico de Helena no Livro de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

No cemitério, território vizinho da sua clausura, Helena “descansa seu corpo” e enterra consigo um passado que deixou poucos rastros. A expressão “ignora-se” a preencher os campos de data de nascimento e nome dos pais, diz de uma vida tão infame, que não se legitimou digna de produzir muitos rastros. Seu diagnóstico, “Idiota”, foi registrado na causa de sua morte, onde se preenche “Idiota anemia”. O fato de se ter registrado que ela “é muda” nos indica que a infâmia pela qual tal vida foi revestida provém da marca de uma deficiência física, que tornou não apenas sua voz, mas também sua história emudecida.

Hospício de Alienados «Oscar Schneider»



Nome:

Naturalidade de Blumenau Nacionalidade Brasileira *em feminina*

Lugar de nascimento: Blumenau Data: ignora-se.

Filhos: nome do pai: ignora-se

nome da mãe: ignora-se

estigmas: cor branca gestação: _____

estado civil solticeira estatura: 188 cm mãos: redondo

boço: grande cabelo: louro barba: _____ olhos: azul.

particularidades: ella e munda.

Residência dos pais ou parentes mais próximos: ignora-se

outra residência: Blumenau

(com Cadeia). Autoridade que detém a custódia: _____

custódia: por Ordem da Chefatura de Polícia em Florianópolis.

Instituição por conta própria ou do Estado: por conta do Estado.

Médico assistente: Dr. Alfredo Lehmann Bornville.

Data da entrada: em 2 de Maio de 1934

Data da saída: _____

Causa de destino: fallecida

Data do óbito: 29 de Outubro 1934 Causa da morte: idiota anêmica

Classificação: Municipal, Bornville. Caso N.º: 2877

DESCRIÇÃO:

Figura 28. Ficha de registro de Helena. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

A próxima ficha de registro (figura 30) nos chama atenção por uma última anotação que se faz no campo “Observações”: “Ela deu à luz a uma menina com nome Manuela no dia 7 de abril de 1940. Às 21 ½ horas de noite.”. Os dados registrados sobre sua passagem pelo Abrigo de Alienados permite conhecer sua trajetória desde que foi internada aos 19 anos de idade até sua saída da instituição, quase seis anos depois. Isabel, aos 24 anos, experimenta a maternidade sob a condição do confinamento. Sua filha nasce e é registrada, e seu destino permanece desconhecido. Um ano e cinco meses depois do nascimento da filha, e poucos meses antes do fechamento da instituição, Isabel liberta-se da sua condição de internamento.


Na fotografia (figura 29), Joanna aparece com o rosto inclinado para baixo; percebe-se que o registro foi feito em dia de sol, pois é possível enxergar a sombra que seu corpo produz sob o chão do pátio. Sobre a postura como se porta no momento do registro fotográfico, podemos pensar que olhar que não se dirige à câmera fotográfica foi a maneira que encontrou de resistir à prática normativa da instituição de retratar seus pacientes sob a condição do confinamento. Sobre os demais vestígios dessa vida, os registros preenchidos na sua folha de registro, assim a descrevem :

Nome: Joanna Costa; Sexo feminino; brasileira; católica; branca; sem profissão; solteira; nome da mãe: ignora-se; 1 metro e quarenta e seis centímetros; rosto comprido; boca grande; cabelos pretos; olhos castanhos; Sinais particulares: idiota; Internada por ordem do Delegado de polícia de Blumenau em 2 de dezembro de 1935; Data de saída: 2 de setembro de 1941; Lugar de destino: Blumenau.



Figura 29. Registro fotográfico de Isabel no Livro de Alienados. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Hospício de Alienados «Oscar Schneider»



Nome: [redacted] Sexo: *feminina.*

Naturalidade de *Itajobi.* Nacionalidade *Brasileira.*

Lugar do nascimento: *Luz-Alves.* Data *1916*

Filiação: nome do pai: *Françisco Costa.*
nome da mãe: *Françisca Costa.*

religião: *católica.* cor: *branca.* profissão: *não tem*

estado civil: *solteira* estatura: *1m 46 cm.* rosto: *comprido*

boço: *grande.* cabelos: *preto* barba: *—* olhos: *castanhos.*

sinais particulares: *Idiota.*

Residência dos pais ou parentes mais próximos: *em Luz-Alves.*
km. Itajobi. última residência: *em Luz-Alves.*

Autoridade que determinou o internamento: *do Delegado de Polícia em Blumenau.*

Internado por conta própria ou do Estado: *por conta do Estado.*

Médico assistente: *Dr. Alfredo Schlemm.*

Data da entrada: *em 2. de Dezembro 1935.*

Data da saída: *em 21-9-1946.*

Lugar de destino: *Blumenau.*

Data da óbito: _____ Causa da morte: _____

Cenotério: _____ Coça Nº. _____

OBSERVAÇÕES: *ela deu a luz a uma menina com nome [redacted] no dia 7 de Abril de 1946, às 2 1/2 horas de noite. Partura: Irma Klauis, em Joinville. Nome registrado da Criança e [redacted].*


Figura 30. Ficha de registro de Isabel. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Por último, escolhemos visibilizar uma das vidas que representa uma parcela de pacientes “estrangeiros” que foram internados no Abrigo. A ficha do Registro de Alienados (figura 31) identifica Ana, cuja fotografia indica tratar-se de uma senhora, e traz os seguintes dados:

Sexo feminino; húngara; católica; cor branca; doméstica; viúva; 1 metro e quarenta e cinco centímetros de altura; rosto comprido; boca pequena; cabelo branco; olhos castanhos; não tem parentes no Brasil; sua última residência foi em Blumenau; Internada por ordem da Secretaria do Interior e da Justiça em Florianópolis, no dia 25 de outubro de 1932 - aos 66 anos; Lugar de destino: “Falleceu”; Data do óbito: 30 de julho de 1934; Causa da morte: desinteria; Cemitério: Cemitério Municipal de Joinville; Número da cova: 2840.

A trajetória que leva Ana da Hungria para o Brasil, para nesse lugar ser internada num hospício, consiste numa lacuna sobre o conhecimento que possamos ter de sua vida. Quais promessas a fizeram deixar seu país? Em busca do que ela desembarca em terras brasileiras? Não sabemos as condições nem em busca do que sua trajetória a guiou até esse destino, apenas podemos supor que um hospício não fazia parte daquilo que planejou em sua chegada em um novo país. Ana passa seus dois últimos anos de vida num hospício, e dali seu corpo é enterrado no cemitério vizinho.

Hospício de Alienados «Oscar Schneiders»



Nome: *Ana Rosa* Sexo: *feminina*
 Nacionalidade: *Fimfkirchen* Nacionalidade: *Ungaro*
 Lugar do nascimento: *Fimfkirchen* Data de nascimento: *6 de Setembro 1866*
 Filiação: nome do pai: *Harga Rosa Conrado*
 nome do mãe: *Liesbeth Rosa Harga*
 religião: *catolica* cor: *branca* profissão: *Domestica*
 estado civil: *viuva* estatura: *1m 45cm* cor da: *comprida*
 boca: *pequena* cabelos: *branco* barba: _____ olhos: *castanha*
 marcas particulares: _____
 Residência dos pais ou parentes mais próximos: *não tem no Brasil*
 última residência: *Pölmmenau*
 Autoridade que determinou a internação:
 ordem: *por Ordem da Secretaria de Interior e Justiça em Florianópolis*
 Internada por conta própria ou do Estado: *por conta do Estado*
 Médico assistente: *Dr. Plácido Gomes*
Dr. Alfredo Schlemm, Joinville
 Data da entrada: *em Dia 25 de Outubro 1934*
 Data da saída: _____
 Lugar de destino: *Falleceu*
 Data da morte: *30 de Julho 1934* Causa da morte: *Disenteria*
 Localidade: *Municipal Joinville* Cota N.º: *2840*

OBSERVAÇÕES

Figura 31. Ficha de registro de Ana. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Histórias de vidas como essas, que um dia tentaram se fazer obscurecidas, destinando-as a passarem sem rastros, resistem ironicamente ao que delas se quis fazer. São raros vestígios, palavras poucas que o descaso das forças que as destinaram ao pó de uma história permitiu registrar. É disso que trata Foucault (2006) quando fala da *pura existência verbal* dessas pessoas, que as fazem seres quase fictícios. Sendo impossível recuperá-las nelas próprias, “tais como podiam ser “em estado livre”, só a conhecemos no abrigo precário das palavras envolvidas nos jogos de poder e nas suas relações com ele” (FOUCAULT, 2006).

Algo destas vidas se esvai por entre as poucas palavras que as contornam e os espaços em branco de um formulário. Há algo que *resiste e arde em seu silenciamento*, como nos faz pensar Agamben (2008) quando diz que esses “lacônicos enunciados” não são eventos biográficos de uma história pessoal, “mas o rastro luminoso de outra história; não a memória de uma existência oprimida, e sim a ardência muda de um *ethos* imemorável; não a figura de um sujeito, e sim a desconexão entre o ser vivo e o ser que fala, que assinala seu lugar vazio.” (p.145)

Esses rastros – vestígios únicos, compostos por palavras e descrições ínfimas de suas existências – talvez tenham persistido no tempo devido às resistências dessas vidas. Podemos enxergar tais palavras que contornam essas vidas carregadas de aspectos de *intensidade estranha* e de uma *espécie de beleza*, são como “*estranhos-poemas*” (FOUCAULT, 2006) que nos fizeram enredar nas sutis e sensíveis minúcias de um hospício-cemitério. Nesse encontro entre loucura, vidas e cemitério, o mórbido pôde passar a ganhar vida à medida que perscrutamos, no terreno de uma existência mortificada, vestígios pulsantes de uma história.

Pesquisar vidas infames, ouvir suas palavras sufocadas, fazê-las pulsarem como um último respiro é possibilidade de lhes oferecer as devidas lápides, um vestígio concreto a mais de suas presenças no mundo. Trata-se, quiçá, da “chance que permite que essas pessoas absolutamente sem glória surjam do meio de tantos mortos, gesticulem ainda, continuem manifestando sua raiva, sua aflição ou sua invencível obstinação em divagar” (FOUCAULT, 2006, p. 210).

6. DA GLÓRIA AO PÓ DE UMA EXISTÊNCIA

Neste último capítulo passamos a conjecturar sobre alguns registros encontrados do funcionamento institucional do Abrigo de Alienados que envolvem dados administrativos e de movimentação de pacientes. Esses rastros também nos contam sobre o cotidiano da instituição e o lugar que a mesma ocupou no Estado. Ao indicar a soma dos corpos internos, classificados em categorias e diagnósticos, também nos aproximam do saber que incidiu sobre - e manejou - tais vidas. Seguir esses rastros, por conseguinte, é também contar sobre o auge e a decadência do Abrigo de Alienados, sua trajetória da fama à infâmia.

Cinco anos após a criação do Abrigo de Alienados, passamos a encontrar nos Relatórios da Superintendência alguns trechos que informam sobre a movimentação de pacientes.

O primeiro registro traz os dados referentes ao seu funcionamento nos anos de 1927 e 1928. Do ano de 1927, conforme se vê na figura 32, registrou-se a movimentação dos pacientes, sendo que no começo do ano existiam trinta e duas pessoas internadas e ao final do mesmo encontravam-se trinta e cinco. Nesse ano vinte e cinco pessoas entraram na instituição e, junto à população que ali chegara em momento anterior, dezesseis delas saíram “curadas” e seis faleceram no local. Também se faz menção nesse trecho que somente oito dos pacientes que ali se encontravam pertenciam ao município de Joinville.

No ano de 1928 passa-se a informar os responsáveis pela direção e a função médica da instituição, e já se anuncia nesse período críticas quanto ao tratamento destinado aos pacientes, conforme se encontra na figura 33, e a seguir se descreve:

Hospício de Alienados		
MOVIMENTO DO ANNO DE 1927		
Existencia em 1. de Janeiro de 1927	32	
Entraram durante o anno	25	
Sahiram curados		16
Falleceram		6
Existiam em 31-12-1927		35
	Somma	57
Somente 8 desses infelizes pertencem ao m nicipio de Joinville.		

Figura 32. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1928. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Continua na direção do Asylo Oscar Schneider, o Sr. Nicolau Mäder Junior que a esse estabelecimento tem prestado os melhores

serviços. Para o tratamento de Alienados o nosso asylo deixa muito a desejar, entretanto vae preenchendo uma sensível lacuna nas situações de assistência que possuimos, pois, ao menos ali, os infelizes dementes encontram tratamento que não tinham nas cadeias, como succede em outros municípios. É medico desse estabelecimento o sr. dr. Carlos Lange. (p. 57)

O registro apresenta, por um lado, uma crítica ao tratamento dispensado aos internos; porém, logo a seguir minimiza a crítica destacando o fato de que ao menos é oferecido aos “alienados” alguma assistência, algum tratamento. Um mínimo qualquer, algo que diferencia a cidade de outros municípios. Um quase nada, melhor que coisa alguma.

Asylo Oscar Schneider

Continua na direção do Asylo Oscar Schneider, o sr. Nicolau Mäder Junior que a esse estabelecimento tem prestado os melhores serviços.

Para o tratamento de alienados o nosso asylo deixa muito a desejar, entretanto vae preenchendo uma sensível lacuna nas situações de assistência que possuimos, pois, ao menos ali, os infelizes dementes encontram tratamento que não tinham nas cadeias, como succede em outros municípios.

É médico desse estabelecimento o sr. dr. Carlos Lange.

Durante o anno findo foi o seguinte o movimento do ASYLO OSCAR SCHNEIDER:

Homens	de 16 a 30 anos	11
»	» 31 » 60 »	18
»	» 61 » 80 »	5
	mais de 80 »	1 35
Mulheres	» de 15 a 30 »	8
»	» 31 » 60 »	10
»	» 61 » 80 »	0
	mais de 80 »	0 18
Creanças até 15 annos		5
	Somma	58 pes.

Figura 33. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1928. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

crianças. Faz-se também menção ao fato de que, dos cinquenta e oito pacientes que movimentaram a instituição, houve o falecimento de onze pessoas.

Além disso, têm-se informações mais completas sobre o movimento de pacientes, que passam a ser categorizados quanto ao sexo, idade, diagnóstico e local onde residiam. Nesse ano a instituição alcançou cinquenta e oito pacientes, dentre eles: onze pacientes com idades entre 16 e 30 anos, dezoito com idades entre 31 a 60 anos, cinco com idades entre 61 e 80, e somente um paciente com mais de 80 anos, todos do sexo masculino. Do sexo feminino havia oito pacientes com idades entre 15 e 30 anos, e dez com idades entre 31 a 60. Por fim, havia cinco pacientes de até 15 anos, considerados

Na continuidade do trecho desse documento (figura 34) são mencionados os diagnósticos dados aos pacientes internos e o número de casos durante aquele ano. Observa-se que o diagnóstico mais presente é a Paralisia Progressiva, e entre os demais têm-se: Epilepsia, Demencia senil, Imbecilidade, Idiotia, Alcoolismo, Delirium tremens, Manias, Hebephenia, Paranoia, Depressão mental, Melancholia, Cretinismo, Hysteria e Demencia precoce.

Por último, ficamos sabendo da dimensão da demanda atendida de outras cidades do Estado, ou regiões próximas. Os dados sinalizam que a maioria das pessoas (57%) que tiveram passagem pelo Abrigo são de outros municípios ou Estados, e somente 43% são do município de Joinville.

Diagnosticos		6 casos
Epilepsia	12	*
Paralytia progressiva	1	*
Demencia senil	3	*
Imbecilidade	1	*
Idiotia	2	*
Alcoolismo	2	*
Delirium tremens	1	*
Manias	7	*
Hebephenia	2	*
Paranoia	3	*
Depressão mental	3	*
Melancholia	4	*
Cretinismo	1	*
Hysteria	1	*
Demencia precoce	11	*
	58	*

Falleceram 11 pessoas, coefficiente mortuario 20

Numero dos doentes segundo a residencia:	
de Joinville	15 pessoas
* Hansa	1 *
* Bannal	8 *
* Jaraguá	1 *
* Blumenau	5 *
* Florianopolis	12 *
* Herval	4 *
* São Francisco	3 *
* Paraty	5 *
* Porto União	2 *
* Laguna	1 *
* Curitiba	1 *
	25 pessoas 43 %
	dos outros Municípios ou Estados:
	33 pessoas 57 %

Figura 34. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1928. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Movimento do Hospicio Municipal "Oscar Schneider" em 1931				
Movimento	Homens	Mulheres	Crianças	Total
Existência a 1-1-31	24	11	—	35
Internad durante o anno	40	1	—	41
Tiveram alta	14	—	—	14
Fugidos	1	—	—	1
Fallecidos	16	—	—	16
Existência em 31-12-31	33	12	—	45

OBSEVAÇÕES: - Durante o anno foram applicados 960 injeções aos dementes. Do numero de internados, 8 são por conta particular, e 37 por conta do Estado e Preleitura.

Joinville, 31 de Dezembro de 1931.

O Zelador
João Lehmann

Figura 35. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1931. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

Nos registros do ano de 1931 (figura 35) vê-se que a população de internos ainda não aumentara expressivamente, constando quarenta e cinco pacientes ao fim do ano, quantidade menor em relação aos últimos registros citados. Dentre a movimentação desse período ocorreram quarenta e uma internações, e os destinos dos internados são classificados entre: “falecimento” (16 casos), “obtenção de alta” (14 casos), e “fuga” (1 caso). No campo de “observações” consta ainda que:

“Durante o ano foram aplicados 960 injeções aos dementes”³⁰, e separa-se o número de internados entre os que estiveram por conta particular (8 casos), ou por conta do Estado e prefeitura (37 casos).

O último registro encontrado (figura 36) sobre a movimentação de pacientes refere-se ao ano de 1940, dois anos antes do fechamento da instituição. Separados entre as categorias de “enfermos brasileiros” e “enfermos estrangeiros”, registra-se as movimentações dos adultos e crianças do sexo feminino e masculino durante o ano. Percebe-se a predominância de homens internados: eles são a maioria dentre os pacientes existentes no início e final do ano de 1940, e dentre os que entraram durante esse período.

Nota-se também a existência de três crianças, duas do sexo masculino e uma do sexo feminino, que entraram na instituição nesse mesmo ano. Registra-se que uma delas saiu do Abrigo de Alienados, outra faleceu e a última continuou internada. Por último, tem-se que, dentre os “estrangeiros”, encontra-se ao fim do ano uma parcela de seis internos adultos, em sua maioria do sexo masculino.

A informação de que existiam 91 pacientes internados ao fim daquele ano, prestes ao fechamento da instituição que ocorre em março do ano seguinte (1942), demonstra o número elevado de internações em comparação à quantidade de pessoas internadas nos primeiros anos de funcionamento do Abrigo, o que se menciona nesse mesmo documento:

Êste estabelecimento, também de propriedade desta Prefeitura, embora suas instalações sejam deficientes para o número de internados que vêm mantendo não só dêste, mas principalmente de outros municípios às expensas do Governo do Estado, cumprindo sua elevada finalidade, sob a

TOTAL 1.003

MUNICÍPIO DE ALIENADOS “Oscar Schmidt”. — Este estabelecimento, também de propriedade desta Prefeitura, embora suas instalações sejam deficientes para o número de internados que vêm mantendo não só dêste, mas principalmente de outros municípios às expensas do Governo do Estado, cumprindo sua elevada finalidade sob a supervisão de sua manutenção, durante o ano, foi de R\$ 65.642.000. O Estado concorreu com R\$ 27.542.000 e a Prefeitura com 6.405.000 e o movimento expressivo nos aumentos constantes dos quadros abaixo:

MOVIMENTO DE ENFERMOS “BRASILEIROS”, POR SEXO E IDADE

Discriminação do movimento	Adultos		Crianças		Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Existentes em 1º de janeiro	64	39	—	—	103
Entrados durante o ano	45	30	2	1	78
Saídos durante o ano	27	19	1	—	47
Falecidos durante o ano	29	21	1	—	51
Existentes em 31 de dezembro	54	30	—	1	85

MOVIMENTO DE ENFERMOS “ESTRANGEIROS”, POR SEXO E IDADE

Discriminação do movimento	Adultos		Crianças		Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Existentes em 1º de janeiro	1	1	—	—	2
Entrados durante o ano	5	—	—	—	5
Saídos durante o ano	1	—	—	—	1
Falecidos durante o ano	1	—	—	—	1
Existentes em 31 de dezembro	5	1	—	—	6

Figura 36. Trecho que faz referência ao Abrigo no Relatório da Superintendência de 1940. Fonte: Arquivo Histórico de Joinville.

³⁰ Não há outras informações encontradas sobre essas injeções e outros procedimentos realizados com os pacientes.

esclarecida direção do sr. Dr. Alfredo Schlemm (JOINVILLE, 1940).

Nos documentos presentes no Arquivo Público do Estado, encontram-se comunicações realizadas através dos ofícios entre as autoridades do município de Joinville e a Secretaria do Interior e da Justiça - órgão estadual responsável à época pelas tratativas dos encaminhamentos dos “doentes mentais”, e também ao repasse de verbas ao “Oscar Schneider” – que nos aproximam do contexto de uma instituição prestes a ter suas portas fechadas. Neles relatam-se dificuldades administrativas e precariedade de funcionamento do Abrigo (ZABOT, 2015c).

Para ilustrar esse contexto, escolhe-se o trecho de um ofício em que o prefeito de Joinville faz o pedido para que não mais se encaminhassem novos pacientes ao Abrigo de Alienados, e dentre as justificativas para tal, menciona a dificuldade que foi gerada pela emergência de um novo caso de internação:

O que também nos levou a formular o pedido (...), foi a entrada, ontem, de um demente, procedente de Cruseiro, devidamente encaminhado pelo sr. Delegado de Polícia daquela localidade, e por ordem do dr. Secretário de Segurança Pública, (...), pois foi grande a dificuldade encontrada para o alojamento de mais esse demente, mormente pelo fato de exigir o seu estado um compartimento separado. (...) [O] hospício “Oscar Schneider” desta cidade que se encontra com todas as suas acomodações inteiramente tomadas, com o máximo aproveitamento possível e de tal forma, que a sua administração já luta com sérias dificuldades para poder proporcionar o alojamento e assistência dos dementes existentes, nas condições e segurança exigidas (JOINVILLE, 1941).

Os documentos apresentados dizem tanto da condição de destaque da instituição na cidade e para os municípios vizinhos, quanto da fragilidade do atendimento aos “alienados” no Estado de Santa Catarina à época. A fama alçada à instituição cartão-postal da cidade ocorre no Estado com força suficiente para produzir uma situação indesejada: o atendimento a pessoas de Joinville restringia-se a menos da metade das vagas disponíveis, e a responsabilidade sobre a

assistência aos “alienados” em Santa Catarina passa a ser reivindicada ao governo do Estado.

Em resposta, em 20 de março de 1942, os pacientes internados no Abrigo M. De Alienados Oscar Schneider são removidos para o Hospital Colônia Santana, em Florianópolis e, junto com outros pacientes encaminhados do asilo de Azambuja em Brusque/SC, formam a população da recém inaugurada instituição estadual (ZABOT, 2015d).

A remoção dos pacientes de ambas as instituições foi dada num contexto em que se inicia no Estado o processo de institucionalização da loucura numa perspectiva médico-hospitalar. Para isso criou-se “(...) durante o governo do interventor Nereu Ramos (de 1937 a 1945), (...) o Serviço de Assistência a Psicopatas (1940) e o Hospital Colônia Sant’Ana (1941).” (BORGES, 2013, p. 1532). O Hospital Colônia Santana iniciou suas atividades já com um número excedente de pacientes em relação ao que o espaço comportava, e ao longo dos anos tornou-se um “depósito de gente” marcado pela superlotação e descaso aos pacientes (BORGES, 2013).

Na situação posterior ao fechamento, a de servir como Presídio Político, o município de Joinville passou a encaminhar os indivíduos “acometidos pela loucura” que residiam na cidade para o Hospital Colônia Santana, pois não havia mais um espaço municipal destinado a esse público.

Com a superlotação do Hospital Colônia Sant’Ana, que esteve presente desde sua criação, a situação do sujeito considerado louco no Estado permaneceu sendo um problema de difícil solução. Em ofício redigido pelo prefeito de Joinville, em 1942, para a Secretaria de Negócios do Interior e Justiça, explica-se sobre a transferência indevida de alguns pacientes para o Hospital Colônia Sant’Ana. Afirma estar ciente dos procedimentos burocráticos e faz um alerta:

Diante, agora, das instruções expressas contidas em seu fonograma e segundo as quaes não podem ser enviados doentes sem a autorização prévia em nenhum caso, sempre que se apresente um doente a exigir imediato internamento, nas condições dos quatro enviados, solicitaremos a autorização prévia como nos é exigida e sinão for prontamente concedida, não nos restará, naturalmente outro recurso, sinão o de abandoná-lo à sua própria sorte.” (JOINVILLE, 1941).

O ofício resposta declara o compromisso de cumprir a burocracia e de certa maneira alerta para o que pode vir a acontecer. O

documento faz uma “*mea culpa*”, e ao mesmo tempo serve como anúncio: o louco da cidade de Joinville, perdendo seu “depósito oficial” na cidade e sem condições de ser atendido na instituição estadual, passa a ter seu destino atrelado à “própria sorte” (ZABOT, 2015b).

É nesse contexto que as mesmas grades e tijolos que abrigaram aos alienados passam a isolar outro tipo de público. O prédio não teve outra destinação, se não novamente servir como instituição de isolamento. Parece haver algo em comum entre as vidas que neste espaço tiveram passagem, que nos aponta para a produção da infâmia de um determinado tempo.

6.1 APAGAR PARA ESQUECER

Pedras e pó, restos imperceptíveis deixados pela demolição do prédio compõem a ausência de uma paisagem que já se quis eternizar como cartão-postal. Hoje, quem tropeça pelas marcas no solo, ou respira as cinzas que ainda pairam pelo ambiente, não sabe que pisa sobre murmúrios e vozes silenciadas de um passado marcado pela clausura.

Se ainda restassem muros e grades, e o edifício resistisse em meio aos túmulos do cemitério, qual seria a relação que a cidade manteria com esse passado? Seria um espaço recordado que participaria das conversas cotidianas dos transeuntes?

Lidamos com a realidade de uma imagem do passado que culmina em espaço de ausência; uma história foi enterrada na cidade e permaneceu calada. Sobre a sua demolição, nem ao menos foram encontrados, até o momento, registros sobre sua data, ou mesmo seus motivos. Quiçá existam.

Algumas pistas, no entanto, indicam até que época a existência do prédio ainda produzia narrativas a circular pela cidade. Segundo Valentim (1997), por volta de 1956, o psiquiatra Osmar Schroeder, tentou reformar o prédio e reabilitá-lo como clínica psiquiátrica. O médico conseguiu junto ao Governo Federal angariar fundos para a reforma, ficando a manutenção posterior sob responsabilidade da prefeitura de Joinville, porém, a reforma foi negada pelo poder municipal.

Uma notícia veiculada no Jornal de Joinville no início do ano de 1968, intitulada “Flagrantes do dia”, revela que o prédio em condições precárias abrigava dez famílias de militares da PM do Estado que prestavam serviço em Joinville. A reportagem e a imagem retratada (figura 37) mostram a realidade do estado de conservação do prédio e, provavelmente, a última função que a ele se destinou:



Figura 37. Imagem do prédio em 1968. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

(...) Essas famílias pobres e humildes dos militares vivem em cubículos infectos e insalubres, correndo o risco de uma epidemia provocada pelas péssimas condições de higiene. Em alguns dos cubículos, transformados em quarto de dormir, vêm-se assoalhos esburacados e podres, e enquanto as crianças dormem à noite, os ratos vadeam pelos

cômodos e dormitórios. Não dispoño de um sistema de esgoto, os quintais apresentam um aspecto repugnante, nocivo à saúde daqueles que ali residem. O drama vivido pelas famílias dos militares da PM deve ser encarado com seriedade e com mais humanidade. Ilustramos a presente nota com uma foto da fachada do prédio em que vivem aquelas famílias, cujo aspecto dá uma ideia do seu estado de conservação. (Jornal de Joinville, 1968)

Na figura 38 temos mais uma imagem da edificação. Não se sabe exatamente a data desse registro, mas sua estrutura já bem precária indica que foi perto da data de sua demolição.

Desses registros sobre a situação do prédio vemos que um lugar que emergiu na cidade em vista do ideal de higienização de uma época, transforma-se em um lugar de falta de higiene, em que o problema não são mais os habitantes em si, como acontecia anteriormente quando o prédio era destinados aos “loucos”, mas as condições das vidas das famílias dos militares que ali residiam.



Figura 38. Parte de trás do Abrigo de Alienados. Fonte: Arquivo pessoal.

A tensão constituída pelo conflito de tais memórias parece ter se manifestado na cidade anos após o fechamento do Presídio Político. Provindos de jogos de forças políticos, esses tensionamentos produzidos

parecem ter feito surgir um novo capítulo da história na cidade. Trata-se de uma aparente tentativa de se fazer esquecer as memórias difíceis das práticas repressoras do Estado sobre a população de descendência germânica, sob a forma da instituição de um grande evento de comemoração do “Centenário” de Joinville, o qual problematiza Silva (2004).

O evento, que passou a ser organizado ao final Campanha da Nacionalização, foi festejado em 1951, e surgiu como forma de reconstruir e (re)significar um passado marcado pela desvalorização política da cultura germânica. Através da recuperação dos primórdios de sua história de colonização, realizada por imigrantes germânicos, a mobilização na cidade veio no sentido de postular novamente sua “origem étnica” (SILVA, 2004).

Podemos pensar que a iniciativa da cidade de inscrever marcos na sua história oficial para serem memorados e registrados às gerações futuras invisibiliza certas lembranças indesejadas, como o apagamento da instituição que abrigou, em tempos diferentes, a infâmia produzida na cidade, cuja presença na paisagem cidadina serviria para insistir na lembrança dos fatos ocorridos nessa época.

Mesmo que o espaço tenha sido requerido para a ampliação do cemitério, o fato de ter sido demolido, enquanto que outras construções da mesma época ainda resistem na cidade, demonstra que a memória relativa a esse espaço foi desprivilegiada em relação a outras. As ações de patrimonialização tornam-se significativas para exemplificar as disputas entre as memórias, da seleção dentre o que será iluminado ou apagado, preservado ou destruído. Como nos explica Abreu (2012), “Ao selecionar um aspecto de memórias múltiplas e polissêmicas e ao concentrar os esforços para iluminar esse único aspecto, o movimento de patrimonialização seria também um movimento de apagamento.” (p.23).

E se a memória não se preserva sozinha, mas necessita de agentes e de suportes para tal (ABREU, 2012), considera-se que o silenciamento da memória que envolve a “Cidade dos Mortos”, espaço historicamente reservado à infâmia, consiste num conjunto de ações que desprivilegiaram suas memórias e quiseram apagar seus rastros.

Em relação às edificações dos demais hospícios presentes no cenário nacional, Wadi (2002) destaca que, embora sejam alvo principal das críticas dos movimentos anti-manicomiais, por conta de sua estrutura institucional ser “alicerce físico e conceitual da prática psiquiátrica”, elas ainda resistem mantendo-se visível nos cenários de muitas cidades - como o Hospital Psiquiátrico São Pedro em Porto

Alegre, que, diferente do passado “triumfante” de sua época de ouro, permanece ainda assim imponente na paisagem da cidade, a despeito das dificuldades enfrentados para sua preservação.

Junto a isso, tem-se o fato de que vários hospitais psiquiátricos brasileiros tem criado espaços de memória dentro de suas instalações, com a função social de recordar experiências que alvitaram a autonomia de muitas vidas. Segundo Serres e Borges (2014),

Esses locais parecem tentar exorcizar um passado doloroso, mostrando a necessidade de humanizar as condições de internamento dentro das grandes instituições psiquiátricas do país. Podem ser mencionados como exemplos, o Museu da Loucura (criado em 1996, no Hospital Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais), o Museu Bispo do Rosário de Arte Contemporânea (criado em 2001, na Colônia Juliano Moreira, no Rio de Janeiro), Memorial do São Pedro (criado em 2002, no Hospital São Pedro, em Porto Alegre), Centro de Documentação e Pesquisa do Hospital Colônia Sant’Ana (criado em 2011, no antigo Hospital Colônia Sant’Ana, atual Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina). (p. 12)

Dentre as destinações a tais edificações temos que muitas delas resistem contemporaneamente, sendo que algumas se tornam, inclusive, espaço para se reaver com as memórias do sofrimento. Condições essas diferentes da situação que se deu ao Abrigo de Alienados em Joinvile, cuja destinação do edificio soma-se às peculiaridades que compõem esse lugar: além das sucessivas transformações que o destinou a receber a morte, aspecto ímpar de sua história, esse espaço sucumbiu, ao contrário da situação de outros locais semelhantes, às tentativas de apagar suas memórias, à demolição e ao esquecimento. Mas o olhar para os vestígios de sua existência e a visibilização das vidas ali enclausuradas se garante como estratégia de luta contra o esquecimento e produção de condições outras para o presente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontrar nos documentos as palavras que teceram a existência do Abrigo de Alienados e que contornaram a forma como se queria representar a emergência da instituição psiquiátrica e os seus personagens – “heróis” e infames – envolvidos na trama de acontecimentos dessa história; conhecer a dimensão que o funcionamento desse estabelecimento assumiu não só no município, como também no Estado; conjecturar sobre os diferentes tempos que compuseram a transformação desse espaço, enfim, investigar todos esses vestígios do passado, colocou a pesquisa em confronto com o cenário atual marcadamente composto, nos caminhos iniciais desta investigação, pela ausência de narrativas sobre a existência das instituições.

A estratégia de perscrutar os rastros ora nos aproximava da realidade do Abrigo de Alienados e as vidas que nele tiveram passagem, ora nos fazia deparar com as lacunas da sua história e, assim, delineava algumas inquietações iniciais do caminho percorrido da pesquisa, tais como: De que forma escrever sobre uma história que tão poucos pesquisadores se debruçaram? Como analisar as palavras que no passado foram produzidas pelo poder político e pela imprensa sobre a existência do Abrigo de Alienados sem tomá-las como versão verdadeira dos fatos? Como se tornar sensível às vozes que foram emudecidas se não restaram, ou pelo menos não foram encontrados, registros em que as mesmas pudessem falar de si e de suas experiências na clausura?

Essas inquietações encontraram algumas respostas à medida que a compreensão sobre o pesquisar, e, especialmente, o pesquisar sobre um objeto de estudo de uma época remota, não correspondiam à tarefa de desvelar a verdade sobre um determinado acontecimento. Passamos a reconhecer que a pesquisa se entrelaçaria também nas lacunas e impossibilidades de remontar seu objeto de estudo, questões essas que envolvem qualquer ato de pesquisar.

Na tentativa de fazer-se inventiva esta pesquisa pôde encontrar ao ficcionar a realidade através do uso da literatura modos outros de produção de sentidos sobre esse campo. Nesse ponto de encontro entre ficção e pesquisa, a obra “Bobók” de Dostoiévski foi escolhida, no capítulo que traz as experiências da pesquisadora ao transitar pelo cemitério, por representar a construção do olhar que se passou a lançar ao território do cemitério. Olhar esse que procurou tensionar as diversas vozes que ali tinham morada, e fazer do território da morte, um cenário produtor de muitos sentidos.

Guiando-se por essas estratégias e compreensões sobre a pesquisa, esta passou a problematizar a memória e o esquecimento referente ao “Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider” investigando os vestígios de existência da instituição e das vidas ali enclausuradas, objetivo esse escolhido para este trabalho. Em relação a isso podemos dizer que conseguimos conjecturar sobre alguns aspectos do contexto que marcou o período de emergência da instituição na cidade e discutir acerca das tensões envolvidas nesse acontecimento.

Pudemos entender que a necessidade da criação desse estabelecimento dialogava com as medidas políticas tomadas a partir dos ideais de urbanização e civilização da época, em que “embelezar” a arquitetura e o espaço e controlar seus cidadãos eram medidas tomadas em nome do “progresso”. Em relação a tais medidas tentamos refletir sobre a forma como incidiam sobre os corpos que habitavam a cidade, especialmente os corpos infames e, assim, pensar sobre a criação da instituição psiquiátrica no município.

Mais do que isso, procuramos também demonstrar nos acontecimentos que marcaram a fundação, funcionamento e decadência do Abrigo de Alienados alguns paradoxos tramados na relação entre a cidade e a infâmia socialmente produzida. Fatos como a instituição levar o nome de alguém a ser lembrado, a figura política de Oscar Schneider, para abrigar aqueles que, isolados do centro urbano, se queriam esquecidos; ou a contradição marcada no símbolo do cartão-postal entre aquilo que se pretendeu eternizar nas memórias sobre certos locais da cidade, mas que foi apagado da paisagem urbana, representam os tensionamentos que marcaram a existência dessa edificação.

Também se objetivou nesta pesquisa problematizar a forma da produção da loucura de um tempo e, quanto a isso, trabalhou-se a relação dos corpos e a cidade, buscando entender a forma como as medidas tomadas para o desenvolvimento da pólis incidiam sobre os considerados loucos, aqueles que, entre outras categorias de desviantes sociais, foram marcadamente revestidos com o rosto da infâmia.

A análise das fichas de registros do Livro de Alienados, que atentou para a forma como eram retratadas as pessoas que tiveram passagem pela instituição e os vestígios que foram deixados sobre suas existências, bem como o recurso à obra de Lima Barreto, “O cemitério dos vivos”, que a partir da experiência e ficção do referido autor, aproximou-nos da morte que experimentam aqueles que foram confinados, tornaram possível produzir alguns sentidos sobre as marcas deixadas nos corpos das pessoas que passaram pela experiência da clausura.

Cumprindo ainda a esse mesmo objetivo de pesquisa, também se trabalhou sobre a projeção dada à construção do Abrigo de Alienados na cidade, procurando entender a forma como isso dialoga com o contexto nacional de criação dos hospícios, que já se desenvolvia anos antes da criação da referida instituição.

Sobre a análise das tensões e os jogos de forças que contribuíram para o apagamento do Abrigo de Alienados e da sua memória na cidade, último objetivo almejado nesta pesquisa, destaca-se que os confrontos que puderam ser identificados na trama dessa história, presentes desde a escolha do terreno para abrigar os “alienados” que se deu na tensão do convívio entre vivos e mortos, e também, entre vivos e mortos-vivos; até o local de aprisionamento dos descendentes e representantes da “origem étnica” da região, cuja memória, mais tarde, reivindicou-se que fosse (re)significada, são aspectos que nos aproximam da realidade sobre seu apagamento e do entendimento sobre sua memória.

Além disso, destacamos que nas estratégias de deixar-se sensibilizar sobre o território do cemitério apostando que nele ainda ressoam algumas vozes, e passar a procurar pelos vestígios de memórias que ainda resistem nesse lugar encontramos formas de se *presentificar* esse passado “perdido”. Tornou-se possível remontar alguns fragmentos de sentidos do passado, que se não poderia ser “desvelado”, deixou-nos pistas para que dele pudéssemos nos aproximar.

A existência dos vestígios de memórias das instituições que ainda – sutilmente – ressoam nesse lugar, como se demonstrou na descoberta da nomeação informal que se dá ao espaço onde existiu a edificação em que funcionaram ambas as instituições, a “quadra do hospício”, ou por meio da escuta da narrativa de um dos funcionários mais antigos do cemitério, mostrou que, por mais que estratégias tenham delineado o apagamento da edificação, sua memória ainda é capaz de resistir. Esses parecem ser aspectos iniciais para problematizar a maneira como os resquícios dessa memória ainda resistem no contemporâneo da cidade e apontam para futuros aprofundamentos nesse campo de estudo.

Ainda sobre os caminhos escolhidos nesta pesquisa, trazemos a reflexão proporcionada pela experiência de seguir os rastros insignificantes de uma história, que correspondem a certos fatos e sujeitos que não foram considerados dignos de serem memorados. Pensamos que, assim como as pedras e o pó que compõe – insignificadamente - o cenário atual que no passado foi marcado pela fama e decadência da construção do prédio nesse terreno, os vestígios

outros encontrados, aqueles que dizem respeito às memórias que não foram valoradas à preservação, compõem-se também como restos insignificantes no cotidiano do cemitério de cidade de maneira geral. Recolhendo tais insignificâncias, restos de uma existência, construiu-se o olhar ético e político a este objeto de estudo que pretendeu, ao visibilizar fatos e sujeitos obscurecidos nessa trama, afirmar a presença da infâmia que se abateu sobre esse lugar e compor uma escrita que privilegiasse a todas as vozes que participaram de sua existência.

Transitar nesse espaço a procura de vestígios de memórias visou tensionar tal território, e, já que se tratava de uma memória apagada, visibilizar o que permanecia obscurecido, inscrevendo-lhe memórias do futuro.

Refletimos, por fim, que se a memória não se preserva sozinha, talvez as pesquisas que procurem narrar as invisibilidades, lançar luz sobre determinados sujeitos e fatos históricos obscurecidos, e dar o devido valor às narrativas que no cotidiano acelerado da cidade estão se fazendo esquecidas, possam ser ações de transformação sobre o espaço urbano. Assim se deu a intenção de perambular pela “Cidade dos Mortos”. Ao se perder muitas vezes pelos caminhos de uma memória apagada, esta pesquisa procurou apropriar-se desse espaço para ali ouvir as vozes que ainda resistem ao silenciamento socialmente produzido, e desacostumar o olhar transitório que se lança ao cemitério, ficcionando possibilidades de compreendê-lo ao fazer emergir novas formas de se relacionar com as várias vidas que ali de algum modo ainda vivem.

8. REFERÊNCIAS

- ABREU, R. Colecionando museus como ruínas: percursos e experiências de memória no contexto de ações patrimoniais. In: **Ilha Revista de Antropologia**. V. 14, n. 1, p. 17-35, jan./jun. 2012
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: **Bakhtin, outros conceitos-chave**. BRAIT, B. (org) São Paulo: Contexto, 2006.
- AMORIM, Marília. Memória do objeto – uma transposição bakhtiniana e algumas questões para a educação. In: **BAKHTINIANA**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-22, 1o sem. 2009.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Trad. Paulo Soethe. São Paulo, Ed. UNICAMP, 2011.
- BAKHTIN, Mikhail. **Dostoiévski: Bobók**. Tradução e análise do conto. São Paulo: Ed. 34, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra, 5 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BARRENTO, J. “Percepção é leitura”: a cidade, o olhar, a memória. Em: **Limiares sobre Walter Benjamin**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2013.
- BARRETO, Lima. **O cemitério dos vivos: Memórias/Lima Barreto**. 1 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2004.
- BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012(a). (Obras escolhidas, vol. 2) 285p.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 8ª Ed. Revista – São Paulo: Brasiliense, 2012(b). (Obras escolhidas, vol. 1) 271p.

BEZERRA, P. A. **Dostoiévski: Bobók**. Tradução e análise do conto. São Paulo: Ed. 34, 2012.

BORGES, V.T. Um “depósito de gente”: as marcas do sofrimento e as transformações no antigo Hospital Colônia Sant’Ana e na assistência psiquiátrica em Santa Catarina, 1970-1996. In: **História, Ciências, Saúde. Manguinhos**, Rio de Janeiro. V.20, n.4, out-dez 2013, pg.1531-1549.

CASTEL, Robert. **A ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CANTON, K. **Tempo e memória**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009. Coleção temas da arte contemporânea.

CONSELHO MUNICIPAL DE JOINVILLE. **Resoluções do Ano de 1913**. Coletânea de Leis e Decretos. Joinville: Typ. Schwartz. 1914. P. 16. Arquivo Histórico de Joinville.

COSTA, A. Da exclusão à exclusividade: as fronteiras da cidade como arquivo das infâmias. In: **Testemunhos da infâmia: rumores do arquivo**. Tania Mara Galli Fonseca, Carlos Antonio Cardoso Filho e Mário Ferreira Resende (orgs.) – Porto Alegre: Sulina, 2014.

COSTA, L. A. ; FONSECA, T. M. G. . A construção da civilidade: urbanismo, arquitetura e loucura na Porto Alegre de fins do século XIX e início do XX.. **Arquitextos** (São Paulo. Online), v. 101, p. 7, 2008.

COSTA, L.A. O corpo das nuvens: ousa da ficção na Psicologia Social. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – n. esp., p. 551-576, 2014

DOSTOIÉVSKI, F. **Bobók**. In: Bezerra, P. A. Dostoiévski: Bobók. Tradução e análise do conto. São Paulo: Ed. 34, 2012. p. 15-37.

FÁVERI, M. Tempos de intolerância: repressão aos estrangeiros. **Revista Esboços**. Volume 16, Nº 22, 2009, p. 91-109 — UFSC.

FILHO, Leonel de Castro. **Cidade dos mortos ou lugar dos vivos?** 2007. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR.

FLORIANÓPOLIS. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado pelo Vice-Governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior, **Arquivo Público do Estado**, 1905.

_____. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 22 de julho de 1901 pelo Dr. Felipe Schmidt, governador do Estado, **Arquivo Público do Estado**, 1901.

FOCHI, Graciela. **Morte, cemitérios e jazigos: um estudo do cemitério Municipal de Joinville/SC**. Dissertação de mestrado, Programa De Pós-Graduação, Mestrado Em Patrimônio Cultural E Sociedade Universidade Da Região De Joinville, 2011, 181pg, Disponível em http://vdisk.univille.edu.br/community/mestradopcs/get/Dissertacoes/Graciela_Marcia_Fochi.pdf. Acesso em 01 de outubro de 2014.

FONSECA, Tania Mara. Galli., et al. Espaços heterotópicos, imagens Sobrepostas: Encontros entre arte, loucura e memória. **Psicologia Ciência E Profissão**, 2009, 29 (2), 406-415

_____, Tania Mara Galli. A cidade subjetiva. In: Patricia Gomes Kirst; Tania Mara Galli Fonseca. (Org.). Cartografias e Devires. A construção do Presente. 1ed.Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003, v. 1, p. 253-257.

_____, Tania Mara Galli. **Arquivo e testemunho da Psicologia como Ciência e Profissão**. Psicologia Ciência e Profissão, vol. 32, 2012, pp. 18-27 Conselho Federal de Psicologia Brasília, Brasil.

_____, Tania Mara Galli. **O arquivo na neblina: um testemunho a partir de um campo concentracionário**. In: Testemunhos da infâmia: rumores do arquivo. Tania Mara Galli Fonseca, Carlos Antonio Cardoso Filho e Mário Ferreira Resende (orgs.) – Porto Alegre: Sulina, 2014.

FONTOURA, A. Aqui "Jaz" um Hospital. In: GUEDES, S. P.L C. (Org). **Histórias de (I)migrantes: O Cotidiano de uma Cidade**. Joinville: Editora Univille, 2005. p. 77-103.

FOUCAULT, Michael. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M., *Estratégia, poder-saber*. 2ed. RJ: Forense Universitária, 2006. (p.203-22)

FOUCAULT, Michael. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FRANCO, Patricia Dos Santos. Cartões-postais: fragmentos de lugares, pessoas e percepções. **MÉTIS: história e cultura**, [S.L], v. 5, n. 9, p. 25-62, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/782/546>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, Escrever, Esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Limiar aura e rememoração**. São Paulo: Ed. 34, 2014.

GOETHE, J. W. **As afinidades eletivas**. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo, Nova Alexandria, 1922.

GUEDES, S. P. L. de Camargo. A Colônia Dona Francisca: a vida... o medo... a morte. Em: **Histórias de (D)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. GUEDES, S. P. L. de Camargo (org.). 2ª Ed. – Joinville/Santa Catarina: UNIVILLE, 2005.

GUEDES, S.P.L.C. **Instituição e sociedade: a trajetória do Hospital Municipal São José de Joinville- 1852-1971**. 1ª ed. Joinville: Movimento & Arte, 1996.

HERKENHOFF, ELLY. **Joinville, nossos prefeitos 1869- 1903**. Edição: Prefeitura Municipal de Joinville, Fundação Cultural de Joinville, Arquivo Histórico Municipal de Joinville. 1984.

HISSA, C. E. V.; NOGUEIRA, M. L. M. Cidade-corpo. **Rev. UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.54-77, jan./jun. 2013

JOINVILLE, Relatório da gestão dos negócios do Município de Joinville durante o exercício de 1907 a 1911 apresentado ao Conselho

Municipal pelo Superintendente Oscar Schneider. **Arquivo Histórico de Joinville**, 1907.

_____. Ofício nº 350, redigido pelo prefeito Arnaldo Moreira Douat, em 11 de julho de 1941 à Secretaria do Interior e da Justiça. Referente: Internamento de doentes. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**, 1941.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado pelo prefeito de Joinville Arnaldo Moreira Douat. **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**, 1940.

_____. Relatório da Superintendência do ano de 1906, redigido pelo superintendente Procópio Gomes. **Arquivo Histórico de Joinville**, 1906.

_____. Relatório da Superintendência Municipal de 1922, redigido pelo superintendente Marinho de Souza Lobo. **Arquivo Histórico de Joinville**, 1922.

_____. Relatório de 11 de outubro de 1930 a 31 de dezembro de 1931, Resoluções de 1930 e 1931, Lei Orçamentária para 1932. **Arquivo Histórico de Joinville**, 1931.

_____. Relatório publicado na Gazeta do Comércio de 03/03/1917. **Arquivo Histórico de Joinville**, 1917.

_____. Resoluções do Conselho Municipal de Joinville do ano de 1898, sessão de Regulamento, Capítulo II, artigo 28. **Arquivo Histórico de Joinville**, 1898.

MACHADO, Roberto et al. **Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NASCIMENTO, D. Para além do Monumento: etnicidade e identidade urbana na cidade do carvão (Criciúma, 1966). Em: **Dimensões do urbano**. Dorval do Nascimento, João Batista Bitencourt (Orgs.). Chapecó: Argos, 2008.

NEGRI, A. (2004). Para uma definição ontológica da multidão. **Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia**. (19/20): 15-26.

NEGRI, A. **Exílio, seguido de valor e afeto**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

OLIVEIRA, C.G. de. **Integração: estudos sociais e históricos**; Joinville, Santa Catarina, Brasil. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1984.)

PERAZZO, P. F. Prisioneiros da Guerra: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. p. 06, Vértice; FGV, 1983.

SERRES, Juliane; BORGES, Viviane. Memória, sofrimento e apartação: a patrimonialização de instituições de isolamento. **Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014**, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/view/File/43/3>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

SILVA, J.A. F. **Tratado de Direito Funerário**. São Paulo: Método Editora, 2000.

TERNES, Apolinário; VICENZI, Herculano. **Legislativo de Joinville**, subsídios para sua história. Editora Letra D’Água, Joinville: 2000.

THIAGO, R.S. Coronelismo urbano em Joinville, O caso de Abdon Baptista. Projeto Memória Pública de Santa Catarina. Publicação nº1. Florianópolis: 1988.

VALENTIM, Lairton. **Joinville, seus médicos e sua história**. Editora da UFSC. Florianópolis, 1997.

WADI, M. Y. **Palácio para guardar doidos**, Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

ZABOT, M.P. ; GOMES, A. H. “**Inventário e Catálogo de Memórias do Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider**”. Projeto apresentado ao Concurso nº 02/2013 da Fundação Cultural de Joinville. Joinville, 2013.

ZABOT, M.P; GOMES, A;H.; SOARES, S.G.R; VIEIRA, V.H.; BAPTISTA, L.V. **Relatório de Atividades do Projeto “Inventário e Catálogo de Memórias do Abrigo Municipal de Alienados Oscar Schneider”**. Joinville, 2014.

ZABOT, M.P.; GOMES, A.H. **Memórias da Loucura em Joinville: o (des)aparecimento do Abrigo de Alienados na cidade**. Joinville, SC: Refidim, 2015.

ZABOT, M.P. Loucura em Joinville: os primeiros capítulos. Em: **Memórias da Loucura em Joinville: o (des)aparecimento do Abrigo de Alienados na cidade**. Joinville, SC: Refidim, 2015(a).

_____, M. P. O desaparecimento do “espaço oficial” do louco na cidade. Em: **Memórias da Loucura em Joinville: o (des)aparecimento do Abrigo de Alienados na cidade**. Joinville, SC: Refidim, 2015(b).

_____, M. P. Os sinais do fim do Abrigo de Alienados na cidade. Em: **Memórias da Loucura em Joinville: o (des)aparecimento do Abrigo de Alienados na cidade**. Joinville, SC: Refidim, 2015(c).

_____, M. P. O destino dos alienados: a velha clausura de uma nova instituição. Em: **Memórias da Loucura em Joinville: o (des)aparecimento do Abrigo de Alienados na cidade**. Joinville, SC: Refidim, 2015(d).

ZANELLA, Andrea V. **Sobre Arquivos, Testemunhos e Restos... In: Testemunhos da infâmia: rumores do arquivo**. Tania Mara Galli Fonseca, Carlos Antonio Cardoso Filho e Mário Ferreira Resende (orgs.) – Porto Alegre: Sulina, 2014.

9. ANEXO A - Ficha de Registro do "Livro de Alienados"

274

Hospício de Alienados „Oscar Schneider”

N.º: _____

Nome: _____ Sexo: _____

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Lugar do nascimento: _____ Ano: _____

Filiação: | Nome do pai: _____
 | Nome da mãe: _____

Estado civil: _____ Nome do marido: _____

Nome da mulher: _____ Profissão: _____

Côr.: _____ Religião: _____ Última residência: _____

Residência dos parentes mais próximos: _____

Autoridade que determinou o internamento: _____

Com Ofício: _____ N. do Ofício: _____ Com o Atestado de Miserabilidade _____

Internado por conta própria ou do Estado: _____

Médico assistente: _____

Data da entrada: _____ Data da saída: _____

Lugar de destino: _____ Data de obito: _____

Causa da morte: _____ N. da Cova: _____

Cemiterio: _____

Observações: _____

Data e numero do Ofício: _____